

BOLETIM



FORMAÇÃO EM
PSICANÁLISE
ANO XVI VOL XVI Nº 1 JANEIRO/DEZEMBRO 2008



PUBLICAÇÃO DO
DEPARTAMENTO
FORMAÇÃO EM
PSICANÁLISE DO
INSTITUTO SEDES
SAPIENTIAE

Instituto Sedes sapientiae

Departamento Formação em Psicanálise

Comissão de Coordenação Geral: Maria Cristina Perdomo (coordenadora), Maria Tereza Scandell Rocco (primeira secretária), Arlete Scodelário (segunda secretária), Antônio Sérgio Gonçalves (primeiro tesoureiro), Êsio dos Reis Filho (segundo tesoureiro)

Comissão de Publicação
Margarida Azevedo Dupas (coordenadora)
Lineu Matos Silveira (suplente)

Revista BOLETIM Formação em Psicanálise

Editor: José Carlos Garcia

Comissão Editorial
Cláudia Beltran do Valle, José Carlos Garcia, Lineu Matos Silveira, Lucianne Sant'Anna de Menezes, Margarida Azevedo Dupas, Maria Helena Saleme, Talita Minervino, Tatiana Russo França, Vera Warchavchik

Conselho Editorial
Cassandra Pereira França (Universidade Federal de Minas Gerais), Claudia Paula Leicand (Instituto Sedes Sapientiae), Durval Mazzei Nogueira Filho (Instituto Sedes Sapientiae, GREA/IPQ - Instituto de Psiquiatria da USP), Ede de Oliveira (Instituto Sedes Sapientiae e EBEP – Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos), Eliane Micheline Marraccini (Instituto Sedes Sapientiae), Emir Tomazelli (Instituto Sedes Sapientiae), Flávio Carvalho Ferraz (Instituto Sedes Sapientiae), Francisca Isabel Teixeira (Instituto Sedes Sapientiae, Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo), José Carlos Garcia (Instituto Sedes Sapientiae) José F. Miguel H. Bairrão (Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto), Lineu Matos Silveira (Instituto Sedes Sapientiae), Maria Beatriz Romano de Godoy (Instituto Sedes Sapientiae, Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo), Maria Lúcia Castilho Romera (Universidade Federal de Uberlândia) Marina Ferreira da Rosa Ribeiro (Instituto Sedes Sapientiae), Marly T. M. Goulart (Instituto Sedes Sapientiae), Nora de Miguelez (Instituto Sedes Sapientiae), Sonia Maria Parente (Instituto Sedes Sapientiae, UNIB – Universidade Ibirapuera) Suzana Alves Viana (Instituto Sedes Sapientiae)

Grupo de Entrevistas:
Maria Helena Saleme (coordenadora), Cleire Faleiros Salles, Sylvia Loeb

Grupo de Resenhas:
Vera Warchavchik (coordenadora), Ana Tereza de Almeida Allonso, Flavia Schimith Escrivão, Marina Fibe De Cicco, Mônica Salgado

Grupo de Revisão de Tradução:
Tatiana Russo França (coordenadora), Deise Galassi, Patrícia Cypriano Seixas, Cláudia Beltran do Valle

Jornalista Responsável
Marcos Daniel Cézari: MTPS – 11.193

Revisão Português
Stella Regina Azevedo Alves dos Anjos

Diagramação
Wellington Carlos Leardini

Projeto Gráfico
Yvone Saruê

Jornal Acto-Falho - www.sedes.org.br/Departamentos/Formacao_Psicanalise/menu_acto.htm

Comissão Editorial
Lucas de Almeida Nogueira (coordenador), Maria Elisa Lucato, Marilia Stabile, Marina Fibe de Cicco, Mônica Salgado, Silvia Bumlai, Vera Vassilieff.

Oficina de textos:
Lineu Matos Silveira (assessor), Deise Galassi, Tatiana Russo França

Instituto Sedes Sapientiae
Rua Ministro Godoy, 1484
05015-900, São Paulo, SP
(11) 3866 2730
www.sedes.org.br / sedes@sedes.org.br



ISSN 1517-4506

BOLETIM

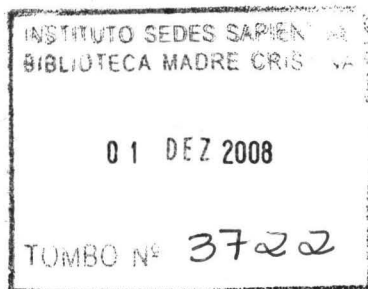
FORMAÇÃO

PSICANÁLISE

ANO XVI VOL XVI Nº 1 JANEIRO/DEZEMBRO 2008

Publicação do Departamento Formação em Psicanálise do
Instituto Sedes Sapientiae





ex. 2

Dados Internacionais de Catalogação-na-Fonte (CIP) Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia

Boletim formação em psicanálise / Instituto Sedes Sapientiae, Departamento Formação em Psicanálise. - Vol. 1, no. 1 (maio/jun. 1992) - . São Paulo: O Departamento, 1992-

Ano XVI, v.16, (jan./dez. 2008)

Anual

Periodicidade bianual de 1992 a 1994; anual a partir desta data.

ISSN 1517-4506

1. Psicanálise - Periódicos. 1. Instituto Sedes Sapientiae. Departamento Formação em Psicanálise.

CDU 159.964.2 (05)

Indexação: Index Psi Periódicos (www.bvs-psi.org.br)



EDITORIAL

A revista *Boletim Formação em Psicanálise* tem para nós, da Comissão Editorial, um inequívoco sentido de conquista e realização. Inúmeros colaboradores partilharam conosco este caminho e outros tantos nos antecederam nos méritos desta conquista. Muitos serão aqueles que nos sucederão neste destino de veiculação da produção psicanalítica não apenas de nosso Departamento, mas também a de outros colegas com ou sem vinculação institucional, cujo trabalho tenha merecido nosso reconhecimento enquanto produção científica.

Cada idéia, manifestada aqui ao longo de todos esses anos, buscou dar expressão a formas de pensar a Psicanálise que pudessem abarcar, além das experiências, as inquietações e perplexidades advindas de nosso trabalho como clínicos.

Consideramos que a relação do analista com a clínica é uma constante e intrigante pesquisa, onde o pensamento se liga a uma experiência fundamental: a do texto a ser escrito. Em sendo assim, a escrita é o testemunho do texto psicanalítico. Na sua forma, nos seus arranjos, ou seja, no modo como se organiza para se publicar, é testemunha silenciosa, mas definitiva do infundável da pesquisa em psicanálise que, ao se finalizar num texto, já é relançada sob a forma de uma outra questão, ou de uma outra pergunta.

Para nós, do *Boletim*, a psicanálise não está contida nos limites conceituais ou políticos de nenhuma das escolas que, ao longo do tempo, foram se estruturando a partir de autores, cuja exuberância criativa e consistência intelectual geraram seguidores e formaram instituições. Na escolha de nossas publicações, pautamo-nos pela seriedade com que são levados adiante cada um dos temas desenvolvidos, independentemente das correntes de pensamento psicanalítico que eles representem.

Nesse sentido, temos nos dedicado a edificar um espaço institucional plural, onde possamos praticar a confrontação de idéias e extrair daí os estímulos necessários para a elaboração de paradigmas, que possam enriquecer o perene percurso de nossa formação como analistas.

Acalentamos a expectativa de que o *Boletim* possa conduzir à reflexão a respeito de nossa prática e levar cada colega, cujo interesse consigamos alcançar, a sentir-se convidado a partilhar conosco suas experiências e sua forma de pensar, contribuindo assim para gerar maiores recursos para consolidação de nossa comunidade psicanalítica.

SUMÁRIO

ARTIGOS

Sobre a depressão após rupturas e perdas
About the depression after ruptures and losses
Eliane Michélini Marraccini 07

'Educação Psíquica': prevenção com crianças e tolerância à tristeza
'Psychic Education': prevention with children and sadness tolerance
Fernando Falabella Tavares de Lima 21

Uma experiência analítica na vigilância em
saúde do trabalhador: a psicanálise em extensão
An analytical experience in the
Workers' Health Surveillance: psychoanalysis extended
Lucianne Sant'Anna de Menezes 31

A contratransferência: nas fronteiras da hermenêutica
Countertransference: at the frontiers of hermeneutics
Luis Henrique do Amaral e Silva 53

A formação em questão
Questioning the analyst formation
Oscar Miguez 75

LEITURAS

O pacto negro
The black pact
Jacqueline Haber-Godfring 83

Psicanálise, globalização e interculturalidade
Psychoanalysis, globalization and the relations among cultures
Sylvia Dantas DeBiaggi 97

ENTREVISTA

Entrevista com Pierre Fédida
Interview with Pierre Fédida
Suely Rolnik 109

RESENHAS

- Pânico: Efeito do desamparo na contemporaneidade - Um estudo psicanalítico
*Panic: The effect of helplessness in the contemporaneity -
A psychoanalytical study*
Lucianne Sant'Anna de Menezes
Daniel Schor 119
- Desafios para a técnica psicanalítica
Challenges to the psychoanalytical practice
José Carlos Garcia
Flavia Schimith Escrivão 125
- Psicanálise e Educação: Construção do vínculo e desenvolvimento do pensar
Psychoanalysis and Education: Link constrution and thought development
Margarida Azevedo Dupas
Eliane Michelini Marraccini 129
- NORMAS PARA PUBLICAÇÃO** 133

Sobre a depressão após rupturas e perdas¹

Eliane Michelini Marraccini

Resumo: *Na clínica psicanalítica são freqüentes os pacientes que procuram atendimento após a perda, abandono ou grande decepção com um ser amado. Em condição psíquica desestabilizada e fragilizada, enfrentando sofrimento psíquico e estado depressivo de difícil superação, por vezes nutrem idéias suicidas que podem ser atuadas. Este trabalho busca refletir sobre o sujeito que se aliena ao ser amado vivenciando-o de modo tão absolutamente necessário, o eu indicando absoluta falta de sustentação interna. Sobre fragmentos de casos clínicos é de interesse o estudo da condição subjetiva que torna a separação e o luto impossíveis. A escuta analítica sugere a possibilidade do reviver de uma perda profunda e abissal, relativa ao mais essencial e arcaico de seu mundo interno e da relação do sujeito com o objeto primário.*

Palavras-chave: *Depressão, narcisismo, separação, luto, melancolia*

A condição psíquica desestabilizada e fragilizada de alguns indivíduos após a perda, o abandono ou mesmo grande decepção com um ser amado, há algum tempo vinha despertando meu interesse de estudo. Sendo freqüente no cotidiano da clínica psicanalítica a procura de atendimento por pacientes após tal ocorrência em suas vidas, em sério sofrimento psíquico e estado depressivo de difícil superação.

Como psicanalista me indagava se conseguiriam sobreviver sem contar com aquele ser amado, do modo como lhes era tão absolutamente necessário. Ou, pelo menos, se conseguiriam um dia superar o colapso, a quebra, a ruptura que em alguns deles parecia tão devastadora. Poderiam voltar a ser os mesmos de antes, funcionantes na essência de suas vidas, sem aquele que era seu apoio no mundo externo? Qual seria a fissura interna que se ampliara, a ponto de tornar-se aquele abismo intransponível?

A escuta analítica apontava para a possibilidade de estarem revivendo uma perda profunda e abissal, relativa ao mais essencial de seu mundo interno e sua relação com o objeto primário. O outro parecia ter levado junto sua alma, sua razão de existir. Nos casos mais extremos, seu eu desa-

Psicóloga, psicanalista, mestre e doutora em Psicologia Clínica (PUC/SP), professora do Departamento Formação em Psicanálise Instituto Sedes Sapientiae

¹ Trabalho apresentado no II Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e VIII Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, realizados em Belém – Brasil, em Setembro de 2006. Foi publicado originalmente nos Anais eletrônicos destes Congressos e encontra-se disponível em www.psicopatologiafundamental.org. Data de acesso: 2006

bando pela absoluta falta de uma coluna de sustentação psíquica, restando uma existência sem vida, despojos do passado do que haviam sido. Por vezes, idéias suicidas idealizavam o encerramento do terrível penar, frente ao qual se sentiam impotentes e sem saída.

Como concebeu Fédida (1988), o *pathos* psíquico é algo que se impõe ao sujeito afetando-o como se fosse algo que vem de fora e ao qual se sente submetido de forma passiva. O médico cuida de Eros doente exercendo o cuidado sobre ele por meio da terapêutica, o que traz consigo a possibilidade de ensinamento interno, uma vez que ocorre na presença de um terceiro, o médico, que tem a função de ajudar o paciente a transformar o vivido em experiência. Colocando em palavras o que o afeta, cria-se a possibilidade do sujeito pensar sobre o que antes não fora possível, como destacou Berlinck (2000). E é desta forma que, psicanalistas que somos, podemos através da escuta na transferência lançar mão de nós mesmos e nosso inconsciente, como o instrumental mais precioso no exercício deste ofício.

A partir da apresentação de fragmentos clínicos, procurarei expor algumas reflexões sobre a natureza da fissura no eu destes pacientes, a ponto de constituir uma separação insuportável e um luto impossível.

Vera

Vera estava com 38 anos, era profissional dinâmica, havia sido casada por dez anos, mas não tinha filhos. A iniciativa de separação desta primeira união fora sua, a procura de um caminho mais satisfatório para sua vida. Permanecera algum tempo sozinha, até iniciar o relacionamento conjugal com um homem nove anos mais moço, com quem permaneceu cerca de três anos. Procurou atendimento após a ruptura desta última ligação, completamente arrasada pelo abandono e traição sofridos. Com isto, desmanchava-se o projeto de vida comum, desfazia-se o sonho de Vera em constituir a própria família.

Ela se sentia culpada e se auto-recriminava pelo ciúmes e cobranças constantes, como pela impetuosa saída de casa após confronto com o companheiro. Sentia-se culpada principalmente em relação a si mesma, dada sua infelicidade e o que havia perdido com o fim desta união.

Era grande o sentimento de injustiça frente às concessões e investimentos que Vera fizera incondicionalmente nesta relação amorosa. Sentia-se frágil e desamparada, necessitando como nunca do apoio dos amigos e família. Isto a fazia desconhecer-se, mulher responsável por si e independente há muitos anos.

Suas finanças haviam se desarticulado, pois mudara de emprego pouco tempo antes da separação, confiante na complementação financeira garantida pelo ex-companheiro para que pudesse galgar nova oportunidade profissional. Deixara para trás tudo o que financeiramente teria direito, sentindo que o ex-companheiro permanecera com tudo, incluindo uma nova parceira, enquanto ela ficara sem nada, tendo de se reerguer em todas as direções.

A família de Vera era pequena e residia em outra cidade, dificultando estarem por perto como retaguarda afetiva para o difícil momento que vivia. O pai falecera há alguns anos, sendo a figura a quem ela mais se sentira ligada desde a infância. Parecia estar revivendo a dor profunda desta perda, através da ruptura amorosa que ora se dava.

A idealização do companheiro era flagrante, mesmo percebendo o absurdo que isto representava frente à realidade. Alimentava-se de algumas migalhas de afeto que lhe dedicava a mãe do rapaz, entregando-se a estes contatos como forma de alimentar sua ilusão sobre a pertinência a esta família. *É absurdo, mas por vezes fico pensando que só estou tentando me fortalecer para um dia tê-lo de volta. Depois de tudo que ele me fez!*

Após alguns meses da separação, Vera teve o infortúnio de necessitar uma cirurgia ginecológica, que comprometera em boa parte as chances de gravidez. Com a idade que estava, isto selava quase irremediavelmente sua impossibilidade de vir a ser mãe, desejo que acalentava junto ao ex-companheiro. Era esta mais uma perda extremamente dolorida que Vera tivera de enfrentar, já tão debilitada emocionalmente pela ruptura da ligação.

Celina

Celina, era mulher de 34 anos, não aceitava a separação conjugal ocorrida havia cerca de dois anos. Sentia-se desorientada, angustiada e profundamente ressentida com o abandono e traição, principalmente após tantas concessões e dedicação incondicional em relação ao marido. Não se conformava em ter que abrir mão do ideal de ter uma família, sofria muito, pois sentia que nunca mais haveria sequer harmonia entre eles. Tentava se controlar, mas não conseguia deixar de sentir-se vítima do ex-marido.

Tinha uma filha de quatro anos a quem era extremamente ligada, após a separação abandonara o trabalho para permanecer mais tempo com a filha. Em torno desta criança a disputa com o ex-marido era acirrada e permanente, tendo iniciado uma ação judicial para reduzir o contato e

visitas freqüentes do pai. Chegava a contabilizar os minutos que o ex-marido atrasava em devolver a criança após as visitas, para depois apresentar minucioso relatório e cobrar compensação estrita deste tempo. *Preciso da minha filha, cinco minutos de ausência já é extremamente difícil.*

Celina impunha várias condições para que o contato entre pai e filha se desse, entre estas, que visse a filha sem a presença da atual mulher, o que se acentuou após o conhecimento de que havia uma gravidez em curso. Temia ser substituída pela nova mulher no afeto da filha, assim como angustiava-se profundamente imaginando que a futura criança viesse a freqüentar a mesma escola. Tentava garantir junto ao ex-marido a não ocorrência disto desde então.

Quando a filha retornava de suas visitas ao pai, Celina interrogava-a insistentemente sobre os detalhes, procurando investigar se algo ferira o disposto. A menina começara a se negar a falar com a mãe ao telefone quando estava com o pai e vice-versa, além de apresentar alguns sintomas que vinham se acentuando, entre eles enurese noturna.

O ex-marido a considerava paranóica, mantendo-se extremamente frio e racional diante do sofrimento e crises exaltadas de Celina. Ameaçava-a de pedir judicialmente a guarda da filha, alegando falta de condições emocionais para com ela permanecer sob tutela, o que a desesperava. Ela resistia à medicação para seu estado de depressão e descontrole, pois não queria se tornar dependente como o pai depressivo, que vinha sendo medicado há muitos anos. Por vezes pairava no ar a idéia de tudo desistir, encerrando sua vida sofrida pelas próprias mãos. *Preciso me mexer, mas não quero me mexer, não sei para onde.*

Carmen

Carmen contava com 62 anos, estava separada há mais de vinte e vivia com o único filho de vinte e cinco anos. Havia cerca de dez anos sua mãe falecera abruptamente, ela permanecendo a partir de então em estado depressivo, que se agravava com as sérias e crescentes dificuldades de relacionamento com o filho. Sentia-se à beira do abismo, somando esta possível separação e ruptura à perda da mãe, ambas figuras de sustentação vital para Carmen. Além disto, reverberavam ainda as injustiças sofridas na separação conjugal litigiosa, da qual guardava enorme ressentimento, jamais conseguindo reerguer sua vida amorosa. Vinha de uma família onde as mães viviam para os filhos, não constituindo relação homem-mulher que pudesse ser feliz.

Seu estado físico era deplorável, com algumas doenças instaladas e outras na iminência de se manifestarem. Seu fracasso se estendia até nas tentativas vãs em parar de fumar. Permanecia isolada em seu refúgio doméstico, apartada da pequena família que ainda lhe restava, desacreditada dos amigos e pessoas em geral, desejosa porém descrente que pudesse ser revertido este quadro dramático.

A desarticulação profissional e as dificuldades financeiras haviam progressivamente tomado a cena, após a morte da mãe e algumas outras decepções e roubos que sofrera, configurando condição de inadimplência cada vez mais grave, para o desespero crescente de Carmen. Por vezes, vislumbrava na morte sua melhor vingança contra o filho e demais algozes, assim como o encerramento de uma trajetória de vida que se tornara tão desastrosa. O prolongado sofrimento, a crescente solidão e o profundo desamparo, faziam Carmen duvidar das chances de se reerguer, passados os sessenta anos: *Será que ainda tenho tempo para melhorar tudo isso?*

Com o desaparecimento da figura materna, Carmen considerava ter perdido aquela sem a qual sentia-se incapaz de se sustentar emocionalmente; a identificação com a mãe, que fora depressiva em algum período de sua vida, forçava Carmen seguir pela mesma trilha. Ressentia-se também da perda de sua imagem de eficiência e auto-suficiência, que outrora a constituíra durante longos anos provedora do núcleo familiar que formava com a mãe e o filho.

O acentuado conflito que se instalara na relação com o filho era o foco principal de sua angústia nos últimos tempos. Atingia o ponto da convivência insuportável sob o mesmo teto. Buscava ser salva da *ruína em que se encontrava, como era possível conferir.*

Sobre a perda vivida

No meu entender, os pacientes que se desestruturam emocionalmente e fragilizam-se excessivamente com a decepção, o abandono ou a perda real de um ser amado, estariam não apenas enfrentando uma regressão, mas, a partir desta ocorrência, se revelariam importantes falhas em sua estruturação psíquica e desenvolvimento primitivo. Desvelando-se por detrás desta perda objetual e do luto impossível, a integração frágil de uma personalidade que não conta com um bom objeto introjetado firmemente no núcleo do ego, aspecto destacado por Klein (1935/1996) em sua conceituação da posição depressiva, central no desenvolvimento mental primitivo.

Assim, o reviver de estados depressivo-melancólicos, com alternância de estados de mania em alguns destes pacientes, não teria sido superado no desenvolvimento mental arcaico e na relação com o objeto de amor primário. E, portanto, não teria dado lugar a uma integração, força e coesão egóicas, necessárias para um funcionamento mental menos comprometido por ocasião do enfrentamento de um profundo abalo na relação com o ser amado.

Contando com esta falha no estabelecimento do bom objeto interno, a coluna de sustentação do eu é afetada em grande proporção e radicalidade quando o objeto externo é perdido ou rompida a ligação com ele. O eu não conseguindo sustentar-se de forma independente e funcionante, nos casos mais comprometidos desabando. Por vezes de imediato, outras ao longo de um certo tempo de desarticulação progressiva, e nos casos mais dramáticos, atingindo várias áreas da existência do sujeito. Tornando-se desta forma flagrante a problemática de teor melancólico, subjacente ao estado depressivo que apresentam estes pacientes.

Como apontava Freud (1917/1969), o indivíduo sabe quem perdeu, porém não percebe conscientemente o que perdeu, na melancolia a sombra do objeto perdido pairando sobre o ego. A ambivalência extrema de sentimentos com relação ao objeto é o conflito que perturba o luto normal pela perda sofrida. O ego dividindo-se em partes que lutam entre si, esta ambivalência poderia ser “um elemento de toda relação amorosa formada por esse ego particular, ou provém precisamente daquelas experiências que envolveram a ameaça da perda do objeto” (p. 289). Como destacou, na melancolia existe uma perda de natureza mais ideal, o objeto podendo ser efetivamente perdido, ou sendo perdido apenas como objeto de amor. As auto-recriminações são de fato recriminações ao objeto, que se deslocam para o ego, o qual sob este peso padece e se enfraquece. Assim, uma perda objetual se transforma numa perda do ego, e o conflito entre o ego e a pessoa amada, numa separação entre o superego e o ego identificado com o objeto.

O que pode ser conferido na clínica é que nos pacientes que adentram um estado depressivo mais sério, a problemática melancólica subjacente deverá ser alvo de profundo trabalho de escuta analítica, para que haja condição de se dar o trabalho psíquico necessário desde os primórdios da vida do sujeito. Apenas desta forma terá chances de ser revertido seu estado depressivo, deflagrado após a perda ou abalo na ligação com o objeto sentido como imprescindível. O ego que permanecera firmemente fixado e

obstaculizado em seus embates iniciais na relação oral com o objeto primário, terá de enfrentá-los no luto atual e na relação analítica.

Neste sentido, considero que a estruturação narcísica destes pacientes encontra-se comprometida pelas dificuldades primitivas nos alicerces do amor por si mesmo, sendo o narcisismo do ego débil para sustentar ao sujeito por si e na ausência do objeto que cumpre internamente uma função de coluna de sustentação psíquica. E assim, frente à perda do objeto amado no mundo externo, o que se dá é que o sujeito torna-se esvaziado no núcleo mais essencial do seu eu. Onde a perda temida ou vivida é do objeto interno imprescindível, que vinha lhe fornecendo a estrutura de suporte que nunca constituiu em si. Como indicaram Figueiredo & Cintra (2004), Green descreveu tal condição como de fidelidade jamais suplantada a um objeto que não conseguiu ser esquecido nem distanciado, tendo se fixado psiquicamente como “objeto absolutamente necessário”, não dando lugar à representação e, por conseqüência, à simbolização, o que se encontra imbricado no processo do “trabalho do negativo”, conceituação por ele desenvolvida.

Tal condição subjetiva indica a falha no desenvolvimanto de um eu fortalecido pelas identificações mais remotas. Como se o sujeito tivesse apenas incorporado objetos ao seu ego, sem no entanto metabolizá-los em algo que lhes fornecesse o alimento psíquico para o desenvolvimento integrado de suas distintas partes e aspectos. Isto não oferecendo condições de fortalecimento e funcionamento verdadeiramente independentes, e, portanto, vida a fora permanecendo em posição subjetiva de dependência e alienação ao objeto.

Abraham & Torok (1995) aprofundaram o estudo de como a identificação com um objeto externo pode ir de encontro com o que é desejado pelo sujeito, realizando este ideal em uma identificação narcísica, que é mais da ordem da projeção do que verdadeiramente da identificação. Desta forma, por ser da ordem da defesa, não conduz à introjeção, que é da ordem do crescimento. Trata-se da identificação com a imago ou com o complemento ideal do próprio sujeito, o que se opõe à evolução segura da imagem de si, do ser si mesmo.

Desta forma, quando o sujeito conta na realidade com o objeto amado, o reino pode permanecer o da fantasia idealizada e o regime pode ser o da onipotência, sem lugar para o princípio da realidade, e assim, a ilusão de completude narcísica mascarando a falta que o ego abriga no mais íntimo de si. Neste caso, perder o objeto, ser abandonado ou decepcionar-se profundamente com ele, para estes sujeitos retoma e escancara a separa-

ção original não tolerada entre sujeito e objeto, desde a relação oral mãe-bebê. Ter no objeto aquele que do sujeito pode se despregar, remete ainda ao controle anal sobre o objeto do qual o sujeito não consegue abrir mão. Dar-se conta do destino e alteridade do objeto, à revelia do desejo do sujeito, reaviva também a castração e a rivalidade impossível de ser elaborada desde as primitivas fantasias e vivências edípicas.

Desta forma, o império da relação fusionada mãe-filho, onde dois são um e se fecham sem falta, é o clímax almejado que nestes sujeitos nunca chega a ser superado e ultrapassado. Perdurando fundamentalmente inalterada a fantasia onipotente que emergira nos primórdios da vida, recurso imprescindível frente ao desamparo inicial do ser humano ao nascer. E assim, permanentemente almejando atingir este ideal de completude com o objeto, é que alguns sujeitos podem lutar e viver até o último de seus dias. Ardendo na tempestuosidade e desarranjo emocional da ferida narcísica insuperável, sofrendo do vazio e abismo do luto impossível, sempre tropeçando no enfrentamento da castração fundamental a todos.

A ilusão de constituir com o objeto uma união sem fissura é algo que não sofreu o necessário processo de separação e desilusão em relação à mãe como objeto original. E, portanto, o *self* verdadeiro do bebê, de acordo com Winnicott (1975), não conseguiu se desenvolver dando curso ao impulso inato da criatividade primária. O bebê através dele podendo vivenciar a potência de criar o objeto como um fenômeno subjetivo, que o atende idealmente em suas necessidades e desejos. A mãe não conseguindo fomentar esta ilusão ideal, para depois necessariamente frustrar o bebê introduzindo o princípio da realidade, contribui para que se mantenha no inconsciente do sujeito este cenário fantástico inicial. A união com o objeto da fantasia ideal impossibilita o desenvolvimento do amor a um objeto real, e, portanto, objeto objetivamente percebido, situado fora da área de controle onipotente do sujeito.

Sobre depressão narcísica em mulheres

Vera, Celina e Carmen são pacientes que ilustram o cotidiano da clínica psicanalítica ao recorrerem para atendimento em sério estado de depressão, vivenciando intensos conflitos e angústias em relação à perda, ruptura ou séria decepção com o ser amado.

Estas pacientes surgem assustadas com a experiência, vivenciando enorme desamparo e desarranjo emocional com este atravessamento. Identificam um vazio interno que agrava a dor de concretamente serem privadas

de quem amam ou perdendo seu amor. Basculam entre amar e odiar a si e ao ser amado, desconhecendo suas próprias reações, tentam incessantemente encontrar um sentido para toda a vivência a que se sentem submetidas. Indagam-se sobre o motivo da ruptura ou enorme decepção na relação que lhes parecia tão ideal ou, pelo menos, tão estabilizada e satisfatória. Com alguma freqüência, tecem sobre si e o objeto perdido considerações de teor melancólico, apresentando sentimento de culpa em relação ao objeto que é idealizado, assim como auto-recriminações e sentimentos de empobrecimento do próprio ego. Deflagram falhas na constituição de sua auto-estima, o amor por si completamente obstaculizado pela alienação a um objeto real alçado à condição de ideal, que em grande parte se dá pela identificação projetiva de todo o bom, do qual o próprio eu se despoja nesse processo.

O excesso de presença do objeto no interior do sujeito e a falta de constituição de um narcisismo do ego bem constituído, parecem ser os elementos fundamentais da depressão narcísica que lhes toma conta, devastadas de forma tão radical após a perda ou ruptura do vínculo de dependência a um objeto externo.

Na prática clínica uma maior freqüência de pacientes mulheres com tal queixa e sintomatologia nos conduz a algumas reflexões sobre esta intersecção. Lobo (1993) destacou que na constituição da identidade feminina joga papel preponderante o fato do bebê de sexo feminino não exercer sobre a mãe o mesmo fascínio que aquele do sexo masculino. E, portanto, sendo necessariamente investido por ela de modo bastante distinto. Esta experiência original com a figura materna deixaria no inconsciente feminino a cicatriz de uma ferida narcísica, absolutamente primária e constitutiva. Disto resultando uma hostilidade que permeia o vínculo original com a mãe, podendo perdurar de modo bastante conflitivo e ambivalente no inconsciente feminino.

A tal circunstância se acrescentaria a subsequente vivência edípica e enfrentamento da castração, a menina sendo frustrada na busca narcísica desta completude por intermédio da obtenção do pênis-filho. Tentativa esta de suplantar o ressentimento original experimentado em relação à mãe, que no seu imaginário lhe negou dotá-la anatomicamente com o órgão masculino. Desta forma, Lobo (1993) conclui que a castração cumpre papel estruturante não apenas do Édipo e da feminilidade, mas do próprio sujeito.

Penso que, se um bebê do sexo feminino guarda esta marca no inconsciente e se constitui a partir dela, tal ferida narcísica estará atravessan-

do e imprimindo-se em todas as relações que estabelece, sendo especialmente reativada nas ligações em que se coloca a condição de dependência afetiva em relação a um outro. Dependendo da forma como a relação com a figura materna tiver transcorrido ao longo do desenvolvimento infantil, terá tido chances de ajudar a neutralizar e superar aquela ferida narcísica originária. Permitindo o enfrentamento da problemática edípica com o narcisismo do ego melhor constituído e, portanto, menos comprometido pela inveja do pênis e sentimento de inferioridade frente ao homem. Deste modo, a identidade feminina se consolidando numa direção identificatória mais favorável e possibilitando vínculos amorosos menos comprometidos.

De acordo com as idéias de Rivière (1958), a feminilidade heterossexual seria fundada no estágio de sucção oral, quando a boca que recebe o mamilo materno modela a posição de receber genitalmente o pênis do pai. No entanto, se ao longo de seu desenvolvimento edípico, a menina se fixar em fantasias de apossamento do pênis paterno e conteúdos do interior do corpo da mãe (pênis paterno-fezes-bebês), não suplantará a castração e o ressentimento com a mãe pela dor de não se sentir presenteada. Assim, a mãe como objeto de amor primário perduraria como figura identificatória conflitiva e a figura do pai não conseguiria ter força para ser eleito objeto de amor substituto.

As mulheres pautadas pela ausência do órgão masculino tornam-se mulheres eminentemente femininas apenas após transporem seu complexo de masculinidade, em percurso que envolve não apenas o luto pelas frustrações em relação à própria mãe, mas também o enfrentamento da própria castração, como indicou Freud (1931/1969). Tal embate faria com que as mulheres escolhessem o homem amado seguindo o modelo do pai, mas para reeditar o relacionamento pré-edípico com a figura materna, em relação à qual guardam uma hostilidade originária, que acaba sendo reforçada pela rivalidade edípica.

No pensamento freudiano, a libertação da relação original com a própria mãe possibilitaria à mulher atingir a condição feminina de ser mulher para um homem, e, a partir da solução dos embates edípicos com o pai, poder ser mulher para qualquer homem fora das leis do incesto. Tentando encontrar renovado reconhecimento de sua condição feminina na escolha amorosa de um homem, estaria ela reeditando a possibilidade de ser novamente, através dele, alvo daquele investimento materno original. Conforme apontou Laznik (1999), a mulher necessita sempre do olhar desejante, mas quando o narcisismo primário está abalado, depende ainda

mais do investimento que possa vir do exterior para abastecer seu narcisismo secundário.

Desta forma, contar com um ser amado e seu amor, visaria sustentar ao longo da vida, o abastecimento libidinal do qual a mulher pode fundamental e essencialmente para sempre depender. Como investimento vital de sustentação para seu narcisismo feminino, profundamente ferido desde os primórdios de sua relação materno-filial, não constituindo um eu sem a presença do objeto, ao qual teria sempre de estar colado.

Assim, nas pacientes que desabam melancolicamente a partir da perda real, ruptura ou grande decepção com um ser amado, teriam fracassado as bases do estabelecimento de uma ligação amorosa em tessitura consistente com o princípio da realidade. Permanecendo esta relação sob o domínio onipotente de fantasias idealizadas e de restituição narcísica, o eu profundamente abalado pela perda e separação intoleráveis desde sempre. E assim, dando lugar à vivência de catástrofe interna, sentida como devastadora e irreversível por promover a desarticulação da coluna de sustentação psíquica que permanecia escorada na presença externa do objeto amado.

Em vínculos como aquele de mãe para filho, o eu pode ter encontrado um escoadouro para o próprio narcisismo destinando para a criança o lugar do ideal de si mesma, representante do falo que fantasiosamente a restitui e completa. Deste modo, ficando condenada esta nova relação materno-filial a viver sob a sombra da transferência daquela com seu próprio objeto original, jamais abdicado nem prescindido. O terceiro não podendo entrar em cena e exercer a função de separar a união idílica da relação primária mãe-filho. Foi isto que se pôde identificar no caso de Carmen, subjetividade hipotecada à figura materna e impeditiva da independência do filho. E no caso de Celina, vivenciando a separação conjugal como inaceitável e a concreta separação da filha como algo insuportável, dominada inteiramente pelas fantasias de destituição e exclusão que não conseguia elaborar. No caso de Vera, o fracasso da união que lhe prometia a realização do sonho de serem apenas um, o filho idealizado como consolidação de um todo sem separação ou fissura.

A relação transferencial terá de se haver com toda problemática de discriminação-separação entre sujeito e objeto, assim como com as lacunas na constituição do narcisismo do ego. Em geral, sendo pacientes que chegam para atendimento tão abaladas que demandam um lugar de especial acolhida e proteção, transferindo para o vínculo analítico a fusão sujeito-objeto da qual padecem. Nos casos mais sérios, o narcisismo do psica-

nalista podendo ser estimulado a ocupar posição privilegiada para o sujeito enlaçar seu ideal, alienando-se e inconscientemente tentando fundir-se.

Em busca de um oásis para seu sofrimento, projetivamente repetem seu sintoma com o objeto da transferência analítica, demandando de forma especial o eu do psicanalista. Fundamentalmente para salvaguardar a si e sua função do enlace fusional que pode paralisar e condenar o tratamento. O colapso e queda no abismo subjetivo em que se encontram estas pacientes, podem representar um risco para o narcisismo do psicanalista, posto à prova no trabalho em que está empenhado junto a estes pacientes.

About the depression after ruptures and losses

Abstract: *In the psychoanalytical clinic, a high number of patients frequently look for treatment after experiencing loss, abandonment or a great disappointment with a loved one. In a vulnerable and unstable state of mind, they experience intense suffering and a depressive mental condition which is very hard to overcome; many times they also present suicidal ideas and the will to commit them. This paper intends to discuss the subjective condition of the people who feel that their loved and lost ones are so utterly necessary that without them they just don't have internal self sustenance. Presenting a few fragments of clinical cases, the mental condition that transforms the mourning and the separation into something impossible to be overcome is studied in this paper. The psychoanalytical approach suggests that it's possible that these individuals are experiencing once more a profound and abyssal loss related to the most essential and archaic quality of their internal world and to their relationship with the primary object.*

Keywords: *Depression, narcissism, separation, mourning, melancholia*

Referências

ABRAHAM, N. & TOROK, M. *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995.

BERLINCK, M.T. *Psicopatologia fundamental*. São Paulo: Escuta, 2000.

FÉDIDA, P. *Clínica psicanalítica: estudos*. São Paulo: Escuta, 1988.

FIGUEIREDO, L. C. & CINTRA, E. M.U. Lendo André Green: o trabalho do negativo e o paciente limite. In: *Limites*. São Paulo: Escuta, 2004.

FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

(1917). Luto e melancolia, v. 14, p. 245-266.

(1931). Sexualidade feminina, v. 21, p. 231-251.

KLEIN, M. (1935). Uma contribuição à psicogênese dos estados maníaco-depressivos. In: *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LAZNIK, M-C. *O Complexo de Jocasta: feminilidade e sexualidade pelo prisma da menopausa*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud Editora, 2003.

LOBO, S. O ressentimento feminino: a dor de se sentir não-presenteada. In: *Em busca do feminino: ensaios psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.

RIVIÈRE, J. La féminité en tant que mascarade. In: *La psychanalyse*, n. 7. 1958.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Eliane Michelini Marraccini

Rua Pará, 50 – cj. 44

01243-020 – São Paulo, SP

(11) 3257 3790

emarra@terra.com.br

‘Educação psíquica’: Prevenção com Crianças e Tolerância à Tristeza¹

Fernando Falabella Tavares de Lima

Resumo: *Através de sua exposição, o autor pretende relacionar a importância de um certo estado de tristeza nos seres humanos, oposto à euforia, com melhores possibilidades de ações redutoras de vulnerabilidade voltadas às crianças. Neste trabalho, avalia-se que um estado de tristeza humana é necessário para que os alunos possam admitir as possibilidades de danos e adquirir comportamentos mais seguros em relação ao uso nocivo de drogas e outros comportamentos que possam ser aditivos. Esse enfoque preventivo deveria ser iniciado já na infância e, para ter sucesso, depende da adequada formação dos professores para a temática preventiva, aproximando, por essa forma, a idéia de prevenção à de educação propriamente dita.*

Palavras-chave: *Prevenção, drogas, tristeza, crianças, vulnerabilidade.*

Introdução

O que apresenta este texto são considerações acerca das possibilidades de realização de trabalhos de cunho preventivo em escolas. No caso, o que se pretende aproximar é um necessário estado de tristeza dos seres humanos que entraria como “possibilitador” de ações redutoras de vulnerabilidade, voltadas ao público infantil. Por vulnerabilidade, entendemos os variados graus de suscetibilidade (pessoal, social e programático) dos seres humanos em relação aos diferentes padrões de uso de drogas. Esse estado de tristeza seria entendido como certas dificuldades, sofrimentos que, sentidos no processo pessoal de amadurecimento, lhes causariam desconforto, mas que deveriam ser enfrentados e que lhes iriam permitindo darem-se conta das próprias limitações, da própria falibilidade.

Evidentemente, em trabalhos preventivos com o público infantil, o que se objetiva não é exclusivamente a discussão direta sobre temas relacionados ao uso de drogas, mas a ampliação da consciência sobre os níveis pessoais de vulnerabilidade, para que se corram, no futuro, menores riscos de dependência.

Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia da Educação (PUC/SP), membro efetivo do Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, membro da ABRAMD – Associação Brasileira Multidisciplinar para Estudos de Drogas e membro do NETPSI - Núcleo de Estudos e Temas em Psicologia

¹ Este texto é um resumo de alguns aspectos do que trabalhei em minha Tese de Doutorado em Psicologia da Educação, defendida em março de 2008, na PUC/SP, sob a orientação da Profa. Dra. Vera Maria Nigro de Souza Placco. Esclareço, ainda, que o Prof. Dr. Emir Tomazelli auxiliou-me nas discussões relativas a conceitos da psicanálise, referencial teórico que serviu de base para a pesquisa. Aproveito a oportunidade de agradecer, mais uma vez, a ambos por suas colaborações durante todos os anos de elaboração e desenvolvimento da pesquisa.

É de amplo conhecimento, nos dias de hoje, que trabalhos preventivos em escolas, devam voltar-se, cada vez mais, para a formação dos professores e destinarem-se ao público infantil. A idéia de prevenção ao uso de drogas, voltada para o público adolescente ou adulto, baseada em políticas proibitivas e de guerra às drogas, vem sendo superada como já demonstraram várias pesquisas, com ênfase recente em Sodelli (2006). Embora ainda existam ações absolutamente utópicas que visam acabar com a produção e o consumo de drogas no mundo por essa forma, sabe-se que esses projetos não vêm conseguindo bons resultados nas últimas décadas e, assim sendo, vêm sendo questionados.

Educação Preventiva: ações redutoras de vulnerabilidade

Partindo do princípio de que prevenir é chegar antes e considerando-se as atividades preventivas como ações de cunho educativo, tais ações deveriam ser desenvolvidas já na infância e, sobretudo, de forma mais constante, ou seja, através de atividades continuadas e não esporádicas (TAVARES DE LIMA, 2003).

Sodelli (2006) propõe que as ações de educação preventiva sejam consideradas ações de redução dos níveis de vulnerabilidade da população. Concordamos com o autor, pois também consideramos ser impossível acabar com os riscos da própria existência humana e, ainda, com o fato de que se deve trabalhar visando reduzir danos (política social cujo objetivo prioritário é minorar os efeitos negativos decorrentes do uso de drogas. O'Hare, 1994), observando-se os níveis de vulnerabilidade da população. Considerado sob esse ponto de vista, educar torna-se um sinônimo de prevenir, tornando-se um papel a ser desenvolvido por educadores, em escolas, e não mais por pessoas da área da polícia e da justiça, cedidas à área educacional, pois que se pensarmos apenas, de forma repressora, seriam casos de polícia e justiça. Já profissionais da área da saúde podem contribuir para projetos de prevenção, dentro de uma proposta elaborada pela educação, sem deixarem, evidentemente, de continuar desempenhando o papel que cabe à saúde, no tratamento aos dependentes e usuários.

Angústia e tristeza, na dependência às drogas

São várias as causas que podem gerar sensações de angústia em nossas vidas. Uma delas, geradora de grande angústia em nossa existência, é a imprevisibilidade dos fatos. A falta de controle das situações pode ser bastante incômoda. Somos seres finitos em termos de tempo de existência,

mas temos amplas possibilidades de transformações ao longo da vida. Os seres humanos podem transformar o mundo e a si próprios através de suas ações. Há, sempre, uma série infinita de possibilidades na vida, isso é um demonstrativo de nossa ampla liberdade, mas também é exatamente o que pode causar angústia.

A finitude da vida é bastante angustiante e a noção de limite de tempo move muitas das nossas ações e de nossos sentimentos. Ao longo do processo de amadurecimento, vamos percebendo que as coisas possuem um determinado tempo de existência. Tudo passa, tudo acaba. Então, a noção de tempo começa a gerar sofrimento e é percebida desde a infância de formas bastante simples: um agradável desenho animado, na televisão ou no cinema, acaba; as sonhadas férias; o dia de aniversário; o Natal; tudo tem um fim, tudo pode acabar. Em determinado momento do processo de maturação, reparamos que a vida também não é infinita. A angústia da perda dos parentes próximos, sobretudo dos pais, é um medo e dor fortíssima para quase todas as crianças e que se vai relacionando, pouco a pouco, com a noção de que a vida não é para sempre.

Imaginemos como seria a “dor” de uma paixão se nos reconhecêssemos como seres infinitos, que viveriam para todo o sempre. Como seriam os sentimentos e as emoções? Como seriam as nossas ações cotidianas se tivéssemos toda a eternidade para realizar os nossos feitos? Provavelmente nem eu estaria escrevendo esta reflexão, nem vocês estariam lendo. Porque teríamos todo o tempo para fazer isso. Talvez tudo pudesse ser adiado. Provavelmente agiríamos mais de acordo com os princípios daquilo que gera prazer, desconsiderando as obrigações. Mas, ao percebermos que as coisas possuem um tempo limitado, surge a angústia que pode nos colocar em ação.

Explicando o mecanismo de recalçamento, Nasio (1999) relata que há uma barreira energética que não permite que os conteúdos inconscientes atinjam o pré-consciente de forma direta. Mas, a barreira não é intransponível e falha. Então, alguns conteúdos que foram recalçados ou estão inconscientes vão direto à consciência. Ao surgirem na consciência, permanecendo incompreensíveis ao sujeito, mas não imperceptíveis, surge a angústia. O autor cita o exemplo de sintomas fóbicos como substitutivos de representações inconscientes, por exemplo, a fobia por aranhas no lugar de amor inconsciente pelo pai. Quando a representação atravessa a barreira do recalçamento, ela torna-se consciente e gera angústia contra aranhas.

Ao mesmo tempo, quando essas representações inconscientes atravessam a barreira da consciência, e consegue-se descarga para uma parte da energia pulsional, determinam um certo prazer nessa descarga energética. Trata-se de um prazer parcial e substitutivo, como adverte Nasio (1999, p. 26):

A outra parte da energia pulsional, a que não transpõe o recalçamento, continua confinada no inconsciente e realimenta sem cessar a tensão penosa. Observemos que esse prazer deve ser compreendido como uma descarga, mesmo que essa descarga assuma a forma de sofrimento ou de uma angústia como no caso das fobias das aranhas.

O ser humano tenta conhecer tudo, certificar-se de que possui amplo controle do mundo e das situações em que está inserido, tentando se defender de algo muito potente, a angústia do não-saber. Trata-se, evidentemente, de uma tentativa ilusória. Na maioria das vezes, a realidade impiedosa se impõe e o sofrimento é quase inevitável. Então, vamos desenvolvendo formas psíquicas de nos defendermos da angústia. Como uma pessoa, que de tanto ficar exposta ao sol, acaba com a pele mais curtida, criando uma camada de proteção a essa mesma pele.

Então, quando se sabe que há o fator tempo, na existência, o sofrimento pode ser decorrente das escolhas que fazemos. Será que estamos gastando o nosso precioso tempo de forma a não nos arrependermos amanhã? Será que não deveríamos deixar de lado tudo o que planejamos para o dia de hoje, adiar tudo e ir assistir, por exemplo, a um pôr-do-sol, ao cair de uma tarde, numa praia paradisíaca do nordeste ou, ainda, em uma região montanhosa?

Como viveríamos esta semana se soubéssemos que seria nossa última? Tenho certeza de que muitas coisas seriam diferentes: creio que falaríamos, agiríamos, sentiríamos de maneira bem distinta da que temos tendência de viver, sentir, agir, dentro de nosso quadro atual de vida. O limite de tempo muda a forma de perceber as necessidades.

Embora considere que muitas vezes acabamos seguindo o desejo imediato e fazendo algo muito gostoso no dia de hoje, dada a nenhuma certeza quanto ao amanhã; embora saibamos que o sol se levantará, certamente, no dia de amanhã, mas não termos como afirmar de forma categórica que ele lá estará, para nós, o que ocorre muitas vezes é que, precisando fazer escolhas mais urgentes, deixamos para depois, a realização de um grande prazer. A capacidade de tolerar frustrações e de conseguir adiar a

satisfação é sempre algo muito difícil de ser alcançado. Gera angústias, dúvidas e, com certeza, pode ocasionar diversas formas de culpa, em função da escolha que se fez.

Para nos defendermos da sensação de dor das escolhas, das culpas, da angústia, muitas vezes procuramos nos afastar dessa compreensão toda do mundo e da existência. O apaixonar-se muda as sensações: fome e sono? Diz-se que elas inexistem para os apaixonados, diz-se que o amor alimenta... E o prazer de afastar a angústia e as dores tomando algo “mágico” que possa propiciar sensação de anestesia, não é isso que o uso de drogas pode representar, muitas vezes? Assim entendendo, pensa-se que o uso nocivo de drogas, as dependências em geral e algumas de nossas vivências afetivo-sexuais podem ser consideradas como respostas à sensação de angústia.

Talvez pudéssemos falar que a angústia tem relação direta com a formação dos sintomas que ocorrem, em maior ou menor grau, na vida de todos nós. O sintoma seria a simbolização de alguma outra coisa, muito mais angustiante, que não poderia entrar livremente na cadeia associativa do sujeito, como no caso das fobias. A angústia seria um afeto livre, que acaba por formar conexão com uma situação que lhe dê significado, dando origem ao sintoma. Algumas vezes, a angústia poderia ser uma reação afetiva frente a um perigo: o surgimento de sintomas poderia ser a forma encontrada pelo psiquismo, no caso pelo ego, para afastar o incômodo que a angústia, sem definição, sem nomeação, poderia causar (FREUD, 1926).

Ainda de acordo com Freud (1926), os estados de angústia poderiam ser relacionados ao trauma de nascimento. A angústia surgiria originalmente como reação a um perigo e seria reproduzida todas as vezes que o perigo ameaçasse novamente. Fica mais fácil entender, dessa maneira, a famosa necessidade compulsiva pela repetição (angústia-droga), nos comportamentos dos dependentes de drogas.

Percebe-se na angústia, então, um caráter bastante protetor. A angústia seria uma defesa do ego contra as exigências pulsionais, que visam uma descarga total. Vemos, ainda, que a angústia teria relação com a expectativa de algum acontecimento. Frente a uma sensação de angústia, pode surgir um medo de algo mais concreto e real.

É sempre importante relembrar que a pulsão sexual se descarrega através de um objeto fantasiado, que pode ser uma coisa ou uma pessoa (até mesmo a própria pessoa). Entretanto, essa descarga nunca é absoluta, é sempre parcial.

Como estamos sugerindo, na dependência, o uso de drogas é tomado de forma a burlar a angústia: nesses momentos a satisfação pode ser “percebida” ou desejada como um prazer absoluto. Quando se está sob o efeito entorpecente da droga, há uma ilusão de infinitude, de não-falta, de total e completa ausência de angústia. O dependente não aceita limitação a seu prazer e busca a satisfação completa, no nirvana das drogas.

Freud (1930) se pronunciou sobre o que determinaria sofrimento ao ser-humano e concluiu que a sensação do sofrer pode ser influenciada através de ações sobre o organismo. Discorreu especificamente sobre a influência química, através de intoxicações:

Existem substâncias estranhas, as quais, quando presentes no sangue ou nos tecidos, provocam em nós, diretamente, sensações prazerosas, alterando, também, tanto as condições que dirigem nossa sensibilidade, que nos tornamos incapazes de receber impulsos desagradáveis. (p. 96)

O autor considerou, ainda, que efeitos que impedem sensações desagradáveis também podem advir do próprio organismo, chamando a isso de “amortecedor de preocupações”. Referiu-se, também, a substâncias que, na química dos organismos, apresentam efeitos semelhantes aos das drogas. “Conhecemos pelo menos um estado patológico, a mania, no qual uma condição semelhante à intoxicação surge sem administração de qualquer droga intoxicante.” (FREUD, 1930, p. 97).

Outro afeto que está presente, constantemente, nos seres-humanos é a tristeza, que demanda, ao longo da vida, verdadeira aprendizagem de como com ela lidar. Uma das formas sob as quais surge é a da melancolia, que impede esteja o sujeito apto a agir. Como se esse estado fosse imobilizador: seccionando esta palavra, podemos dizer que ele imobiliza a dor. O sujeito não se sente como alguém que existe, fica incerto quanto a sua própria existência e importância no mundo.

A tristeza excessiva pode ser causa dos grandes sofrimentos da vida, chegando a ocasionar distorções na própria imagem corporal, em casos mais sérios. E a tristeza é algo que desvitaliza o próprio ser, que está ligada à culpa, à separação, ao fracasso, que paralisa a própria vontade do sujeito.

Por vezes, o estado de tristeza pode beirar a insanidade, como se não houvesse mais razão em nada que se faz: tudo é sentido como fracasso.

A pessoa sente-se próxima da morte. Pois que a morte seria exatamente o que poderia livrá-la da tristeza e do fracasso.

Retomando a idéia de que o uso de drogas, por exemplo, pode ser uma forma de lidar com a angústia, o mesmo ocorre em relação à tristeza. Algumas manifestações da oralidade estão baseadas na tristeza, como a gula, a ingestão excessiva de alimentos, de substâncias que possam entorpecer. O excesso, nesses casos, está na ordem do gozo. O alimento em excesso pode ser considerado como um veneno, se usado para não enfrentar a tristeza da vida, do viver, do existir. Ocorre, contudo, que a forma exclusiva de prazer oral, as buscas de prazer oral, pode tornar a pessoa ainda mais triste. Ao preocuparem-se somente com o prazer momentâneo, com o prazer corporal, as pessoas estão investindo em algo que é finito, que morre. O corpo morre e isso é trágico. Para o dependente, durante o uso nocivo da droga, quando a memória, as lembranças, ficam entorpecidas, afastadas, a sensação é de que a existência é infinita, logo não há dor, não há tristeza, não há angústia.

Observemos, agora, o fato proposto por Tomazelli (2003), para quem “conhecer é fazer luto”. Para ele, a aquisição de conhecimento passa por um momento em que se quer evitar o conhecer e recusar o aprendizado. Há uma rejeição ao contato com a intimidade. Trata-se de um paradoxo entre a pulsão do conhecer e o horror do conhecimento.

Por um lado, há a compulsão pelo descobrir, por outro lado, há a dificuldade na compreensão quando o conhecimento ocorre numa experiência emocional desgastante, “que não pede licença”, que é um verdadeiro atropelo.

Considerações finais

Considerando-se os aspectos citados, a educação não é algo simples, pois envolve a tolerância à angústia do não-saber. Segundo Tomazelli (2003), há necessidade dos próprios pais de alunos suportarem o sofrimento no aprendizado dos filhos, suportarem a dor muitas vezes vivida, pelos filhos, no processo de aprendizagem e que eles próprios devem aceitar e permitir. Muitas vezes, os pais, ao darem toda liberdade aos filhos, crêem que estão educando. Trata-se de uma forma de distanciamento e de negligência. Pode ser um verdadeiro abandono dos filhos às grandes angústias. E não é este o caminho.

Consideramos, portanto, que a educação que visa à prevenção é aquela que considera a possibilidade real e necessária de frustração. Não é

uma prevenção idealizada, que visa acabar com um problema, mas sim aquela que visa lidar, dentro das possibilidades reais, com uma situação que pode ser mais ou menos danosa. Assim, a proposta de redução de danos, considerando-se os níveis de vulnerabilidade e, ainda, considerando-se a importância vital da tolerância à dor e à tristeza na educação, parece-nos muito coerente.

A prevenção, portanto, deve ocorrer cada vez mais cedo, já na infância. E começar com a formação dos professores, para que estes sejam capazes de educar preventivamente as crianças, já na pré-escola: trabalhando para aumentar a tolerância à dor; para a compreensão de que a tristeza faz parte da vida e que não há como negá-la sempre ou como querer afastá-la o tempo todo. Atuando dessa forma, consideramos que se podem estar reduzindo os níveis de vulnerabilidade. É uma forma de prevenção que visa um aprimoramento do próprio funcionamento do psiquismo das crianças, é uma proposta de desenvolvimento do psiquismo, assim com desde pequenas as crianças são auxiliadas no desenvolvimento físico e cognitivo. Trata-se de uma “educação psíquica”, num paralelo à educação física, que é desenvolvida desde cedo com as crianças.

Parece que, quanto mais a criança aprende a suportar as próprias frustrações, menos vulnerável ela vai se tornando. Sendo assim, a tarefa de redução de danos pode ocorrer através de ações preventivas, especificamente trabalhadas com o público infantil.

About the depression after ruptures and losses

Abstract: *In the psychoanalytical clinic, a high number of patients frequently look for treatment after experiencing loss, abandonment or a great disappointment with a loved one. In a vulnerable and unstable state of mind, they experience intense suffering and a depressive mental condition which is very hard to overcome; many times they also present suicidal ideas and the will to commit them. This paper intends to discuss the subjective condition of the people who feel that their loved and lost ones are so utterly necessary that without them they just don't have internal self sustenance. Presenting a few fragments of clinical cases, the mental condition that transforms the mourning and the separation into something impossible to be overcome is studied in this paper. The psychoanalytical approach suggests that it's possible that*

these individuals are experiencing once more a profound and abyssal loss related to the most essential and archaic quality of their internal world and to their relationship with the primary object.

Keywords: *Depression, narcissism, separation, mourning, melancholia*

Referências

FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

(1930 [1929]). *O mal estar na civilização*, v. 21.

(1926). *Inibições, sintomas e angústia*, v. 20.

NASIO, J. D. *O prazer de ler Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

O'HARE, P. Redução de danos: alguns princípios e a ação prática. In: MESQUITA, F.; BASTOS, F. I. (Orgs.). *Drogas e AIDS – Estratégias de redução de danos*. São Paulo: HUCITEC, p. 65-78, 1994.

SODELLI, M. *Aproximando sentidos: formação de professores, educação, drogas e ações redutoras de vulnerabilidade*. 2006. 240f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

TAVARES-DE-LIMA, F. F. *Prevenção ao uso de drogas: modelos utilizados na educação, suas relações e possibilidades quanto a atitudes preventivas*. 2003. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

Fernando Falabella Tavares de Lima

Rua Veríssimo Glória, 165

01251-140 - São Paulo, SP

3675 8900 / 9189 5939

fernando@netpsi.com.br

Uma experiência analítica na vigilância em saúde do trabalhador: A psicanálise em extensão

Lucianne Sant'Anna de Menezes

Resumo: *Este artigo procura fundamentar a escuta analítica como método de investigação tanto em relação à situação do tratamento psicanalítico quanto à abordagem do sujeito enredado nos fenômenos sociais. Para tanto, baseia-se numa experiência psicanalítica que se desenrolou na Vigilância em Saúde do Trabalhador (VST) da cidade de São Paulo – o caso de uma Escola de Educação Infantil. Com isso a autora pretende mostrar a viabilidade da escuta analítica como um dos métodos na intervenção da VST, assim como apresentar uma contribuição da pesquisa psicanalítica no desvelar das relações sujeito e trabalho.*

Palavras-chave: *Psicanálise em extensão, Organização do Trabalho, Vigilância em Saúde do Trabalhador*

Considerações iniciais

A operação do método e o *setting* analítico

Há aproximadamente dois anos, assumi um cargo de psicólogo, fruto de concurso público, na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura de São Paulo. Fui destinada a exercer meu ofício na Vigilância em Saúde do Trabalhador da Coordenação de Vigilância da Saúde (COVISA). Desde então passei a tomar contato com um meio em que a categoria “trabalho” é assunto privilegiado. E no “mundo do trabalho”, dentro e fora da academia, com certa frequência, tenho ouvido o seguinte: ‘Você é psicanalista?... Mas, como pode psicanálise com saúde do trabalhador?’; ‘Psicanálise trabalha com interpretação e inconsciente. Não há consistência científica no seu uso no campo da saúde do trabalhador... da ‘vigilância’, então!’; ‘Mas, psicanálise não é usada somente no consultório? É um tipo de tratamento psicoterapêutico, não é? Como pode ser aplicada no estudo do trabalho?’. Essas questões me levaram a duas perguntas importantes: Primeiro, *qual a psicanálise praticada hoje?* E em decorrência disso, *o que fundamenta a psicanálise? Quais as suas especificidades?*

Psicanalista, mestre e doutoranda pelo IP/USP membro efetivo do Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, psicóloga na Vigilância em Saúde do Trabalhador da COVISA, na SMS/SP e autora dos livros *Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade* Um estudo psicanalítico (2006) e *Desamparo* (2008).

Penso que se a psicanálise foi amplamente difundida como uma forma de tratamento, somente, além de ser algo difícil de compreender e / ou inconsistente, isto se deve, principalmente, àqueles psicanalistas que a transformaram num sistema dogmático e, portanto, doutrinário. É urgente refletir sobre os fundamentos da psicanálise e resgatar seu objeto mais amplo, ou seja, a *psique* humana em suas múltiplas manifestações, a *psique* em relação. É esse aspecto, em minha opinião, que deve fundamentar o trabalho na área da saúde mental, na medida em que prioriza a subjetividade, o sujeito em relação.

É tarefa do analista questionar toda certeza antecipada, problematizar sua experiência clínica, criticar os conceitos psicanalíticos e procurar seus fundamentos, ou seja, o que funda a psicanálise. Quando Freud inventou a psicanálise, ele criou ao mesmo tempo um método de investigação da *psique* e um exemplo da utilização desse método, isto é, o tratamento psicanalítico. Ao longo de sua obra, ele foi mostrando outros exemplos na utilização do método como na antropologia e na sociologia, por exemplo, em *Totem e tabu* (1913), *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921) e *O mal-estar na civilização* (1930); ou como na arte e na literatura, por exemplo, em *O Moisés de Michelangelo* (1914), *Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância* (1910) e no caso *Schreber* (1911); ou mesmo na religião como em *O futuro de uma ilusão* (1927) e *Moisés e o monoteísmo* (1939), dentre outros. Fábio Herrmann (1992) retrata bem o que quero dizer quando afirma que:

Cabe à Psicanálise, antes de tudo, investigar a *psique* em seu *habitat natural*, ou seja, o próprio real, pondo à mostra seu processo psíquico de construção pela análise dos vestígios que deles restam em meio à realidade consensual, já opacificada pelo costume (...) *as psicanálises de Freud descobriram uma dimensão radicalmente original da vida humana, tanto no indivíduo e na sessão, quanto na sociedade e na cultura* (p.14; grifos meus).

É essa *dimensão radicalmente original da vida que se expressa tanto no individual quanto no coletivo* que não podemos perder de vista quando se trata de buscar os fundamentos da psicanálise.

No texto *Dois verbetes de enciclopédia* (1923/1980), Freud inicia definindo o termo 'psicanálise' de modo a abarcar três aspectos

indissociáveis: um método de investigação; uma forma de tratamento, baseada neste método; e uma teoria resultante do conhecimento que esse método produz. Diz ele:

Psicanálise é o nome de (1) um procedimento para investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo, (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica (p.287).

Note-se que Freud aponta primeiro para o aspecto da investigação, marcando o que é essencial no termo psicanálise, ou seja, um *método de pesquisa*. E, no conjunto de sua definição, constitui o fundamental na existência da psicanálise: o campo da experiência, mais especificamente, da experiência psicanalítica.

A questão do *método de pesquisa* nos remete às *Conferências introdutórias sobre psicanálise* (1917), quando Freud diz que “o que caracteriza a psicanálise como ciência não é o material de que trata, mas sim a técnica com a qual trabalha. Pode ser aplicada à história da civilização, à ciência da religião e da mitologia não em menor medida do que à teoria das neuroses” (p.453, 1980). Aqui, a palavra *técnica* diz respeito ao *método em operação*, a um *princípio técnico*, parafraseando Herrmann (1992), a um “*princípio metodológico da técnica*”. E, tendo em vista que a possibilidade da escuta analítica fora do *setting* habitual é operação do método, a palavra *aplicada* se torna inadequada. Por isso, recorro às idéias de *Psicanálise Extramuros* ou *Psicanálise Exportada*, de Laplanche (1992) e de *Clínica Extensa*, de Herrmann (2005), conceitos que fundamentam muito bem essa questão do método e aos quais voltarei mais adiante.

Por ora quero marcar que para Freud o campo da experiência psicanalítica não se reduz ao *setting* clássico, constituindo-se também fora do tratamento. A partir do exposto, o presente artigo procura fundamentar a *psicanálise em extensão* a partir de uma experiência psicanalítica na Vigilância em Saúde do Trabalhador (VST-COVISA) e, em consequência disso, mostrar a viabilidade da escuta analítica como um instrumento no processo de investigação na vigilância em saúde do trabalhador. Contudo, an-

tes de falar dessa experiência, é preciso trazer um recorte da Vigilância em Saúde do Trabalhador.

Notas sobre a Vigilância em Saúde do Trabalhador

A Vigilância em Saúde do Trabalhador faz parte de um conjunto de ações aliadas às ações de Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e Vigilância em Saúde Ambiental, que compõem o campo da Vigilância em Saúde e, segundo o Código Sanitário Municipal (2004), diz respeito a

um campo integrado e indissociável de práticas, fundado no conhecimento interdisciplinar e na ação intersetorial, desenvolvidos por meio de equipes multiprofissionais, com a participação ampla e solidária da sociedade, por intermédio de suas organizações, entidades e movimentos, estruturando, em seu conjunto, um campo de conhecimento (Prefeitura de São Paulo/SMS/COVISA, 2004).

Segundo a *Lei Orgânica da Saúde* n. 8.080 (19/09/1990), Vigilância em Saúde se refere a “um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse à saúde”. Disso decorre que o campo em que se dão as ações de vigilância em saúde refere-se ao campo das relações sociais de produção e consumo, campo de origem da maior parte dos problemas de saúde sobre os quais é preciso intervir¹.

1 Cf. Rozenfeld, 2000.

A incorporação da noção de risco à definição de Vigilância em Saúde tem provocado a modernização das estratégias de ação no campo da Saúde Pública, que se dá tanto pela ampliação e diversificação do seu objeto quanto pela incorporação de novas técnicas e instrumentos de geração de informações e organização das intervenções sobre “danos”, “índices de danos”, “riscos” e “condicionantes e determinantes” dos problemas de saúde, como mostram Teixeira & Paim & Vilasbôas (2000). Esses autores sintetizam sete características básicas da Vigilância em saúde:

a) intervenção sobre problemas de saúde (danos, riscos e/ou determinantes); b) ênfase em problemas que requerem atenção e acompanhamento contínuos; c) operacionalização do conceito de risco; d) articulação de ações promocionais, preventivas e cu-

rativas; e) atuação intersetorial; f) ações sobre o território; g) intervenção sob forma de operações (p.56).

A redução das práticas da vigilância ao poder policalesco e à fiscalização produziu graves distorções, simplificando o processo histórico de construção do seu objeto e limitando sua ação de transformar as condições de saúde. A 8^a Conferência Nacional de Saúde, de 1986, sistematizou as proposições de um processo social de democratização da saúde, que vinha se constituindo há muito tempo. Grande parte dessas proposições foi acolhida pela *Constituição Federal de 1988*, para a qual saúde é um direito de todos e um dever do Estado, incluindo-se aqui, as ações de Vigilância em Saúde. Vigilância e Estado, portanto, articulam-se na função reguladora do mercado (produção, comercialização e consumo) em benefício da saúde humana, o que se torna claro por meio da questão da complexidade do risco à saúde humana.

Desde agosto de 2003, a cidade de São Paulo assumiu a gestão plena do Sistema de Saúde, reafirmando o compromisso com o SUS – Sistema Unificado de Saúde. Isso fez com que as ações de vigilância em saúde fossem municipalizadas e em 9 de janeiro de 2004, por meio da Lei n. 13.725, foi criado o *Código Sanitário Municipal*. Desse modo, o município passou a se responsabilizar pela Vigilância em Saúde do Trabalhador, o que até então era de responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde.

Vigilância em saúde do trabalhador, portanto, diz respeito a um conjunto de ações que visam à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como sua recuperação e reabilitação quando submetidos a riscos e agravos advindos das condições de trabalho. Segundo a *Portaria GM/MS 3120/1998*, a VST compreende uma atuação contínua e sistemática, ao longo do tempo, no sentido de detectar, conhecer, pesquisar e analisar os fatores determinantes e condicionantes dos agravos à saúde relacionados aos processos e ambientes de trabalho, em seus aspectos tecnológico, social, organizacional e epidemiológico, com a finalidade de planejar, executar e avaliar intervenções sobre esses aspectos, de forma a eliminá-los ou controlá-los.

Conforme o manual de *Orientações técnicas e administrativas da VST-COVISA*, os objetivos da VST consistem em: 1) intervenção sobre os ambientes, processos e condições de trabalho, o que leva à identificação de fatores de risco e cargas de trabalho (novos ou já existentes), assim como à caracterização dos agravos relacionados com o trabalho (inéditos

ou não); 2) eliminação, atenuação ou controle dos fatores determinantes de agravos à saúde, o que traz subsídios para políticas públicas, aprimoramento das normas legais, criação de novas normas, planejamento e estratégias na atenção, formação, capacitação, treinamento e redes de articulação / informação, além da avaliação do impacto das medidas adotadas para a eliminação, atenuação e controle dos fatores determinantes de agravos à saúde; 3) cumprimento das normas e legislação nacionais existentes ou em sua ausência, das internacionais e da negociação coletiva em saúde do trabalhador, com participação dos trabalhadores, seus representantes, e órgãos afins; 4) divulgação das informações sobre riscos e agravos com maior participação e conscientização dos trabalhadores; 5) exercício do controle social: trabalhadores e suas representações como sujeitos ativos e protagonistas da vigilância em saúde do trabalhador.

Em suma, a VST-COVISA, de caráter interdisciplinar, tem como proposta fundamental “conhecer a realidade para transformá-la, buscando um aprimoramento da qualidade de vida no trabalho” (OTA-VST, 2007, p.10), articulando-se ao conjunto das práticas sanitárias com o uso concomitante de vários instrumentos, com participação e controle social. Nesse sentido, as demandas atendidas na VST dizem respeito aos riscos à saúde do trabalhador no ambiente de trabalho, nas diversas atividades econômicas em que

as ações da Vigilância incorporam várias acepções da noção de risco, tais como: *perigo virtual ou ameaça de agravos relacionados com determinados elementos que o homem aprendeu a identificar na experiência cotidiana*; e, na acepção epidemiológica, no sentido de probabilidade, estatisticamente verificável, de ocorrer um evento adverso à saúde, na presença de determinado fator (Rozenfeld, 2000, p.18; grifos meus).

Note-se que a acepção da noção de risco não é somente epidemiológica, mas diz respeito ao “perigo virtual”, a ameaça de agravos advindos da experiência subjetiva do humano na sua relação com o trabalho expressa no sofrimento e, mais especificamente, no sofrimento psíquico.

A respeito das relações entre sofrimento humano e trabalho, Dejours (1996) sublinha a importância de se analisar as articulações de dois enfrentamentos fundamentais do sujeito na situação de trabalho:

- o encontro entre registro *imaginário* (produzido pelo sujeito) e registro da *realidade* (produzido pela situação de trabalho);
- o encontro entre registro *diacrônico* (história singular do sujeito, seu passado, sua memória, sua personalidade) e registro *sincrônico* (contexto material, social e histórico das relações de trabalho) (p.154).

Trata-se aqui, da articulação entre organização da personalidade e a organização do trabalho. Em suas pesquisas sobre a psicopatologia do trabalho, ou seja, sobre os laços entre sofrimento psíquico e trabalho, esse autor mostra como “as pressões do trabalho que põem particularmente em causa o equilíbrio psíquico e a saúde mental derivam da *organização do trabalho*” (Dejours, 1996, p. 152). Sob esse prisma, a saúde do trabalhador é efeito da maneira como o trabalho está organizado numa empresa. Compactuo com a definição de organização do trabalho utilizada por Dejours (1996), em que é:

de uma parte, a *divisão das tarefas* (chegando à definição do modo operatório), que atinge diretamente a questão do interesse e do tédio no trabalho; de outra parte, a *divisão dos homens* (hierarquia, comando, submissão), que atinge diretamente as relações que os trabalhadores estabelecem entre si no próprio local de trabalho. *Assim, destaca-se uma interface entre organização do trabalho e saúde mental*, que se pode em seguida estudar e analisar de forma circunstanciada em cada situação de trabalho (p.153; grifos meus e do autor).

Essa passagem aponta para a importância da observação e investigação da organização do processo de trabalho numa empresa, assim como na intervenção nesse processo, principalmente, no que diz respeito à vigilância em saúde do trabalhador.

Dejours (1996) diz que “a análise da articulação entre organização da personalidade e organização do trabalho passa por uma referência privilegiada pela *clínica psicanalítica*” (p.155; grifos meus), na medida em que – eu complemento – a ação clínica da psicanálise não se restringe ao atendimento padrão do consultório, mas abarca o mundo humano naquilo

2 Trata-se dos três aspectos da psicanálise enunciados por Freud (vide p.32) que aparecem articulados no que Herrmann (2005) chamou de *função terapêutica* e que retomaremos adiante.

o que é mais próprio do seu sentido, ou seja, a *psique*. O método psicanalítico é sempre clínico, pois é ao mesmo tempo um método de investigação, conhecimento e cura². Lembremos que, para Freud, o que caracteriza a psicanálise como ciência é o método em operação e não o material com que trabalha; isso quer dizer que a prática psicanalítica não se restringe à situação do tratamento, mas aborda o sujeito enredado nos fenômenos sociais e políticos. Essa abordagem diz respeito à *psicanálise em extensão* e que fundamenta a proposta da escuta analítica como um dos instrumentos na intervenção da VST.

Alguns aspectos da experiência psicanalítica

A experiência psicanalítica é uma situação estabelecida pela “escuta do analista” e por isso a escuta é o método em operação. O que visa ser escutado são as formas de subjetividade que abrem espaço de singularidade. A partir de Freud a palavra tornou-se um meio de acesso ao sujeito, ao que é desconhecido em si mesmo: a fala é atravessada pela sexualidade e pelo inconsciente, o que abriu novas possibilidades na compreensão do sofrimento humano. Uma vez que a situação analítica é uma situação de comunicação que se dá no campo intersubjetivo – o campo da transferência –, a escuta analítica permite a apreensão daquilo o que está velado na comunicação, ou seja, o enunciado do discurso. A escuta da palavra põe em relevo a singularidade dos sentidos da palavra enunciada, desvelando o sofrimento psíquico.

As palavras permitem descargas e associações que velam e revelam, por meio de lembranças, repetições, sentimentos e representações primitivas, dentre outros, uma realidade pulsional. Pela escuta analítica, a transferência pode ser entendida como um modelo pulsional de construção de realidade, tendo em vista que é essa mesma realidade que surge nas palavras, que se dá na fala. O psiquismo é um campo aberto que produz e reproduz história seja do sujeito seja da cultura. Isso nos remete à questão do “princípio metodológico da técnica”, em que a escuta analítica é um método de investigação tanto na situação do tratamento quanto na abordagem do sujeito enredado nos fenômenos sociais. Pode-se dizer que a escuta analítica é uma “forma” de abordagem do discurso. Sobre a escuta analítica, Silva Jr. (2001) diz que:

A escuta analítica, enquanto orientada pela metapsicologia, constitui-se como uma hermenêutica do discurso. (...) Hermenêutica do

discurso significa aqui o conjunto das categorias teóricas a partir das quais a palavra e seu sentido são entendidos em psicanálise, isto é, como um conjunto de modelos que se define, funcionalmente, a partir de sua abordagem do discurso, ou melhor, da linguagem em sentido amplo (p.5).

A escuta analítica fora do *setting* clássico: Uma experiência clínica

A expressão “*setting clássico*” não diz respeito simplesmente à situação do tratamento, mas guarda a idéia de *padrão*; de uma forma canônica de interpretação; de apego a regras e regulamentos doutrinários; de engessamento. Nesse sentido, a escuta analítica fora do *setting* clássico pode operar no tratamento. Isso implica que não podemos perder de vista a dimensão radicalmente original da vida que se expressa tanto no individual quanto no coletivo quando se trata de buscar os fundamentos da psicanálise, como já dissemos no início deste trabalho. Mas deixo a abordagem desse aspecto do “padrão” para outra ocasião. Nesse momento, priorizo o aspecto da experiência psicanalítica fora do consultório e, mais especificamente, da *psicanálise em extensão*, quando se trata de pensar nos fundamentos da psicanálise. Para delimitar a referência ao termo *psicanálise em extensão*, usado aqui, recorro a dois conceitos: o de *psicanálise exportada*, de Laplanche (1992) e o de *clínica extensa*, de Herrmann (2005).

Na introdução de *Novos fundamentos para a psicanálise* (1992), Laplanche retoma a questão de que a experiência psicanalítica não se restringe ao tratamento, mostrando quatro aspectos segundo o agrupamento de seus lugares e objetos: a clínica, a psicanálise exportada, a teoria e a história, aspectos que de certa forma já tocamos no tópico das *considerações iniciais*. Aqui nos interessa o aspecto da *psicanálise exportada* ou *extramuros*. O autor diz utilizar essa expressão para se distinguir da de ‘psicanálise aplicada’ que certamente é a mais comum e conhecida, tendo sua origem em Freud, mas traz consigo uma noção sujeita a críticas:

“Aplicação” suporia que, a partir de um domínio privilegiado, que, com efeito, é o tratamento, uma metodologia e uma teoria seriam abstraídas, para, em seguida, serem transferidas, sem mais – como numa engenharia – para outro domínio, assim como a ciência aplicada de um engenheiro, para cons-

truir uma ponte, nada mais é do que uma engenhosa derivação a partir dos conceitos fundamentais da física ou da mecânica. Por isso rejeitamos essa noção de psicanálise aplicada que desdenha o que constatamos quanto à sua função, quanto ao seu papel, à sua importância, no movimento psicanalítico e, antes de mais nada, em Freud; em Freud onde verificamos não apenas sua importância quantitativa na obra, mas também sua fecundidade (p.10).

Essa passagem nos remete ao início deste artigo, sobre a questão do método, ou seja, de que a possibilidade da escuta analítica fora do *setting* habitual é operação do método e que, portanto, a palavra *aplicada* se torna inadequada. Laplanche (1992) lembra que a obra freudiana traz inúmeros escritos sobre sócio-antropologia, religião e arte – como *Schreber*, *Leonardo*, *Totem e tabu* e *Moisés*, como já assinalamos também –, que mostram esse pensamento *extramuros* e que de maneira alguma é secundário em Freud. O autor enfatiza que *a psicanálise se dirige para fora-do-tratamento*, não para qualquer lugar, mas *num movimento em direção ao cultural*.

Herrmann (1992), na sua interpretação da psicanálise, criou a *Teoria dos Campos*, um instrumento de comunicação que “visa a desbanalizar o conhecimento psicanalítico e a aumentar sua permeabilidade capilar ao real e às disciplinas do homem” (p.12). A Teoria dos Campos desenvolveu-se, nos dizeres de Leda Herrmann (2005), “como um sistema de pensamento psicanalítico crítico-heurístico, tendo se dedicado à *tarefa de distinguir método de técnica psicanalítica*” (p.33; grifos meus). Sobre isso, Fábio Herrmann (2005) formula o conceito de *clínica extensa*, que diz respeito à “*vasta medida em que o método ultrapassa a técnica*” (p.19; grifos meus) no próprio consultório ou fora dele. O autor assinala que a expressão *clínica extensa* desperta a idéia do uso do método psicanalítico em situações exteriores ao consultório como em hospital, na escola, dentre outros, e que não há nada de errado nesse entendimento usual, porém merece uma consideração:

Por clínica extensa não pretendo referir-me tão-só à extensão a outros domínios, como também à recuperação daquilo que constitui nosso patrimônio original, em parte abandonado com o tempo. Como a atenção analítica à sempre clínica, a psicanálise da cultura e da sociedade, a correlação de mão

dupla com a literatura e as artes, a própria integração com o reino das ciências, tudo isto é clínica extensa (...) mesmo a prática de consultório pode configurar como clínica extensa (2005, p.24).

Essa passagem mostra que o conceito de clínica extensa abarca os dois aspectos fundamentais que quero recuperar quando me refiro à *psicanálise em extensão*, isto é, não só a extensão da clínica a outros domínios como a recuperação das especificidades da psicanálise.

Herrmann (2005) também ressalta que em Freud a “psicanálise ocupava uma área muito maior que a terapia de consultório” e que “as grandes análises freudianas da cultura, da literatura, deram lugar a uma prática muito estreita” (p.20). Para ele a *realidade da clínica extensa vem de Freud*, em que não há um padrão engessado, mas uma extensão real da clínica, mesmo no consultório, muito maior que a declarada. Para Herrmann (2005) o conceito de *função terapêutica* sustenta essa “intrínseca extensão da clínica”:

*Quando ocorre uma ruptura de campo*³, quando se desestabiliza um sistema estruturado de representações, o efeito não é apenas a abertura para o conhecimento, mas a abertura para uma mudança vital. Isto não se limita ao paciente em análise. (...) tal mudança dos rumos de vida pode ocorrer em qualquer dimensão sempre que o método psicanalítico entre em ação (...) *Função terapêutica é propriedade do nosso método que assegura a inseparável convivência entre saber e cura* (p.25; grifos meus e do autor).

3 De maneira sintética, para a Teoria dos Campos o método psicanalítico é uma ruptura de campo.

Na função terapêutica⁴ articulam-se o método de investigação, o conhecimento e a cura. A função terapêutica pode ocorrer dentro ou fora do consultório psicanalítico, por exemplo, numa supervisão, numa simples entrevista. *Onde houver prática psicanalítica haverá função terapêutica*. Diz Herrmann (2005): “anamnese, exame clínico e tratamento tornam-se bem mais eficientes se inscritos no círculo da função terapêutica. Até mesmo uma simples ausculta com estetoscópio mostra os efeitos da atenção interpretativa” (p.26). Nesse sentido, a *Inspecção* da vigilância em saúde do trabalhador também pode ser inscrita no ‘círculo da função terapêutica’, na medida em que houver prática psicanalítica, ou seja, que operar o método da escuta. Aqui abro espaço para trazer o recorte de um caso que

4 Como disse, anteriormente, na nota 3, sobre o método psicanalítico ser sempre clínico.

diz respeito à experiência psicanalítica referida no começo deste artigo, um exemplo clínico de *psicanálise em extensão* e que mostra a viabilidade da escuta analítica como um instrumento no processo de investigação na vigilância em saúde do trabalhador.

Trata-se do caso de uma escola de educação infantil – que chamarei de *Cordeirinho* –, uma demanda do Ministério Público do Trabalho (MPT) para a Subgerência de Vigilância em Saúde do Trabalhador da COVISA, em que a denúncia de risco à saúde do trabalhador no ambiente de trabalho, referia-se a precárias condições de higiene do local.

Quando chega uma denúncia na VST, a gerência avalia se a demanda é de sua competência ou se deve ser encaminhada para outro órgão. Ao recebermos a denúncia do MPT, da *Cordeirinho*, nossa chefia entendeu que a denúncia era pertinente e formou uma equipe multidisciplinar, de técnicos da VST, com duas psicólogas (dentre elas eu), uma assistente social e uma fisioterapeuta para investigar o caso. No processo de investigação, a Inspeção da VST é “um procedimento técnico realizado pela autoridade sanitária com o objetivo de investigar, avaliar e intervir nos ambientes, processos e condições de trabalho, que causem riscos à saúde dos trabalhadores” (OTA-VST, 2007, p.11).

Existe uma fase prévia à inspeção que consiste num levantamento de dados. Desse modo, pesquisamos algumas informações relevantes ao nosso objeto de investigação como, por exemplo, características básicas do universo das relações entre trabalho e educação, da saúde do trabalhador no campo da educação, do processo de trabalho dos trabalhadores em uma escola de educação infantil e da legislação básica pertinente. Estabelecemos como primeiros objetivos dessa investigação: 1) averiguar a veracidade da denúncia; 2) observar as condições de trabalho naquela escola; 3) estabelecer um diagnóstico situacional. Partimos, então, para a fase da Inspeção propriamente dita, situação em que eu poderia fazer operar a escuta analítica fora-do-tratamento: a *psicanálise em extensão*.

Fomos recebidas pela diretora e proprietária da escola. Esclarecemos a denúncia e que estávamos lá para falar sobre isso. Fizemos uma entrevista com ela e observamos a escola. Ao final, aquele encontro apontou para a veracidade da denúncia e ‘re-velou’ outra cena no discurso daquela mulher. Posteriormente, todos os trabalhadores da escola foram entrevistados. Foi estruturado um roteiro básico de entrevista em profundidade.

A *Cordeirinho* é uma empresa que presta serviços de educação infantil para crianças de 0 a 6 anos em período integral (das 7:00 às 19:00

horas), de segunda-feira a sexta-feira, com uma mensalidade de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais). Conta com uma Diretora, duas Coordenadoras Psicopedagógicas, sete Professoras de Educação Infantil e cinco Auxiliares de Desenvolvimento Infantil – que compõem a Unidade Sócio-Pedagógica e de Assistência –, uma Auxiliar Administrativo (Unidade Técnica), uma Faxineira (Unidade de Serviços) e uma Cozinheira.

A escola criou um projeto pedagógico fundamentado nos contos de fadas tradicionais, no psicodrama e na programação neurolingüística com o objetivo de trabalhar o desenvolvimento afetivo e emocional das crianças. Nesse sentido, desenvolve atividades psicopedagógicas, recreativas e físicas, com estimulação sensorio-motora, além de oferecer alimentação e higienização durante o período de permanência das crianças na escola. Para operacionalizar esse projeto, professores e auxiliares desenvolvem suas atividades em sistema de rodízio, em que as professoras, acompanhadas por uma auxiliar de classe, permanecem 40 minutos em cada turma, realizando uma atividade específica.

Lembremos da questão da organização do trabalho. Na escola, a organização do processo de trabalho pode interferir nas relações sociais, alterar comportamentos e atingir a saúde mental dos trabalhadores envolvidos nesse processo, bem como interferir diretamente na qualidade do ensino que depende do equilíbrio psíquico de todos os seus profissionais. A investigação do processo de trabalho de cada categoria tornou evidente a condição de trabalho que se configura na *Cordeirinho*, submetida à determinada organização do trabalho, assim como à estrutura de poder, o estilo gerencial e o tipo de ambiente organizacional.

Dentre outros aspectos, o diagnóstico situacional mostrou que não há um regramento claro para a organização do trabalho na Escola, tendo em vista que decorre de um estilo gerencial arbitrário, personalista, rígido e autoritário, sustentado pelo uso diário do controle pela disciplina do medo, como estratégia de gestão. Esse quadro tem como efeitos uma divisão do trabalho confusa e desorganizada, assim como a desarticulação do coletivo, o que gerou sofrimento psíquico para as trabalhadoras, expresso nos sentimentos de medo, indignação, humilhação e desamparo, como ficou evidenciado no discurso delas. Seguem abaixo algumas falas (notem-se os grifos) que mostram a contradição que aparece entre o discurso otimista da gestora, que procura demonstrar a humanização nas relações de trabalho, e o discurso vitimizado das trabalhadoras a respeito do seu cotidiano de trabalho:

(Diretora) *“O relacionamento é fácil, não tenho dificuldades. A metodologia é diferenciada, algumas pessoas não se adaptam, tem pessoas que têm dificuldade de se ajustar, as professoras vêm com autoridade frente às crianças e não se ajustam, não se adaptam à metodologia, não exercitam a liberdade interna. O professor é ditador, ele vem para dar aula, isto está sendo discutido na Educação. Tem professor que desistiu, não adianta discutir a metodologia, dispensamos pessoas que não se adaptaram, eram bravas com as crianças; a criança se conquista, não é fácil. A gente trabalha com educação no Brasil em cima de desenvolvimento, a criança feliz e não aprendiz, desenvolvimento do que ela precisa.”*

(Diretora) *“Treinar professores para trabalhar com liberdade vigiada não é fácil. Quando o professor fica irritado, pode acontecer de pedir para a criança ficar quieta, sentada, isto são os seus valores internos, que são trabalhados todos os dias.”*

(Auxiliar) *“Mas já vi muitas colegas com problemas com a direção e saírem da escola com problemas. A rotatividade é muito grande... Ela sempre grita com os funcionários quando está nervosa...”*

(Professora) *“... o clima geral é de obediência incondicional à direção e à coordenação que está a serviço da direção. Eu já chorei muito aqui durante e depois das conversas da direção. Já vi muitos colegas saírem da sala da diretora chorando, pois ela abusa e altera muito a voz.”*

(Professora) *“Seria melhor se as relações estabelecidas pela diretora não se pautassem pelos berros que acabam com o choro dos funcionários e que as fofocas não fossem incentivadas pela direção e coordenação.”*

(Auxiliar) *“Apesar de eu acreditar que serei uma professora aqui, já ouvi a Diretora dizer que não passará nenhum auxiliar para ser professor. Ela sempre grita com os funcionários quando está nervosa e indiretamente força a gente a chegar antes do horário para começar o trabalho.”*

(Auxiliar) *“... eu não estou falando tudo isso à toa. A gente já pediu luva, mas ela falou que não, que ela é mãe, cuidou dos filhos e nunca precisou de luva e que nenhuma criança ficou doente, que isto é besteira... Tanto para gente como para as crianças é muito fácil se contaminar. Isso é o que mais me incomodou.”*

Esse tipo de gerenciamento não visa à melhoria das condições de trabalho, mas somente, a adequação da força de trabalho aos interesses da

direção. Soma-se a isso a administração doméstica da diretora, que não mostra profissionalismo tanto nas relações interpessoais que se estabelecem dentro da escola como na formação / treinamento de seus funcionários no projeto pedagógico criado por ela, além das questões gerais de higiene e cardápio, tratadas ao longo da análise do processo de investigação. A fala abaixo demonstra esse aspecto:

“Treinamento no método não existe. Isto é uma casa, todos trabalham na mesma filosofia.”
(Diretora)

De maneira geral, a *Cordeirinho* é um espaço organizacional que tende ao sofrimento psíquico e as defesas usadas contra esse sofrimento acabam por provocar uma desorganização da cooperação, introduzindo a desconfiança entre as trabalhadoras, tendo em vista o controle disciplinar que se materializa por estratégias de vigilância horizontal (“dedos-duros” entre as colegas, por exemplo). Esse quadro aliado às normas e expectativas de produção, ao estilo gerencial arbitrário e doméstico, põe a descoberto o clima organizacional vigente na *Cordeirinho*, que pode ser resumido na seguinte frase: *conhecer para controlar melhor e com economia*. As falas abaixo (notem-se os grifos) revelam os múltiplos aspectos dessa condição, seja por meio dos relacionamentos interpessoais, da higiene da escola e das crianças, do tipo de material pedagógico utilizado, da alimentação e da própria postura da Direção:

(Auxiliar) *“Aqui as pessoas puxam muito o saco dela (Diretora); é complicado... é para não sofrer conseqüências. Tem muita coisa que vêm de errado, mas na reunião com a coordenadora pedagógica não se pode falar, quem ousa falar na reunião ela (Diretora) detona, fala que o outro está errado; é para prevalecer a opinião dela (Diretora)...”*

(Professora) *“O pessoal tem medo da Diretora, ela é autoritária, o que vale é o que ela fala. No início do ano saíram três pessoas...”*

(Professora) *“Há problemas de formação de painéis e temos de tomar cuidado com os ‘dedos-duros’ que levam tudo o que acontece à direção.”*

(Auxiliar) *“Eu não trabalho me divirto; gosto de tudo; às vezes, é difícil tratar as pessoas, mas o problema é pessoal. Pessoas que não têm um bom relacionamento não ficam: vão embora. Aponto o que está errado para a coordenação, falo mesmo... eu tenho obrigações para fazer aqui, sou apontadora mesmo... aquilo que não ta certo eu falo mesmo...”*

(Professora) *“Eu estou com stress porque não tiro férias há 1 ano; o período de recesso é contado como férias em julho, restam 15 dias após 1 ano de trabalho e nem sempre pode ficar 15 dias direto. A coordenadora pedagógica teve que cortar sua viagem... Quero férias que não seja o recesso. No projeto político pedagógico a escola seria fechada em julho e não fecha. Aqui o recesso é contado como férias.”*

(Professora) *“Eu sinto problemas emocionais e físicos por causa do trabalho... não levo trabalho para casa, antes isto acontecia. Os painéis eram feitos em casa, agora não acontece mais.”*

(Professora) *“Aqui não pára funcionário, fica um dia, sete dias, não se adapta, a filosofia da escola é diferente...”*

(Professora) *“... não tem vestiário com armários para guardar coisas pessoais e roupas usadas no trabalho... tem um armário para guardar bolsas que todo mundo usa e não tem chave.”*

(Auxiliar) *“A higiene também é uma coisa ruim; você tem que ver a geladeira: é preta, não é limpa e não gela. Eu trago manteiga e ela vive mole; se está mole dentro da geladeira é porque a geladeira não gela direito.”*

(Professora) *“Não era o que eu imaginava: a escola é suja, é só uma pessoa para limpar; o mesmo pano de chão ela (faxineira) passa no chão, no vaso (sanitário), na pia.”*

(Professora) *“As crianças bebem na mesma caneca: são 4 canecas para 25 crianças, 4 canecas para turma de baixo, tem no total, mais ou menos 30 crianças; quando dá afta, dá em todo mundo... Eu acho tudo muito sujo, eu abri a geladeira e tinha um cheiro ruim... Na dedetização, um dia após, as crianças estavam na escola em contato com produtos químicos... as crianças pequenas engatinhando ao lado dos produtos...”*

(Auxiliar) *“Pego virose direto aqui. No “XXX” nunca peguei nada... Aqui pego alergia na mão, no rosto... porque as buchas de banho não são trocadas... gripe aqui não passa (não acaba) porque os copos não são descartáveis... fui na médica, expliquei o que acontecia aqui, fiz vários exames e não deu nada. A médica disse que poderia ser das condições de higiene e / ou do trabalho também porque estou vivendo muito stress...”*

(Professora) *“Tem muito pó, o tatame é cheio de pó, as crianças dormem sem nada em cima deles, muitas espirram, tosse bastante, não relaxam, não conseguem dormir por conta da poeira.”*

(Professora) “*Eu me desanimei muito, tem sujeira; tudo é muito precário por ser nesta região, as mensalidades são caras. Eu não tenho expectativa de ficar aqui, eu estou procurando trabalho.*”

(Professora) “*O cachorro circula pela casa.... há falta de higiene, a criança que engatinha, fica no chão de urina de cachorro. A faxineira é porca: a mesa (das atividades de artes / refeitório) é suja, grudenta; não se pode usar ‘Veja’ (produto de limpeza), só pode passar o pano úmido,*”

(Professora) “*... a higiene... aqui todo mundo fica doente... e nos primeiros meses de trabalho com diarreia... o filtro nunca foi trocado, mas é dito que é trocado a cada seis meses.*”

(Professora) “*Também há questões de falta de higiene na limpeza da escola, dos banheiros e dos utensílios usados pelas crianças. Não temos sabonetes para a higiene das mãos dos professores e das crianças; penicos quando são lavados é só com água; os panos e o chão estão sempre sujos.*”

(Professora) “*O material da escola é antigo, a fita é cheia de mofo, tive que limpar para colocar no presente... as crianças são limpas com esponja com polvilho e a mesma esponja é usada em todos os bebês, não passam pomadas.*”

(Auxiliar) “*Os materiais de brincadeira do berçário são precários... são sempre os mesmos brinquedos; não existe uma rotatividade de brinquedos para despertar a atenção na criança. É uma lista de brinquedos diversos que continua a mesma sem mudar... eu calculo que faz muito tempo que está assim. Percebo até uma falta de interesse das crianças: elas olham e viram.*”

(Professora) “*As crianças tomam banho às vezes, e o chuveiro não esquenta direito, entra friagem porque a porta fica aberta... Os berços são velhos, os colchões, bem fininhos... não vejo trocar para lavar, as toalhas são encardidas, não é trocada, a mesma toalha é de manhã e de tarde...*”

(Professora) “*... na alimentação... tem fruta e gelatina, às vezes, às 4 horas... teve uma época em que era mais à vontade (a criança poder se servir de frutas e sobremesas)... agora com a cozinheira nova, ela faz alimentação balanceada (na verdade é controlada!) a quantidade de comida para comer; às vezes, eles pedem mais, mas não é dado: ‘não precisa comer muito, é suficiente’ (é o que é dito para a criança). No final da tarde eles estão irritados, querem comer a gola da camiseta, falam que estão com fome.*”

(Auxiliar) “... outra coisa que me incomoda é o fato da escola fornecer todas as refeições, *mas não deixar as crianças repetirem. Quando os últimos alunos estão aguardando os pais para irem embora, eles ficam muito irritados, pois estão com fome e não deixam (a escola) nada para dar às crianças; às vezes, eu trago biscoito e dou para eles sem a direção saber.*”

(Auxiliar) “*A Diretora diz que não é permitida a entrada dos pais na escola por ser prejudicial às crianças e que também não é para professores e auxiliares conversarem com os pais, pois todas as comunicações deverão ser feitas com a direção.*”

(Professora) “*Infelizmente a escola não dispõe de agendas para as professoras se comunicarem com os pais e vice-versa, pois faria este serviço com muito prazer.*”

(Professora) “*Quando o pai vem pela primeira vez, tudo é camuflado; os pais ficam na recepção... eu não sei o que leva os pais a colocarem as crianças aqui.*”

Lembremos que sob o ponto de vista freudiano, o trabalho é um instrumento que o homem criou para lidar com seu desamparo (*Hilflosigkeit*) e viver em sociedade. O trabalho aparece, assim, como uma forma de engate do sujeito no circuito social, o que torna o trabalho uma das peças fundamentais na problemática da identidade. Ressalta-se aqui a dimensão subjetiva do trabalho e, portanto, sua vinculação com o sofrimento humano e mais, especificamente, com o sofrimento psíquico.

Considerações finais

O desvelar do sofrimento psíquico das trabalhadoras da *Cordeirinho* só foi possível pelo uso da escuta analítica como um dos instrumentos no processo de investigação na VST. A escuta analítica permitiu a apreensão daquilo o que estava velado na comunicação, ou seja, o enunciado do discurso. Nesse sentido, a queixa/denúncia de precárias condições de higiene do local encobria os riscos decorrentes da complexa articulação de fatores associados à organização do trabalho tanto em relação à divisão e execução das tarefas quanto às políticas de gerenciamento dos indivíduos, da hierarquia e cultura organizacionais.

O caso da *Cordeirinho* põe a descoberto uma problemática que se observa na contemporaneidade: o processo de submissão no trabalho que pode levar às mais diferentes psicopatologias⁵. Trata-se da mais nova questão social, a *precarização do trabalho*, efeito nefasto das transformações do

⁵ Cf. Soboll (2007) e Dejours (2004; 2007).

modelo econômico decorrentes da reestruturação produtiva e da globalização dos mercados financeiros.

No caso brasileiro, como mostram Gomes & Thedim-Costa (1999), “observa-se um processo de pauperização, inclusive entre os trabalhadores integrados ao mercado de trabalho, como resultado de uma trajetória marcada pela insegurança, instabilidade e precariedade nos vínculos laborais” (p.412). Para esses autores, a violência nos centros urbanos é mais um efeito deletério dessas transformações e as repercussões para a saúde são as mais diversas. A precarização faz parte da “dinâmica de erosão de uma modernidade que aponta para a desagregação do trabalho e do modelo do Estado de bem-estar social” (Gomes & Thedim-Costa, 1999, p.414). De qualquer modo, a precarização do trabalho é um tema para ser retomado em outro momento.

Para finalizar, retomo a importância da psicanálise em extensão, ou seja, da escuta analítica para além do *setting* clássico, como método de investigação tanto em relação à situação do tratamento psicanalítico quanto à abordagem do sujeito enredado nos fenômenos sociais. Foi a recuperação deste fundamento da clínica psicanalítica que permitiu mostrar a viabilidade da escuta analítica como um dos métodos na intervenção da VST. Com isso, espero ter trazido alguma contribuição da pesquisa psicanalítica no desvelar das relações sujeito e trabalho.

An analytical experience in the Workers' Health Surveillance Psychoanalysis extended

Abstract: *This article aims to offer the foundations for the analytical listening as a method of investigation both in relation to the psychoanalytical treatment and the approach of the subject entangled in the social phenomena. For that, it is based in a psychoanalytical experience that was developed in the Workers' Health Surveillance in São Paulo city, whose case belongs to a Primary School. Thus, the author intends to show the viability of the psychoanalytical listening as one of the methods of intervention used in the Workers' Health Surveillance, as well as to present a contribution to the psychoanalytical research in the sense of the relations between the subject and work.*

Keywords: *Psychoanalysis extended, Work Organization, Workers' Health Surveillance*

Referências

DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J.-F. (Org.) *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. Psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. In: MENDES, A. M. & LIMA, S. C. C. & FACAS, E.P. (Orgs.) *Diálogos em Psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo 15, 2007.

_____. *Addendum*. In: LANCMAN, S. & SZNELWAR, L. (Orgs.) *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz / Brasília: Paralelo 15, 2004.

FREUD, S. (1917). Conferências Introdutórias sobre Psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, v.16.

(1921). Psicologia de grupo e a análise do ego, v.18.

(1923[1922]). Dois verbetes de enciclopédia, v.18.

(1930[1929]). O mal-estar na civilização, v.21.

GOMES, C. M. & THEDIM-COSTA, S. M. F. Precarização do trabalho e desproteção social: desafios para saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(2):411-21, 1999.

HERRMANN, F. *O divã a passeio*. São Paulo: Vozes, 1992.

_____. Pesquisa Psicanalítica. *Ciência e cultura*, 56(4):37-45, 2004.

_____. Clínica Extensa. In: BARONE, L. M. C. (Org.) *A psicanálise e a clínica extensa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

HERRMANN, L. Introdução à Teoria dos Campos: conceitos metodológicos. In: BARONE, L. M. C. (Org.) *A psicanálise e a clínica extensa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

LAPLANCHE, J. *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista mal-estar e subjetividade*, 4:329-48, 2004.

ROSENFELD, S. (Org.) *Fundamentos da vigilância sanitária*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO PAULO. *Código Sanitário do Município de São Paulo*. São Paulo: PMSP, 2004.

SILVA Jr., N. O sujeito da perspectiva e a abertura da escuta analítica. *Estados Gerais da Psicanálise – Encontros Latino-Americanos*, 2001, recuperado em 26/02/2008, de <http://www.estadosgerais.org/encontro/>

SOBOLL L. A. P. A disciplina como “coação da conformidade”: Um olhar para a submissão no trabalho. In: MENDES, A. M. & LIMA, S. C. C. & FACAS, E.P. (Orgs.) *Diálogos em psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo 15, 2007.

SUBGERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR DA COVISA. *Orientações técnicas e administrativas na vigilância em saúde do trabalhador (OTA-VST)*. São Paulo: PMSP, 2007.

TEIXEIRA, C. F., PAIM, J. S. & VILASBOAS, A. N. SUS, modelos assistenciais e vigilância da saúde. In: ROSENFELD, S. (Org.) *Fundamentos da vigilância sanitária*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

Lucianne Sant’Anna de Meneses

Avenida Angélica, 2466 cj 24

01228-200 – São Paulo, SP

3214 0599

lucianne@usp.br

A contratransferência: nas fronteiras da hermenêutica¹

Luis Henrique do Amaral e Silva

Psicólogo, mestre em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP

Resumo: *A partir do pensamento de Emmanuel Lévinas, o artigo procura inserir a contratransferência dentro das problemáticas hermenêuticas. Articulando a noção de “inspiração” de Lévinas à de contratransferência, mostra como essa última pode ser pensada como uma “fala inspirada”, ressaltando as suas dimensões éticas e subjetivantes.*

Palavras-chave: *Contratransferência, hermenêutica, ética, alteridade*

A herança que Lévinas nos deixa com sua obra – seu tamanho, sua profundidade, seu apelo, sua invocação... – não pode ser ignorada. A urgência ética de nossos dias, o sofrimento ao qual assistimos em cada esquina, em todos os cantos e dobras do mundo (e isso graças à “mídiação”, digamos assim, de nossa “realidade”), não podem mais passar despercebidos. E não vem de hoje tamanho apelo à nossa humanidade, ao nosso humanismo, seja na via de uma ética, seja na de uma educação. Como Adorno (1971/2000, p.119) proferiu certa vez, “a exigência que Auschwitz não se repita, seria a primeira de todas para a educação”. Lévinas falaria de um “sofrimento inútil”, “mal radical”, “dor injustificável” infligida a outros seres humanos. Como tal dor pode ser justificada?... Como a dor de outro homem pode receber a sanção de uma razão, da Razão?... Nas palavras de Lévinas (1991/1997, p.138):

Dor na sua malignidade sem mistura, sofrimento por nada. Ele torna impossíveis e odiosos toda a preposição e todo pensamento que o explicariam pelos pecados daqueles que sofreram ou morreram (...). Para uma sensibilidade ética (...) a justificação da dor do próximo é, certamente, a fonte de toda a imoralidade.

Não regressão à barbárie, mas a própria barbárie em si mesma!
Não são poucos os estudiosos da obra de Lévinas a levantar a

¹ Esse texto foi elaborado a partir das discussões sobre hermenêutica em diferentes aulas ministradas no Instituto de Psicologia da USP pelos professores Luís Cláudio Figueiredo, Nelson Coelho e Néelson da Silva Júnior. Agradeço aos professores pelas leituras atentas e comentadas, e, especificamente, ao professor Luís Cláudio, pelo seu incentivo e cuidado.

bandeira de que se ergue, a partir dele, uma Ética enquanto filosofia primeira, ou melhor (e mais!...), uma Ética anterior a toda e qualquer Filosofia, a toda e qualquer Ontologia... enfim, a Ética antes da compreensão, da inteligibilidade e do conhecimento que possamos ter do mundo e dos outros.

As metáforas que Lévinas emprega para tentar traduzir esse abalo no Ser, essa ruptura da imanência, essa quebra de toda a totalidade de sentido e representação, para tentar exprimir o grito do desamparo vindo de Outrem, mas grito que, além de me pedir socorro, também me ordena, essas metáforas nos levarão para “regiões” insólitas e abissais, ainda que sempre “presentes” na nossa relação com o outro.

Façamos um parêntese para explicar um pouco alguns termos do parágrafo anterior. Antes de mais nada, poderia ficar a dúvida se, aqui, tratar-se-ia apenas de “metáforas”. Essa é uma questão espinhosa, até porque Lévinas tem necessidade de ir além (ou aquém) do território tradicionalmente consagrado à linguagem, um território onde a re-presentação dita o funcionamento da linguagem. Por ser assim, Lévinas tem que torcer e retorcer a linguagem para exprimir isso que é da ordem do inexprimível, do irrepresentável, mas que não é um puro Nada, mas sim um chamado, um apelo, uma interpelação, um traumatismo, o mais no menos, o in-finito no finito, o acolhimento do Rosto, a vulnerabilidade ao Outro, a sua visitação no Mesmo, a fissura do Eu, etc...

As “metáforas” se substituem umas às outras, intercambiando-se numa espécie de perífrase (DERRIDA, 2004). Esse rodear junto a *isso* que é irrepresentável, mas que não é o Nada da alternativa “Ser-Nada”, esse volteio em torno disso que está para além (ou aquém) da ordem do sentido, do figurável, da “presentificação”, da *presença*, é uma tentativa de romper uma certa hegemonia que se fez presente na filosofia até Heidegger. Essa hegemonia, como veremos mais adiante, seria a fiadora de um esquecimento (ou amortecimento) mais grave do que aquele que Heidegger aponta quanto ao Ser. Esse amortecimento (mudemos agora o termo) refere-se a uma indiferença ética perante a alteridade de outrem e ao seu chamado. Mas Lévinas também faz uso de hipérboles e de certas aporias. É comum lermos coisas do tipo: “relação sem relação”, “passividade mais passiva que toda passividade”, uma “origem pré-original”, “outramente que ser”, etc.

Assim, um dos motivos da insistência com esses termos, e dessa retorção da linguagem, será o de tentar descrever o paradoxal encontro (que

também é indescritível, porquanto fora de toda representabilidade) com o Outro, cuja alteridade não poderá se enquadrar em esquema prévio algum de assimilação. E, aqui, Lévinas dirigire-se à Ontologia heideggeriana, e à sua descrição do ser-aí como já pré-compreendendo o mundo e os outros *Daseins*, mas também a Husserl, que não deixa de ser um representante da chamada “metafísica da presença”.

Há sempre um *mais além* nesse encontro com o Outro. Não há adequação entre o sujeito e objeto, entre o Eu e o Outro; não há contemporaneidade entre eles. No entanto, isso não quer dizer que não haja uma certa relação (mas “relação sem relação”, sem equivalência, sem proporcionalidade, etc.). Por outro lado, também haverá um *mais quem*, já que o Outro é aquele que viria antes de mim, antes que Eu tivesse lá para *presenciá-lo* e representá-lo, assimilando-o, assim, aos meus esquemas prévios de compreensão. Sou *afetado* pelo Outro antes de qualquer inteligibilidade, compreensão ou sentido. Lévinas insiste em que esse “ser afetado pelo Outro”, que seria da ordem de um sofrer mais passivo que toda a passividade, essa visita d’*Ele* em mim irá me implicar, exigindo de mim resposta e responsabilidade. Mais ainda... a Subjetividade, desde o seu início (sem começo!) é inflada, insuflada e inflamada por essa *inspiração* vinda do Outro, mas isso sempre sob a via de um certo traumatismo... Assim, em sua obra tardia, Lévinas desestabiliza ainda mais o Eu em seu sólido núcleo de identidade consigo próprio (mas desestabilização que é, paradoxalmente, constitutiva). Fica obscuro, portanto, delimitar fronteiras rígidas separando Eu e Outro. Antecipemos aqui, que com base em Lévinas, Monique Schneider irá diagnosticar uma profunda mutilação na obra de Freud, mutilação essa que buscaria reassegurar, defensivamente, algum lugar delimitável onde o sujeito pudesse ser afastado da proximidade perigosa com o “ser-próximo” – do “nó inextrincável” que o liga ao Outro – exercendo, assim, autarquicamente, sua soberania (SCHNEIDER, 1997).

Ora, o que tentaremos mostrar é que tal mutilação – que se dá pela delimitação rígida das fronteiras, pela separação defensiva que coloca um “parapeito” protegendo o Eu do abismo sem fundo que emerge quando da proximidade junto ao Outro – pode ainda estar exercendo seus efeitos devastadores e justamente num contexto cultural e social que exigiria exatamente o seu contrário. A clínica psicanalítica, hoje, segundo a descrição de alguns autores, demandaria que se olhasse para (e se escutasse...!) esse “nível” pré-originário da “experiência”.

Lévinas não se ensurdeceu a ele. Não se tornou surdo aos gritos silenciosos que ecoaram pelas chaminés dos fornos da indústria da “Solução Final”. Não pôde, tampouco, ficar calado perante a obra de Heidegger (para não dizer perante sua vida, sua posição frente ao nazismo e ao seu mestre, Husserl...). Grande parte do empenho de sua obra consiste no confronto com *Ser e Tempo*, de Heidegger, no questionamento das implicações éticas de tal empreitada rumo à Ontologia. Esta, para Lévinas, atinge no Ocidente, e com Heidegger, sua envergadura máxima, e é frente a ela que Lévinas irá se colocar para achar uma saída desse aprisionamento, dessa condenação do existente à sua existência, do se estar lançado aí, do ter que se haver com o fato do que “se é” e de que “há” (*Il y a*). Esse confronto com o Ser em Geral teria o caráter de um “horror”. Não se trata de uma relação com entes quaisquer, mas sim com o murmúrio silencioso que ressoa do fundo da existência.

Nas palavras de Costa (1998, p. 76):

Segundo Lévinas, mesmo que pudéssemos imaginar a aniquilação de todos os entes e sua redução ao nada, ainda sobraria um resquício de ser ressoando no fundo do nada. Uma impessoalidade que se designaria pelo “si”, pelo “há”, por uma terceira pessoa impessoal, presença anônima.

Presença sem forma, esse murmúrio silencioso nos faz lembrar, diabolicamente, de que “há ser”. Ainda que o mundo fosse destruído e todos os entes sumissem, restaria o Nada, haveria o Nada, ou, o que dá no mesmo, *Nada há!* Na esteira de Lévinas, afirma Costa (1998, p. 76):

A experiência do há é semelhante à experiência da noite, onde todos os objetos perdem a forma, mas a noite está aí, sem forma, como presença que se impõe diante da ausência das formas consumidas pela obscuridade.

Lévinas ensaia, em seus primeiros escritos, tentativas de se evadir do confronto com o fato “nu e cru” de que “se é” e “há”, onde imperaria esse Ser Geral anônimo e impessoal. Essa evasão do Ser rumo a um além do Ser, a um melhor que Ser, Lévinas chama de “Bem”. Será rumo ao Outro, saindo do horizonte do Ser, que será encontrado, em sua obra mais tardia,

esse mais além e melhor que Ser, um “*Outramente que Ser*”². É interessante notar como essas imagens nos dizem de uma claustrofobia perante esse silêncio ruidoso, uma certa asfixia que só encontrará no Outro, em sua inspiração e, portanto, no “ar” que ele sopra para dentro do Mesmo, uma saída do tédio profundo a que esse existir anônimo nos condena.

Mas retomemos o fio do seu diálogo com a obra de Heidegger.

Para Heidegger, o ser-aí, o *Dasein*, está lançado em um mundo repleto de sentidos, os quais formariam uma rede de re-envios mútuos, em que cada um irá se reenviar a cada outro. Antes de haver uma consciência afastada do mundo, e um mundo que serviria de conteúdo para o preenchimento dos atos intencionais desta consciência, haveria, ao contrário, um já-estar-lançado-no-mundo, pré-compreendendo-o. Heidegger desloca a problemática epistemológica (e suas questões sobre as condições de possibilidade do acesso ao mundo e aos outros) para trás (ou para adiante...), rumo à Ontologia. Não estabelecemos com o mundo e seus entes intramundanos primeiro uma relação sensível, para, só depois, tentarmos apreender os significados por detrás desta hipotética experiência pura, bruta. Antes, e ao contrário, já estamos sempre interpretando o mundo, e sempre numa pré-compreensão do ser, independentemente da atividade mundana na qual estivermos detidos.

Na acepção de Heidegger, segundo Lévinas (1991/1997, p. 22):

A compreensão do ser não supõe apenas uma atitude teórica, mas todo o comportamento humano. O homem inteiro é ontologia. Sua obra científica, sua vida afetiva, a satisfação de suas necessidades e seu trabalho, sua vida social e sua morte articulam, com um rigor que reserva a cada um destes momentos uma função determinada, a compreensão do ser ou a verdade.

Heidegger descreve e explicita, então, as estruturas existenciais desse existente que é o ser-aí. Desse modo, como que embutido em sua estrutura existencial originária, o ser-aí, enquanto ser-no-mundo, é sempre também ser-com (*Mitsein*), no que os outros *Daseins* estarão sempre já implicados. Trata-se de um estar ao lado dos outros no mundo. Em Heidegger, a intersubjetividade não se torna um problema, como foi para Husserl, haja vista que os outros sempre estão “aí” implicados também³. O *Dasein*, enquanto ser-no-mundo, só pode ficar só, sentir a solidão, na

2 Poder-se-ia perguntar, aqui, “quem é esse Outro?” A que (ou a quem) se refere? Nas palavras de Souza (2000, p.62; itálicos no original): “Quem é, portanto, o Outro? *É a dimensão de desneutralização eminente do Mesmo de si para si mesmo, em meio às suas razões e autojustificações.* É o que não deixa o Mesmo enquanto Mesmo repousar. O Outro é o questionamento da toda boa consciência, a saída do ser em excesso e do excesso de ser: um *melhor que ser.*”

3 Todavia, é sabido que, também em Husserl, ao menos em suas últimas obras, os outros teriam que comparecer, de maneira implicativa, para fundamentar a constituição de um mundo objetivamente compartilhado. O “mundo-da-vida” é um mundo formado pela co-presença de outros egos, os quais, junto ao eu transcendental, formariam uma intersubjetividade transcendental. No entanto, a importância dessa co-presença, desse compartilhar pré-predicativo do mundo, irá servir a diferentes propósitos para esses dois filósofos, ainda que se possa fazer uma aproximação das descrições de ambos os autores

medida em que os outros já compareceram em seu fundamento originário. Segundo Rée (1999, p.31), “solidão e incivilidade, em suma, não são negações do ser-com, mas suas formas pervertidas ou magoadas”.

Heidegger aponta, no entanto, que o ser-aí sofre, repetidas vezes em sua existência, “quedas” rumo à inautenticidade. Pode-se dizer, ainda, que o *Dasein* passa grande parte de seu existir nessa modalidade alternativa ao existir “autêntico”. Quando não nos apropriamos do nosso existir mais próprio, do nosso poder-ser mais íntimo e pessoal, caímos no anonimato de uma existência, onde todos são os outros e ninguém é si próprio. Alinhamos, dessa forma, ao plano dos seres (dos entes) que nos estão à mão, como utensílios intramundanos, e dos quais fazemos uso segundo sua instrumentalidade.

Nas palavras de Rée (1999, p.31):

Inautenticidade é o que sucede quando não “posuímos” a nós mesmos – quando negligenciamos a peculiaridade da nossa existência como intérpretes do mundo, isto é, como *Daseins*, e tratamo-nos como se fôssemos apenas mais uma das entidades à-mão ou simples-existências com que deparamos no curso de nossa existência.

Esse modo alternativo de existência, a inautêntica, não pode ser entendido simplesmente como um acidente de percurso, mas como um modo constitutivo e uma possibilidade original do ser-aí. Uma de suas “funções”, dentre outras, será a de, através do *falatório*, preencher o vazio que se instala na existência, criando, dessa forma, uma ilusão de familiaridade entre os outros *Daseins*. No entanto, essa fala não comunica nada, mas apenas preenche um silêncio que não pode ser escutado (ou suportado).

Enquanto *Daseins* somos inautênticos quando não assumimos nosso mais próprio poder-ser, quando não assumimos, por exemplo, nossa possibilidade de não estarmos mais “aí”. Quando se cai na inautenticidade, decai-se de um estado de “ser-com-os-outros” para um simples “ser-entre-outros”, uma possibilidade do existir onde impera o “impessoal” (*das Man*). O impessoal é o “ninguém” ao qual o *Dasein* se entrega sem se apropriar de seu si-mesmo.

Pois bem, uma das questões que sacodem Lévinas é que a socialidade implicada no ser-com gera uma ética fraca, que nem de longe roçaria nas cruciais questões elaboradas por ele, advindas da escuta e resposta ao (des)encontro com o Outro.

É curioso que, para Heidegger, a forma autêntica do *Dasein* efetiva-se ao se afastar da cotidianidade. Ora, mas, ao se afastar do cotidiano, o ser-aí irá também se afastar dos... *outros*! Ainda que, na solicitude, o *Dasein* possa ajudar outros *Daseins* a assumir suas respectivas existências, na tarefa em ser, em ter-que-ser, assumindo, assim, conseqüentemente, suas próprias finitudes – enquanto ser-para-a-morte – isso não produz, todavia, uma ética digna da escuta do sofrimento do outro Homem, tampouco gera responsabilidade perante o seu desamparo. “Não posso deixar outrem morrer só”, repetia reiteradamente Lévinas. Ainda que eu não possa fazer nada para aliviar o sofrimento alheio, ainda que outrem tenha que morrer a sua própria morte, não posso deixá-lo só. Lévinas, aliás, chega ao extremo de dizer que devo substituir-me a ele perante sua morte! Antes de sermos “ser-para-a-morte”, somos, sem defesa, “ser-para-o-outro”, e não ao modo de uma impessoalidade, uma impropriedade, como quando somos o “a gente” (*das Man*) e ninguém. Pelo contrário, ao sermos ser-para-o-outro, o somos a ponto de sermos eleitos os únicos a acolher e responder ao apelo e ao ordenamento vindo do Rosto do Outro. Não posso deixar essa tarefa a ninguém.

Não são poucos os pensadores, além de Lévinas, a sentirem um frio na espinha quando abordam a idéia heideggeriana do “ser-para-a-morte” – morte enquanto a mais extrema e radical possibilidade do *Dasein*, justamente a possibilidade da impossibilidade – e as conseqüências éticas daí advindas. Hannah Arendt citada por Pelizzoli (2002, p. 141) foi cortante quanto a isso:

A característica a mais essencial do Si é seu absoluto egoísmo, sua separação radical de todos os semelhantes. A antecipação da morte enquanto existencial foi introduzida com este fim; pois na morte o homem realiza o absoluto *principium individuationis*... Assim o Si é o conceito de homem segundo o qual este último pode existir independentemente da humanidade e não tem necessidade de representar ninguém, senão ele mesmo – seu próprio nada. (grifo meu)

Sobre a relação do ser-com – estrutura primordial de ser-aí – com a solicitude que se pode ter perante os outros, mas solicitude que só pode ajudar os outros a assumirem a sua mais radical possibilidade, Sartre citado por Pelizzoli (2002, p. 142) discorre:

O ser-com não é a posição clara e distinta de um indivíduo frente a outro indivíduo... é a surda existência em comum do membro da equipe... que se perfila no horizonte. A súbita revelação do ser-para-a-morte, lembrará a solidão de cada membro, levando aos outros esta compartilhada solidão. Solidão de muitos em companhia, a resoluta 'camaradagem itinerante' na execução de um destino comum, à luz fria e penetrante da própria possibilidade de morrer.

Uma espécie de solidariedade para-a-morte, porém uma solidariedade que não me leva ao extremo de me substituir ao meu próximo. A solicitude que surge daí servirá para o sujeito dar um "empurrãozinho" para que o outro possa vir a ser, deixando-o, logo em seguida, sob sua própria responsabilidade; deixando-o ser, dando espaço a ele... Não! Lévinas não se contenta com isso. Pior, ele não enxerga humanidade nenhuma aí. Perante outrem, diante d' *Ele*, não posso ficar (como não fico) impassível. O sofrimento de outro homem, sua mortalidade e sua vulnerabilidade, expressos em seu Rosto, são uma exigência de que não posso ficar indiferente a ele. Não-indiferença na diferença. Respeito pela alteridade do Outro, mas também não-imobilidade frente ao seu desamparo. O Outro é outro de mim mesmo, diferença radical, mas, nem por isso, nem por essa distância infinita, ele deixa de me interpelar e de me pedir auxílio.

Segundo Lévinas (1997, p.194):

(...) este em-face do rosto na sua expressão – na sua mortalidade – me convoca, me suplica, me reclama: como se a morte invisível que o rosto de outrem enfrenta – pura alteridade, separada, de algum modo, de todo o conjunto – fosse o "meu negócio"(...). A morte do outro homem me concerne e me questiona como se eu me tornasse, por minha eventual indiferença, o cúmplice desta morte invisível ao outro que aí se expõe; e como se, antes de ser eu mesmo votado a ele, tivesse que responder por esta morte do outro e não deixar outrem só, em sua solidão mortal. É precisamente neste chamamento de minha responsabilidade pelo rosto que me convoca, me suplica e me reclama, é neste questionamento que outrem é próximo.

Esclareçamos, aqui, alguns conceitos (e precisamos pecar um pouco contra a “letra” de Lévinas, reduzindo expressões como “Rosto”, por exemplo, a conceituações sintetizadoras). O Rosto do Outro é aquilo que rasga, a todo o momento, a sua própria forma, sua manifestação, remetendo-se a um além invisível, não apreensível que fura toda e qualquer fenomenalidade, mas que, nessa forma ausente de forma, instaura não somente uma distância perante mim, como também, e ao contrário, me convida e me ordena, em sua proximidade, ao diálogo, à relação, à socialidade... à Paz!

Para Figueiredo (1997, p.44):

O *rost*o do outro é o que nele não se fenomenaliza, não se configura, não se entifica, *não é*, mas apenas expõe sua vulnerabilidade, sua mortalidade. O *rost*o do outro me pede abrigo, cuidado, sacrifício. Emerge daí uma obediência anterior a qualquer entendimento, a qualquer compreensão e que apenas se traduz na interdição do assassinato e na obrigação de manter vivo.

“Relação sem relação”, sem equivalências e proporcionalidades, assimetria radical, o Rosto também é o in-finito no finito. O prefixo “in-” comporta dois campos de significados. Trata-se, por um lado, da negação da totalidade do Mesmo, interditando, desse modo, toda a sua espontaneidade de agente livre e autóctone. Interdição também de toda a Ontologia, enquanto ela é vista, por Lévinas, como o exercício do Mesmo, exercício do ser em vista do seu ser-mesmo. Se o Rosto do Outro é (ou “*não é*”), em seu além de ser, um convite à paz, ele também é, paradoxalmente, o *vestigio* daquele a quem eu posso querer matar. O Outro, à medida que escapa a toda e qualquer determinação, é o único a quem eu posso querer aniquilar completamente, já que é o único que não posso, eticamente, assimilar em sua infinitude. De fato, posso matá-lo ontologicamente, e o assassinato sempre é possível. Entretanto, no exato momento em que cometo esse ato último, o Outro não está mais lá. Ele já se foi. Não consigo apanhá-lo... (SOUZA, 2000).

Mas o “in-” também diz de um “em”, um “para dentro de...”. Apoiando-se nas descrições de Descartes sobre o infinito, Lévinas assevera que a idéia do infinito é aquela cujo conteúdo a ultrapassa, explodindo a capacidade dela de contê-lo. Pensamento que pensa mais do que pode pensar. Um conteúdo que rasga, explode o seu continente, convidando

para uma relação outra que não a da posse, da assimilação, da fusão, etc. Esse processo de “infinição” instaura o Desejo, cujo conteúdo, todavia, não vem para saciar sua fome e sede, e, sim, para alimentá-lo enquanto Desejo não-satisfeito. Desejo metafísico, sempre insatisfatório, e que tende para um maior afastamento e exterioridade do Outro em sua alteridade.

Nesse momento do percurso de Lévinas, a exterioridade do Outro, sua infinitude, irá desmontar o fechamento narcísico do Mesmo, o qual gozava, antes disso, de uma idílica liberdade e auto-suficiência, mas também de uma surdez ao estrangeiro.

Enquanto a Ontologia, com Heidegger, explicita que, antepondo-se ao nosso encontro com o mundo e com os outros, sempre há uma estrutura de (pré) compreensão, Lévinas a denuncia como a aversão e a alergia ao estranho, à alteridade, sendo, portanto, a raiz de toda a guerra. Uma cruzada contra a Ontologia se fará presente em toda a sua obra. Lévinas não nega, nem tenta refutar, as análises heideggerianas da facticidade do existir humano. Longe disso. Não obstante, ele pensa que elas são insuficientes para abordar a intriga ética.

Focalizemos mais propriamente, contudo, as questões hermenêuticas.

O estar-lançado num campo de sentidos já dados – ou, ainda que não dados, mas por via de se dar – forma aquilo que ele chama de *Dito*. Nele, já compreendemos, antecipadamente, os entes que nos estão à mão, e cada um irá se reenviar a cada outro, numa séria infinita (ou melhor, quase infinita, porque o horizonte do ser a delimita e a aprisiona). No campo do *Dito*, o mundo se estabiliza, não causando abalo algum no Ser. Mesmo que eu não compreenda algo, sua compreensão será, como afirmamos, buscada, ela é antecipada enquanto possibilidade... está no horizonte.

Entrando agora na Psicanálise, com suas problemáticas hermenêuticas...

A pressuposição de que há algo como um sentido a ser desvendado por uma interpretação psicanalítica vincula tal prática ao campo do *Dito* e, conseqüentemente, à Ontologia. Por toda a história da Hermenêutica, diversas abordagens e escolas se preocuparam com a possibilidade de acesso a um sentido oculto, latente, não explícito... por detrás das manifestações mais evidentes (embora pareça haver, aqui, uma redundância). A teoria da interpretação surgia como forma de se tentar vencer a distância e a estranheza que se constatavam no confronto com a alteridade dos textos antigos, do Livro dos livros, dos autores clássicos, etc. Se surge aí, a necessidade de uma exegese irá se estender, depois, aos próprios falantes e

às suas mensagens enigmáticas. Interpretar tornou-se um procedimento universal e necessário porque a compreensão já não era mais imediata. Abriu-se uma fissura na possibilidade de apreender a mensagem de um texto, de um autor ou de um falante.

Todavia, em detrimento das especificidades de cada escola, uma determinada tradição foi-se formando, aquela que, *a posteriori*, veio a ser chamada de “metafísica”. Essa tradição partia de um pressuposto básico: ainda que houvesse distâncias, intervalos, lacunas... na compreensão, poder-se-ia esperar que fossem ultrapassados; pressupunha-se que poderia haver algo como um *sentido idêntico a si próprio* por detrás de cada objeto da interpretação.

Não nos cabe, nem podemos, por ora, percorrer todas as diversas linhas e escolas da Hermenêutica. Seja como for, e dando um passo gigantesco até chegarmos à atualidade, temos que destacar que essa tradição foi fortemente “desconstruída” e atacada por frentes diversas. Mencionemos, como exemplo, o neopragmatismo de Richard Rorty⁴ e sua visão instrumental da linguagem. Rorty não vacila em jogar na lata do lixo os inúmeros conceitos – ou preconceitos – metafísicos. A interpretação se faz, para ele, segundo sua utilidade e o interesse do intérprete, segundo sua disponibilidade em relacionar seus objetos de interpretação com os fins do hermeneuta, seja quem for esse intérprete (um indivíduo isolado ou uma comunidade) e sejam quais forem suas finalidades e interesses. Para Rorty, não há algo como “o sentido por trás do texto”, por exemplo, mas, sim, os diferentes usos que posso fazer deste texto (ou de uma fala).

Essa postura de Rorty traz sérias implicações éticas, como o faz toda relação com os entes calcada na instrumentalidade deles. Quando não têm utilidade alguma, pode-se descartá-los sem mais delonga, pode-se jogá-los no lixo, ou mesmo queimá-los em fornos industriais. Porém, mesmo Rorty terá que convir que nem sempre nos guiamos exclusivamente por nossos interesses, nossos fins ou nossa capacidade de assimilar um ente novo aos esquemas prévios já estabilizados. Mesmo Rorty concordará que, em determinados momentos, o intérprete (chamemo-lo assim) é deslocado por seu objeto de interpretação, vale dizer, posso ser transformado em minhas concepções, posso reelaborá-las, transformá-las, e isso não por causa da mudança (gerada individualmente) de meus usos, mais ou menos arbitrários, nem de meus interesses, mais ou menos justificáveis. Há algo de um outro que não eu mesmo (e meu arsenal de interpretações, compreensões, usos, etc...) que pode me exigir essa mudança para que eu me apro-

4 Não nos cabe aqui, por uma questão de espaço e de interesse, especificar as diferenças entre o “desconstrutivismo” de Derrida e o neopragmatismo de Rorty. Seja como for, essas duas correntes, se pudermos chamá-las assim, trarão fortes críticas a toda metafísica implicada na história da filosofia e, em particular, na história da hermenêutica.

xime dele, para que eu possa lidar com ele, forçando-me, inclusive, a abandonar antigas concepções e interesses em decorrência desta alteridade que causa efeitos em mim.

A esse “poder ser afetado” pelo Outro em sua alteridade, exigindo de mim deslocamentos, ou mesmo *depondo-me* de minha posição estável, corresponderia, em vez do Dito, um certo *Dizer*. Estamos, aqui, na obra mais tardia de Lévinas.

O *Dizer* seria a resposta, numa exposição de si ao Outro, do que esse Outro causa em mim. Testemunho, ao Outro, do padecimento que sofro quando de sua *passagem* em mim, testemunho do qual, contudo, não posso me furtar. Sinceridade. Exposição de si ao Outro anterior ao fenômeno, ao que se mostra na visão, fora do tempo da imanência. Vulnerabilidade ao que me vem de “fora”⁵ e que me solicita uma significação. Doação na significação. Fissura do “núcleo” do Eu desde seus pulmões. Perante o Outro não posso me calar. E não caemos Lévinas (2002, p.109),

5 Como se verá mais adiante, o “fora” levinasiano vai ganhar contornos não nítidos e delimitáveis. O interno e o externo irão se confundir quando do encontro com o Outro.

Exagero de passividade na medida (ou no desmesurado) em que a devoção pelo outro não se fecha em si a guisa de estado de alma, mas desde já é votada ao outro. Tal excesso é o *dizer*. A sinceridade não é um atributo que, eventualmente, recebe o dizer; é pelo dizer que a sinceridade – exposição sem reserva – se torna possível. O dizer faz sinal a outrem, mas significa neste sinal a própria doação do sinal. Dizer que me abre a outrem antes de dizer um dito, antes que o dito desta sinceridade se interponha entre eu e o outro. ... *Dizer testemunhando a outrem o Infinito que me fende ao me despertar no Dizer*. (grifos meus)

Testemunho ao Outro de sua *visitação* em mim. Entretanto, não estive lá para presenciá-lo, mas apenas sigo os seus *rastros* em mim. Essa passagem de Outrem, e que a exponho a *Ele* no *Dizer*, denuncia uma *diacronia* a romper o tempo da imanência e da presença. Passado não memorável, que não apenas está lá, em minhas longínquas origens (pré-originais), mas que também exerce seu rompimento no “presente estendido”, aqui, na minha relação “contemporânea” com o Outro. Passado imemorial a indicar que a *visitação* do Outro está sempre ocorrendo, mas fora do tempo recuperável da consciência, a qual percorre seja o passado,

para resgatar suas memórias, seja o futuro, para antecipar o desenrolar dos eventos. O Outro sempre veio antes de mim, e, perante *Ele* sou também extrema vulnerabilidade, passividade mais passiva que a da alternativa passividade-atividade intencional.

Diferentemente (“outramente”) de um fechamento original, um si-mesmo totalitário que, por algum encontro fortuito, é obrigado a abrir-se ao de fora (como o que encontramos em *Totalidade e Infinito*), aqui ganha peso a origem an-árquica da subjetividade, do si-mesmo. “Si-mesmo como Outro”, para tomarmos de empréstimo o termo de Paul Ricoeur, a subjetividade nasce para abrigar o traumatismo que lhe vem do Outro, para abrigar o Outro em si-mesma. Hospitalidade estranha, já que o sujeito torna-se o refém em sua própria casa.

As metáforas de Lévinas, em sua obra posterior, vão trazer o corpo, em sua visceralidade e vulnerabilidade, para o primeiro plano, lugar em que se dará a afecção do Eu que sofre a invasão de Outrem em seus mais recônditos aposentos. Exposição do Eu como sensibilidade. “Ferida”, “dor” e “gozo”, por exemplo, trarão cores fortes para se contrapor à brancura de um ego transcendental descolado, de maneira quase esquizóide, da proximidade com o Outro. Ego que nega, assim, sua (pré-)origem anterior à sua atividade constituidora de sentido.

Nos termos de Pelizzoli (2002a, p.164):

A gravidade da encarnação é o risco e o perigo – gozo, dor e ferida – e o saber aqui é indireto; o alcance dos prolongamentos onto-lógicos do Eu sofrem como que um revés, em que o para-si se vê incrustado na *vulnerabilidade*.

O psiquismo nasce como inspiração vinda do Outro, que o insufla por dentro, desde suas células mais internas, e, assim fazendo, abre fendas em sua carne (o que sempre causará certa hemorragia...). Nas palavras insólitas de Lévinas citado por Pelizzoli (2002a, p.167): “A alma é o Outro em mim. O psiquismo, o um-para-o-outro, pode ser possessão e psicose, a alma é já semente de loucura.” Essa inspiração, que, para Lévinas, tem um caráter quase carnal, tem efeitos subjetivantes sobre mim, antes mesmo, porém, de ser algo que se dê no plano do psiquismo. O psiquismo vem como resposta e acolhimento dessa alter-ação, *em* mim, que me desperta (a)o Outro. E, aqui, vemos como se entrelaçam a responsabilidade e a subjetividade feita de carne.

Para Lévinas (1993, p.221):

... abordado a partir da responsabilidade pelo outro homem, o psiquismo do sujeito é o um-para-o-outro, o um devendo dar ao outro e, assim, o um tendo mãos para dar. A subjetividade humana é de carne e sangue... Trata-se de uma extração a si em um dar que implica um corpo, porque dar até as últimas conseqüências é dar o pão que se tira da própria boca.

O “em” no parágrafo acima tem um sentido paradoxal, porquanto se refere ao externo e, ao mesmo tempo, ao interno. Não se trata de uma simples *presença* do Outro em mim, mas sim da ruptura do Mesmo, e ruptura que inquieta o repouso do Eu desde os seus núcleos mais internos. O infinitamente exterior se faz infinitamente interior⁶, mas sem ocorrer assimilação. Essa última já denunciaria o englobamento do Outro, a captura d’Ele nas malhas compreensivas e aprisionantes do Eu.

Esse caráter quase que carnal - fisiológico mesmo - da inspiração é o que leva Lévinas (1993, p. 220) a dizer que a sua noção de inspiração vem antes da poética:

Esta maneira de me reivindicar, de se agitar em mim pode ser chamada de animação (o que não é uma metáfora: eu sou animado pelo outro) ou ainda de inspiração. E é na situação ética que esta última palavra recebe seu sentido próprio; é quando a empregamos para falar de um poeta que ela é metafórica.

Nessa inspiração, nesse chamado Ético, o Eu é responsável pelo Outro anteriormente a qualquer contrato estabelecido. Não escuto, primeiro, sua ordem, para depois, então, responder ativamente. É já ao responder e ao me tornar como ser-para-o-outro que escuto o mandamento. Esse é ouvido na própria obediência. *Dizer* antes do Dito.

Mas precisamos nos deter um pouco, porque escapa ao propósito deste texto percorrer toda a extensão da produção levinasiana. O que essa exposição do pensamento de Lévinas (ao fazê-lo falar, se expor...) pretende? Qual sua contribuição para a Psicanálise? Bem, em primeiro lugar, não iremos desenvolver as diversas implicações disso para a clínica e para

6 Temos aqui desenhada a idéia do exterior e o interior se confundindo e se imbricando um no outro. A partir de Lévinas, então, podemos dizer que essa idéia do “Outro em mim” torna um empreendimento difícil fazer qualquer afirmação categórica e delimitadora das fronteiras e da identidade do Eu.

o pensamento psicanalítico. Resignamo-nos a tomar como questão, e brevemente, o tópico da “contratransferência”.

Apoiando-nos em Monique Schneider, e em seu “diagnóstico” a respeito do nascimento do pensamento judicativo, na teoria freudiana, enquanto defesa contra o “nó inextrincável” com o ser-próximo, que ameaça jogar o sujeito num abismo, tentaremos ao menos esboçar para aonde está caminhando essa “partilha originária” que separa, rigidamente, as fronteiras do Eu (colocando o sujeito sempre em contato consigo mesmo, e transferindo o Outro para o lado de lá da alfândega). Essa partilha, para nós, vai em direção contrária à da demanda clínica contemporânea, com seus “casos-díficeis”.

Antes de passarmos à clínica, no entanto, façamos um desvio para a esfera da cultura e da sociedade.

No plano sociocultural, essa partilha segregadora estaria comandando, e determinando, grande parte das relações sociais. Zygmunt Bauman, um dos sociólogos mais perspicazes de hoje, é contundente ao mostrar que, se há algo como uma dimensão moral quase que atávica no ser humano, na configuração social constituída a partir da Modernidade, contudo, ela fica imobilizada, inutilizada e até amortecida.

O traumatismo da alteridade continua ocorrendo, não mais se convertendo necessariamente, porém, hoje, em responsabilidade pelo Outro. As questões atinentes à “diferença” e ao respeito a ela estão na ordem do dia para o pensamento “pós-moderno”. Todavia, Bauman mostra que tal “respeito à diferença” pode cair como uma luva para justificar as práticas (neo)liberais (BAUMAN, 1998). Privatiza-se tudo, inclusive o dever de dar acesso às condições mínimas de sobrevivência, as quais não são mais garantidas pelo Estado, que, não sendo mais responsável por quase nada, lava as mãos (o chamado Estado mínimo).

Poder-se-ia dizer: “Respeito a sua diferença, contanto que você fique aí, no seu canto, e eu aqui, no meu.” Há um recrudescimento dos individualismos, da solidão, dos projetos “auto-sustentáveis”, etc. Cada um é um responsável por si mesmo. O Estado se exime, cada vez mais, da obrigação de proteger e garantir direitos básicos (os tais “direitos humanos”...). As pessoas nunca estiveram tão próximas e tão distantes ao mesmo tempo. A “proximidade física” (ou contigüidade física), nos grandes centros urbanos, não corresponde uma “proximidade espiritual”, a qual seria responsável pela criação de laços humanos mais duradouros e profundos, e que não se romperiam com a facilidade e a velocidade do

apertar de uma tecla de computador (geralmente a tecla *delete*) (BAUMAN, 2004).

Em contrapartida, também se vê movimentos em sentido contrário, buscando o (re)estabelecimento de comunidades (“virtuais” ou não), grupos organizados da sociedade civil, que perseguiriam seus interesses particulares de grupo, etc.

Para Bauman, no entanto, a própria busca e anseio por comunidades “imaginadas”⁷ (busca que não deixa de ser pelo sentimento de pertencimento) estaria apontando para a impossibilidade dos encontros e formação de laços sociais efetivos, o que impulsionaria a procura desesperada por qualquer laço que fornecesse alguma identidade.

Tomemos, como exemplo, um caso bem recente. Como se sabe, existem, na *internet*, vários programas de relacionamento – entre eles o tão badalado *orkut* – que prometem viabilizar a formação de uma “rede (e uma comunidade) de amigos”. Comunidade virtual, relacionamentos virtuais. Essas relações, segundo Bauman, são tão frágeis quanto os seus indivíduos. É preciso estar “na rede”, fazer “conexões”, “encontrar” pessoas; porém, a facilidade da conexão, opõe-se à facilidade de desconectar-se. Para que não se crie muita angústia, Bauman diz que, nesse cenário líquido moderno, as pessoas precisam manter a fluidez e a velocidade das relações, sem que algum lento aprofundamento possa ser estabelecido, já que isso comportaria enormes riscos num mundo onde impera a imprevisibilidade. Não sei se o outro estará aí por muito tempo interessado em mim, então não me ligo a ele tão intensamente, pois, assim, o sofrimento diminui de intensidade quando ocorrer (a qualquer hora) a desconexão...

Segundo Bauman (2004, p.65):

A líquida racionalidade moderna recomenda mantos leves e condena as caixas de aço. Nos compromissos duradouros, a líquida razão moderna enxerga a opressão; no engajamento permanente percebe a dependência incapacitante. Essa razão nega direitos aos vínculos e liames, espaciais ou temporais. Eles não têm necessidade ou uso que possam ser justificados pela líquida racionalidade moderna dos consumidores.

Duas angústias se intercalam e se contrapõem: por um lado, o desespero de estar só e desamparado, estimulando, assim, a busca frenética por

7 Para Bauman, essas comunidades tenderiam a estabelecer uma certa identidade a seus membros para que lhes possibilitassem se sentir abraçados e acolhidos por esse todo maior que eles mesmos, o que lhes daria uma certa proteção e segurança perante as incertezas e vicissitudes da vida.

contato, por encontros, por comunidades, etc.; por outro, tão logo um encontro se dá, o medo de ficar preso (e invadido) se faz ouvir, levando o indivíduo de volta ao isolamento, à independência, à auto-suficiência, etc. Bauman não é um clínico, mas suas descrições dessa vida moderna líquida (principalmente no que tange a tais angústias) se assemelham, em muito, à sintomatologia de alguns quadros psicopatológicos contemporâneos; em especial, dos pacientes *borderline*.

A oscilação abrupta de humor, de angústias e de defesas do *borderline* tem um padrão semelhante às oscilações, sempre tensas, entre as atitudes decorrentes do medo do contato e as da vontade de ligação, ou, nos termos de Bauman, entre *mixofobia* e *mixofilia*. Nessas oscilações, os extremos opostos seriam a paranóia e o desejo de fusão com o outro. Parece haver, portanto, uma homologia estrutural entre esse cenário fluido, descrito por Bauman, e a dinâmica própria ao drama dos “pacientes-limite”.

Sem adentrarmos mais profundamente na sintomatologia dos pacientes *borderline*, ressaltamos apenas que eles, assim como os mais pro-priamente narcísicos e esquizóides, denunciam, com suas problemáticas, o malogro do encontro com objetos primordiais, os quais seriam incapazes de exercer suas funções também primordiais (e constitutivas) de continência, responsividade, empatia, acolhimento, metabolização/metaforização de sentido, capacidade de transformar elementos incomunicáveis em algo com sentido, etc..

Figueiredo (2003, p.127) vê, como uma condição do trabalho do analista, a capacidade dele, na contratransferência, em “*deixar-se colocar diante... do analisando e ser por ele afetado*” (grifo do autor). No entanto, ele vai além (ou aquém...). Não se trata da contratransferência no sentido comum do termo. Tratar-se-ia, antes (e aquém) da possibilidade, segundo Figueiredo (2003, p.128), de um...

... deixar-se colocar diante do sofrimento antes mesmo de se saber do que e de quem se trata. Essa contratransferência primordial corresponde justamente à disponibilidade humana para funcionar como suporte de transferências e de outras modalidades de demandas afetivas e comportamentais profundas e primitivas, vindo a ser um *deixar-se afetar e interpelar pelo sofrimento alheio no que tem de desmesurado* e mesmo de *incomensurável*, não só desconhecido como *incompreensível*.

Podemos agora, finalmente, visualizar a nossa tese. Essa contratransferência primordial aponta justamente para esse nível pré-origi-nário da experiência⁸ (tal como desenvolvido por Lévinas), “nível” esse (que não acessamos diretamente e no qual não nos nivelamos...) em que sou afetado pelo outro desde o meu corpo, abrigando-o sob a minha pele, e percebendo-me, portanto, ligado aos outros antes que esteja ligado ao meu “corpo próprio”. Giros centrípetos e centrífugos da socialidade ética na base da constituição de uma “morada”⁹.

Se a contratransferência, tal como tradicionalmente a entendemos, já entra no campo do *sentido*, e conseqüentemente, do Dito e da Ontologia, com todos os riscos de uma compreensão apressada (e sempre violenta) do Outro, ela também tem sua pré-origem, por outro lado, neste fundo abissal em que sou lançado para o Outro, e no qual igualmente sou constituído. Logo, uma interpretação calcada na contratransferência (nos afetos, nas reações, etc.) poderia, em certos momentos, ser entendida como uma *fala inspirada* (tal como Lévinas pensa a inspiração: a vinda do Outro *em mim*), um Dizer antes do Dito, ainda que esse Dizer, ao ser pronunciado, entre também no campo de forças do Dito. Trata-se da passagem de Outrem em mim, passagem que *testemunho* na sinceridade do Dizer, sem que esse percurso da alteridade possa ser convertido, contudo, em um objeto correlativo do pensamento. Não há correlação possível. A consci-ência dessa passagem é sempre retrospectiva. Não se trata, tampouco, de igualar o que se encontra em mim, a título de estado afetivo, com o que pertence ao Outro, numa correspondência ponto por ponto de nossos con-teúdos. No entanto, algo me anima, me inspira, me sopra e me constitui, mesmo que dando ilusão de eu ser o autor d’*isso* que recebo de modo heterônomo. Essa indecisão acerca da ciência da autoria disso a que res-pondo, retomo e exponho no Dizer nos faz lembrar que toda a questão enfocada remete às fronteiras do Eu, também tornadas móveis, as quais o pensamento de Lévinas problematiza sobremaneira, questionando os limi-tes rígidos impostos pelos processos de constituição de identidade, seja a do objeto, seja a do sujeito.

A noção aqui proposta da contratransferência como fala inspirada (ou como testemunho da passagem do Outro em mim, ou como exposição e vulnerabilidade minha ao Outro, expostas a Ele no Dizer, etc...) envolve, contudo, algumas embaraçosas questões. Uma delas é a da articulação entre Ética e Técnica em Psicanálise. Do que foi falado, podemos inferir que essa fala inspirada, não sabendo o que diz – porquanto diz sem saber

8 Contudo, não se trata de experiência, já que esse traumatismo da alteridade, digamos mais uma vez, seria avesso a toda possibili-dade de representação, de presença, de tema, no que cairia ainda, se fosse dessa forma, sobre os poderes cognitivos do Eu.

9 Aqui, ‘morada’ deve ser entendida como a possibili-dade de uma “instalação” para que toda e qualquer experiência ocorra, para que o acolhimento seja mesmo possível. Todavia, e radicalizando essa idéia, o (des)encontro com o Outro seria aquilo para além da noção comum de experiê-nça enquanto presença e representação, isto é, esse traumatismo da alteridade não apenas transbordaria os limites intocados do Eu, como também destroçaria toda e qualquer morada e instalação egóicas já estabelecidas. Se a Ética pode também ser pensada, entre outras coisas, como a possibilidade de se erguer uma morada para que objetos e mesmo o Outro venham ao encontro (Cf. Figueiredo e Coelho Júnior, 2000), e até como fundação e consolidação de mundos, então poderíamos ousar dizer que o traumatismo da alteridade seria o que per-turbaria a própria morada, aquilo que desafiaria as minhas possibilidades mesmas de acolhimento e hospitalidade.

o que está dizendo – não tendo um objeto correlativo ao pensamento, não sendo calculada nem medindo os efeitos possíveis, traz consigo, sempre, algo de subversivo, de transgressor. Subversão e transgressão, por exemplo, a teorias estabelecidas, a conceitos, a técnicas convencionais... Essa fala não se compromete com teorias nem com técnicas, mas se faz como resposta e acolhimento ao Outro. Por outro lado, essa resposta teria necessariamente, entretanto, um caráter terapêutico?... Poderia uma fala que se realiza como o acolhimento do Outro em mim trazer em si o germe de algo que seria tudo menos terapêutico?... Se assim for, se pudermos supor que nem toda fala inspirada será terapêutica, teremos que chegar à embaraçosa conclusão de que a Ética, tal como pensada por Lévinas, e articulada, aqui, com a contratransferência, poderia trazer, consigo, elementos não-éticos. E talvez seja necessário que assim o seja.

Derrida procurou mostrar que essa pervertibilidade intrínseca da Ética seria justamente aquilo que a impediria de se satisfazer, de se comprazer em si mesma. Tarefa infundável, nunca quite com a dívida que busca saldar, a Ética precisaria ser contaminada, no seu ser mais íntimo, por elementos não-éticos, os quais a forçariam a ser cada vez mais responsável, cada vez mais em dívida e... cada vez mais ética. Mas, se assim for, se a fala inspirada encerra possíveis elementos que, posteriormente, poderiam ser entendidos como antiterapêuticos, ou mesmo antiéticos, isso não a torna exclusivamente não-ética, nem a torna um não-acolhimento. No nosso caso, isso apenas problematiza, ainda mais, as relações entre Ética e Técnica. Se todo encontro, em análise, diz respeito a algo inserido na ordem da Ética, isto é, da responsabilidade, da resposta, do acolhimento ao Outro, etc., poder-se-ia pensar, por outro lado, que a Técnica viria justamente para “corrigir” tais elementos não-éticos inoculados na relação ética. Por conseguinte, a Técnica seria também uma Ética. O que queremos enfatizar, de qualquer modo, é o caráter ambíguo e complexo das relações entre esses pólos. Essa advertência direciona o nosso pensamento para o fato de que se, por um lado, a contratransferência pode ser “lida” (e escutada, assumida, etc...) como uma espécie de “fala inspirada”, ela também traz, por outro, todo o risco de pervertibilidade que Derrida apontara no tocante à Ética. Articular essas duas dimensões parece ser o que está em jogo.

Voltando ao nosso tema principal, para finalizá-lo (sem o esgotar), e articulando as questões acima expostas, temos que o trabalho de metaforização (ou, para usarmos uma linguagem winnicottiana, o lugar do brincar) deveria ser alimentado, por conseguinte, por esse fundo pré-origi-

10 Podemos problematizar essa idéia e pensar que, na verdade, essa dimensão traumática de encontro com o Outro sempre está a ocorrer. Portanto, o Outro está constantemente forçando a ruptura de meus núcleos mais narcísicos, de minha identidade mais estável. Em decorrência, o que se vê nas atitudes mais esquizóides já seria algo da ordem de uma *defesa frente ao encontro*. Esse afastamento defensivo perante o Outro (como o que acontece, por exemplo, na formação de um falso-self que serve de proteção ao verdadeiro-self frente às intrusões traumáticas) denunciaria uma invasão que já ocorreu, seja no passado remoto, seja na contemporaneidade do “aqui e agora”. Os *enactments* corresponderiam a esse tipo de monitoramento defensivo perante a alteridade, baseando a sua eficácia (sua capacidade de defesa, de não-comunicação, etc.) na coação que induz o analista a “cair” efetivamente nas malhas de um jogo de cartas marcadas. O ganho é, dentre outras coisas, em *previsibilidade*.

nal do (des)encontro com o Outro; não poderia prescindir dele, sob pena de se tornar uma série de abstrações desconectadas daquilo que vivifica um encontro analítico¹⁰.

E, mais importante ainda: a capacidade de o analista se manter nessa “hospitalidade” estranha, enquanto refém, será uma das condições para o exercício de tais funções do objeto primordial, com o qual estes pacientes “graves” acima mencionados — herdeiros de uma cultura traumática — nunca tiveram um contato suficientemente bom.

Tal como os bebês que temem a morte (psíquica) de suas mães, “chacoalhando-as” e “animando-as” para mantê-las vivas, ou assumindo as depressões maternas para si mesmos, como uma maneira de tentar aliviá-las desse fardo existencial, os pacientes graves da clínica contemporânea podem estar “chacoalhando” a Psicanálise para que ela permaneça viva!... Escutemos os seus gritos, e sem tentar situá-los, rápida e defensivamente, em domicílio algum — tal como fizera Freud — para que essa “domiciliação” não se converta em indiferença ética travestida de respeito pela alteridade. A contratransferência, assim entendida — isto é, como algo que surge do (des)encontro traumático com Outrem — poderá fornecer uma possibilidade de morada para aquilo que não teve nome nem lugar, desde que não se esqueça de sua origem (nem de sua possível traição, do Dizer transformando-se em Dito, etc.). A contratransferência, dessa forma, estaria situada nas *fronteiras* da Hermenêutica... Nos limites entre o Eu e o Outro, entre o dizível e o indizível... Não fixemos, aqui tampouco, seu domicílio exato...

Countertransference: at the frontiers of hermeneutics

Abstract: *Following the thought of Emmanuel Lévinas, this paper aims to insert the countertransference into the hermeneutics problems. Linking Lévinas's notion of “inspiration” to the idea of countertransference, it shows how the former can be considered as “inspirated speech”, pointing out its ethical and subjectivizing dimensions.*

Keywords: *Countertransference, hermeneutics, ethics, alterity*

Referências

ADORNO, T. (1971). *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 190 p.

BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. 192 p.

_____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. 276 p.

COSTA, M. L. *Lévinas: uma introdução*. Petrópolis: Vozes, 1998. 240 p.

DERRIDA, J. *Adeus a Emmanuel Lévinas*. São Paulo: Perspectiva, 2004. 142 p.

FIGUEIREDO, L. C. M. *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2003. 208 p.

_____. O interesse de Lévinas para a psicanálise: o desinteresse do rosto. In: *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo, 5 (1): 39-51, dezembro, 1997. 244 p.

FIGUEIREDO, L. C. M. & COELHO JUNIOR, N. *Ética e técnica em psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2000. 104 p.

LÉVINAS, E. (1982). *De Deus que vem à idéia*. Petrópolis: Vozes, 2002. 240 p.

_____. (1991). *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1997. 302 p.

_____. *Dieu, la mort et le temps*. Paris: Éditions Grasset et Fasquelle, 1993. 278 p.

LÉVINAS, E. (1961). *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 70, 1980. 312 p.

PELIZZOLI, M. *O eu e a diferença*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. 232 p.

_____. (2002a). *Levinas: a reconstrução da subjetividade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. 248 p.

RÉE, J. *Heidegger*. São Paulo: Unesp, 1999. 64 p.

SCHNEIDER, M. A proximidade em Lévinas e o Nebenmensch freudiano. In: *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo, 5 (1), dezembro, 1997. 244 p.

SOUZA, R. T. *Sentido e alteridade: dez ensaios sobre o pensamento de Emmanuel Lévinas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 240 p.

Luis Henrique do Amaral e Silva

Rua Massacá, 348

05465-050 - Alto de Pinheiros, São Paulo, SP

(11) 3023 6057

e-mail: luishas@hotmail.com

A formação em questão

Oscar Miguelez

Psicanalista, professor do Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, pesquisador do Laboratório de Psicopatologia Fundamental da PUC-SP

Resumo: *O autor afirma que ninguém é nem será analista só porque se auto-intitule como tal, nem só porque obtenha autorização para fazê-lo de qualquer um dos organismos existentes, ou por criar. Entretanto, a formação de um psicanalista transita com frequência um espaço “entre” o pessoal e o institucional. Arendt é convocada para auxiliar com sua noção de “pensamento” nessa espinhosa questão.*

Palavras-chave: *Formação psicanalítica, instituição de formação, Freud, Lacan*

Em 1926, Freud publica um livro que em português foi traduzido como *A questão da análise leiga*. Esse longo e não muito visitado trabalho foi escrito, nos informa Strachey, por um motivo muito especial. Diz Strachey (in Freud, 1926/1979, p. 168):

Em fins da primavera de 1926 foi dado início a um processo, em Viena, contra Theodor Reik, proeminente membro não-médico da Sociedade Psicanalítica de Viena. Foi acusado, segundo informações prestadas por alguém que ele viera tratando analiticamente, de violação de uma antiga lei austríaca contra ‘charlatanismo’ – lei que tornava ilegal que uma pessoa sem um grau médico tratasse de pacientes.

Em resposta e em auxílio ao seu amigo, quase filho adotivo – segundo o comentário de Roudinesco (1998, p. 655) – Freud elabora esse extenso trabalho no qual faz uma defesa acalorada do exercício da psicanálise por não médicos. Embora o trabalho tenha essa finalidade específica, algumas das questões aí levantadas serviriam de modelo da formação analítica e não perderam relevância até hoje.

Já na primeira página coloca-se a questão de quem pratica a psicanálise e Freud não esconde a desconfiança que lhe desperta tal preocupação. Com efeito, a relação da medicina com a psicanálise foi, e continua sendo,

profundamente ambivalente. Decididamente não é uma titulação oficial, nem em medicina nem em psicologia, que habilitariam ao exercício da psicanálise. Frente à pergunta: como e onde se pode aprender o que é necessário para praticar-se a análise? Freud diria o seguinte (1926/1979, p. 213):

No momento existem dois institutos nos quais se ministra instrução sobre psicanálise. O primeiro foi fundado em Berlim pelo Dr. Max Eitingon, que é membro da Sociedade local. O segundo é mantido pela Sociedade Psicanalítica de Viena às suas próprias custas e com considerável sacrifício. O papel desempenhado pelas autoridades limita-se, no presente, às muitas dificuldades que se antepõem ao novo empreendimento. Um terceiro instituto de formação está sendo agora inaugurado em Londres pela Sociedade dessa cidade, sob a direção do Dr. Ernest Jones. Nesses institutos os próprios candidatos são submetidos à análise, recebem instrução teórica mediante conferências sobre todos os assuntos que são importantes para eles, e desfrutam da supervisão de analistas mais velhos e mais experientes quando lhes é permitido fazer suas primeiras experiências com casos relativamente brandos. Calcula-se um período de cerca de dois anos para essa formação. Mesmo após esse período, naturalmente, o candidato é apenas um principiante e não ainda um mestre. O que ainda se necessita deve ser adquirido pela prática e por uma troca de idéias nas sociedades psicanalíticas nas quais membros jovens e velhos se reúnem. O preparo para a atividade analítica de modo algum é fácil e simples. O trabalho é árduo, grande a responsabilidade. Mas qualquer um que tenha sido analisado, que tenha dominado o que pode ser ensinado em nossos dias sobre a psicologia do inconsciente, que esteja familiarizado com a ciência da vida sexual, que tenha aprendido a delicada técnica da psicanálise, a arte da interpretação, de combater resistências e de lidar com a transferência – qualquer um que tenha realizado tudo isso não é mais um leigo no campo da psicanálise. Ele é capaz de empreender o tratamento de perturbações neuróticas e ainda poderá com o tempo alcançar nesse campo o que quer que se possa exigir dessa forma de terapia.

O modelo explicitado aqui (o famoso tripé da formação analítica) foi o seguido pela maioria das sociedades psicanalíticas criadas ao redor do mundo.

Entretanto, já em 1926, esses ideais de formação geraram o inevitável mal-estar. Uma parte dos membros da incipiente sociedade psicanalítica recusou a admissão de leigos (não médicos) nos institutos. Isso foi também assim na Argentina até há pouco tempo. Disse Freud (1926/1979, p. 224) a respeito pleno de ironia:

Como posso lhe explicar a atitude desses meus alunos? Não sei ao certo; penso que deve ser o poder da consciência corporativa. O curso do desenvolvimento deles tem sido diferente do meu, eles ainda não se sentem à vontade em seu isolamento dos colegas, gostariam de ser aceitos pela “profissão” como tendo plenos direitos, e estão preparados, em troca, por essa tolerância, para fazer um sacrifício num ponto cuja importância vital não lhes é evidente. Talvez possa ser de outra forma; imputar motivos de concorrência a eles seria não somente acusá-los de sentimentos baixos, mas, também, lhes atribuir uma estranha miopia. Estão sempre prontos a introduzir outros médicos na análise, e de um ponto de vista material deve ser-lhes indiferente ter de partilhar os pacientes disponíveis com colegas médicos ou com leigos.

Outras questões de palpitante atualidade são abordadas no trabalho de 1926. Selecionei algumas frases que achei interessantes:

“A prática da psicanálise é um assunto que deve, em geral, ficar sujeito à interferência oficial, ou seria mais conveniente deixá-lo seguir seu desenvolvimento natural?”

“Em nosso país desde antigamente um verdadeiro *furor prohibendi* [paixão por proibições] tem constituído a regra, uma tendência a manter as pessoas sob tutela, a interferir e a proibir, o que, como todos sabemos, não tem dado frutos particularmente bons.”

“A psicanálise é algo tão novo no mundo, a massa da humanidade é tão pouco instruída sobre ela, a atitude da ciência oficial para com ela é ainda tão vacilante, que me parece precipitado intervir em seu desenvolvimento com regulamentos legislativos.”

“Já estabeleci o que me parece falar em favor de uma política de *laissez-faire*. Se a outra decisão for adotada – para uma política de intervenção ativa – então parece que em qualquer caso uma medida imperfeita e injusta de proibir implacavelmente a análise por não-médicos será um resultado insuficiente.”

Muita água correu nos moinhos da psicanálise desde 1926 até hoje. A releitura de um texto como esse nos surpreende pela atualidade de algumas questões e, ao mesmo tempo, pela distância que nos separa desses anos heróicos do nascimento da instituição psicanalítica.

Os ideais de formação preconizados por Freud (que incluíam junto ao famoso tripé história da cultura, mitologia, psicologia da religião e literatura) adquirem hoje um certo ar de inocência e ingenuidade.

O crescimento maciço da instituição psicanalítica com a consabida avalanche de ordenamentos burocráticos e distribuições de poder pouco democráticas; a proliferação de novas orientações, diferentes das freudianas, embora em suas origens sempre reclamando para si o papel de continuadores do essencial da obra do mestre; o aumento desmedido da assim chamada “literatura psicanalítica”, que hoje representa um volume de material impossível de ser encarado por qualquer psicanalista por mais estudioso que seja; o domínio da “miopia” (para não dizer a cegueira) e dos “sentimentos baixos” (para não falar do narcisismo dos analistas, sempre comentado nos corredores da psicanálise) faz hoje a tão comentada formação psicanalítica uma quimera cada vez mais difícil.

O pós-guerra trouxe uma avalanche de divisões nas diferentes sociedades regionais. Os novos grupos, uma vez constituídos, procuravam reconhecimento da Internacional e se reorganizavam, mais ou menos da mesma maneira que os anteriores trocando só os caciques.

Ora, nada teve um efeito mais marcante para os caminhos da formação psicanalítica que o assim chamado ato de excomunhão operado pela IPA na figura de Jacques Lacan, acontecida nos meados dos anos 60. Até lá, bem ou mal, a Associação Psicanalítica Internacional fundada por Freud era a detentora absoluta da “patente” psicanalítica. A Internacional, embora combatida e criticada por todos, representava também o papel de garantia, nela depositava-se a esperança de existência de um núcleo duro de aquilo que poderia ser chamado psicanálise. A exclusão de Lacan da Internacional teve uma conseqüência inesperada por aqueles que a operaram. Com efeito, pode-se dizer de Lacan uma inúmera quantia de adjetivos, nem sempre elogiosos; pode-se qualificar seu caráter, seu estilo; a única coisa que não se pode dizer de Lacan é que não foi um psicanalista. Esse

ato de exclusão deixou patente uma realidade: a psicanálise poderia existir fora da IPA. A IPA perdeu sua exclusividade.

O novo grupo liderado por Lacan, separado da Internacional, iniciou uma vida própria. O ensino de Lacan teve forte repercussão no meio intelectual da Paris dos anos 60 - 70 e exerceu uma forte atração nas camadas mais jovens, conservando também grande influência entre os mais velhos. A revolução lacaniana questionou os alicerces e o modelo, até então em vigor, da formação psicanalítica e provou “de fato” que era possível a existência da psicanálise fora do âmbito da Internacional. O ensinamento de Lacan, fundamentalmente oral, foi recheado de anedotas, frases de efeito e críticas à formação oficial. Dentre essas críticas cabe remarcar a abolição da assim chamada análise didática e a concomitante proposta do “passe” que culminou em 1968 com a aprovação em assembléia de um documento que continha a frase: “O psicanalista só se autoriza por si mesmo”. A sentença correu o mundo como pólvora e operou um efeito liberalizador, bem sintonizado com o espírito de contestação dos anos 60 e 70. A instituição do “passe” gerou uma intensa polêmica e produziu a primeira cisão nas fileiras do lacanismo, dando lugar à criação do que foi chamado o “Quarto Grupo” liderado por Perrier, Aulagnier e Valabrega. O próprio Lacan, em 1978, o questionou chamando-o de “impasse” e, em janeiro de 1980, dissolveu a Escola Freudiana de Paris deixando à deriva seus 609 membros.

Na América Latina, embora com um certo atraso, essas idéias libertárias a respeito da formação tiveram uma grande repercussão e de alguma maneira são as responsáveis pela ampliação que hoje assistimos, não só de grupos e espaços, senão também, de modalidades de formação.

Queiramos ou não, saibamos ou não, gostemos ou não, todos nós somos de alguma forma herdeiros do legado inaugurado por Lacan.

Se algum ensinamento pode-se extrair dessa fragmentária seqüência de fatos que acabo de expor é a de que a formação não é em psicanálise um problema resolvido. Quem e como alguém se torna analista é, e continuará sendo, uma questão que se resiste a uma solução, seja ela institucional ou pessoal. Ninguém é nem será analista só porque se auto-intitule como tal, nem só porque obtenha autorização para fazê-lo de qualquer um dos organismos existentes, ou por criar, que ainda acreditem que possuem o poder de discernir com clareza e objetividade sobre essa espinhosa questão. Porém, a formação transita com frequência um espaço “entre” o pessoal e o institucional. Isso faz lembrar que as raízes da palavra formação remetem à *bildung* germânica.

A *bildung* participa do que Louis Dumont (1991) denomina “variante alemã da ideologia moderna”. No dizer de Dumont a formação ou educação de si mesmo (*bildung*) representou uma verdadeira instituição para os alemães instruídos por mais de um século, incluído entre eles o próprio Freud. Por mais críticas que possam fazer-se aos ideais da *bildung* ou ciência romântica, uma “inarredável tensão” (para utilizar os termos de Luiz Fernando Dias Duarte, 1995) entre o universalismo da ciência iluminista e os ideais de ciência românticos da singularidade/totalidade é parte constituinte da psicanálise e de todas as ciências sociais.

Por mais obstáculos e dificuldades, analistas existem e continuarão a existir por dentro e por fora das instituições de formação.

Ultimamente tenho achado importante para minha própria formação dialogar com autores fora do campo estrito da psicanálise. Foi o caso de Hannah Arendt.

Recentemente, pretendi estabelecer um diálogo imaginário entre Arendt e Freud, o que deu lugar a um artigo *Arendt com Freud: o mal em questão*, incluído como parte do livro “Narcisismos”¹. Reli com esse propósito *Pensamento e considerações morais*. Nessa densa e belíssima conferência datada de 1970, Arendt afirma que pensar é, seguindo a tradição kantiana, diferente de conhecer, e é o único instrumento para prevenir o mal. O pensamento é construção, questionamento (Arendt, 1970, p. 151) “a atividade de pensamento é como a teia de Penélope: desfaz-se toda manhã o que foi terminado na noite anterior”.

Ela afirma também que (p.151):

(...) a faculdade de pensar tem uma “aversão natural” a aceitar os próprios resultados como “axiomas sólidos”, então não podemos esperar da atividade de pensar nenhuma proposição ou mandamento moral, nenhum código final de conduta e muito menos uma nova, e agora supostamente final, definição do que é bem e do que é mal.

E ainda (p. 157):

(...) o pensamento tem inevitavelmente um efeito destrutivo e corrosivo sobre todos os critérios estabelecidos, valores e medidas estabelecidos para o bem e o mal, enfim, sobre todos os costumes e regras de conduta com que lidamos em moral e ética.

¹ MIGUELEZ, O.
Narcisismos.
São Paulo: Escuta, 2007.

O que Arendt afirma em relação ao bem e o mal pode ser aplicado à formação analítica.

Questioning the analyst formation

Abstract: *The author affirms that nobody is nor will be an analyst just because they title themselves as such, not even by obtaining authorization to practice from any of the existing organs. The academic background of a psychoanalyst travels between the personal and the institutional. In this difficult question, Arendt is called upon to contribute with her notion of "thinking".*

Keywords: *Psychoanalyst background, institutions of background, Freud, Lacan.*

Referências

ARENDR, H. *A dignidade na política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

DUARTE, L. F. D. Formação e Ensino na Antropologia Social: os dilemas da universalização romântica. In: *O ensino da antropologia no Brasil. Temas para uma discussão*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 1995.

DUMONT, L. *L'idéologie allemande*. Paris: Gallimard, 1991.

FREUD, S. (1926). Pueden los legos ejercer el psicoanálisis? In: *Obras Completas*. v. 20. Buenos Aires: Amorrortú, 1979.

ROUDINESCO-PLON, E. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Oscar Miguez

Rua Capote Valente, 439 - cj, 113
05409-001 – Pinheiros, São Paulo, SP
3081 1829
oscamig@uol.com.br

O pacto negro¹

Jacqueline Haber-Godfrind

Membro da *Société Belge de Psychanalyse* e da Comissão Editorial da *Revue Belge de Psychanalyse*

Cada um está convencido e Freud é o primeiro: o laço entre uma mãe e uma filha intriga pelo seu mistério, provoca pela sua potência. Nossos divãs lembram-nos, cotidianamente, atiçando a curiosidade para onde os limites se mascaram. Estimulante, também, a conceitualização, cujas etapas tentam esclarecer, passo a passo, o continente negro.

A noção de homossexualidade feminina presta-se a dar conta das desventuras da ligação entre mãe e filha. Num artigo precedente (1990), eu insisti na importância da análise, na cura, das oscilações entre as correntes homossexuais primária e secundária, o deslocamento progressivo desta última autorizando, pelo seu potencial de identificação com a mãe genital que ele libera, o pleno desabrochar de uma feminilidade pautada na sua autonomia, sua criatividade e seu encontro com um homem e com a maternidade.

A análise de certas mulheres coloca em evidência a existência de um *conflito particularmente dramático da homossexualidade feminina*. Eu proponho aqui questionar a existência, nessas mulheres, de um núcleo que carrega uma perturbação profunda da homossexualidade primária, cujas conseqüências pesam sobre a homossexualidade secundária e, logo, sobre o destino de sua feminilidade. Este núcleo que descreverei aqui, de maneira ruidosa, poderia bem constituir a base comum ao psiquismo feminino, com seus excessos, permitindo, como sempre, melhor compreender as manifestações mais discretas.

Falo de um “núcleo” na medida em que se trata de uma problemática que se ancora na homossexualidade primária, relação precoce com a mãe fundante dos alicerces, mas também geradora das perturbações, *do narcisismo feminino*. É necessária, freqüentemente, uma análise bastante longa e mesmo a perspectiva do fim da análise para poder abordar a compreensão de seus componentes fundamentais. De toda maneira, as manifestações fazem-se sentir ao longo da análise, particularmente nos momentos de ruptura do equilíbrio econômico ou de quebra do enquadre, momentos que pontuam a diferenciação progressiva do objeto, inerente ao processo analítico.

¹ Publicado originalmente na *Revue Française de Psychanalyse*. Paris. v. 58, n. 1, p. 135-46, 1994.

Apresentação de caso

Trata-se de mulheres que, todas, viveram uma infância traumática, tanto no plano dos acontecimentos, mas igualmente na relação com os pais, mais particularmente com as mães. Em suas histórias elas contam uma sucessão de eventos dramáticos: separações brutais, mortes, incesto, violações, não-ditos, condenações..., que coloriram as circunstâncias que rondam sua infância. Mas – e sobretudo – as mães que elas descrevem são mães que, tudo faz crer, não podiam, na tormenta que elas mesmas suportavam, dar ao bebê-menina, que é hoje analisanda no divã, a qualidade de amor indispensável à organização de um narcisismo de base sólida. Estas analisandas descrevem mães imaturas, deprimidas, imprevisíveis, bizarras, irresponsáveis ou francamente psicóticas. No divã que elas escolheram, estas analisandas acusam: cospem reprovações virulentas endereçadas a uma mãe detestada. Nestas mulheres, o ódio em relação à figura da mãe tomou proporções aterradoras.

Este ódio não esteve sempre presente, necessariamente.. Algumas mulheres descrevem, ao contrário, uma infância e, por vezes, uma adolescência de ligação com a mãe, contra-investimento que se mostra em termos de proximidade idílica com a mesma. Frequentemente foi necessário um momento mutativo na vida para fazer mover esta harmonia: puberdade, casamento, maternidade ou mesmo a primeira etapa de análise revelam, bruscamente, o que se escondia nesta ligação aparentemente sem problemas.

Num primeiro momento da análise, este ódio endereça-se a uma imago materna que uma organização neurótica inscreve nos cenários próprios à história da feminilidade: mãe rival; interditora edípica; mãe anal/fálica dominadora e intrusiva. Cenários comuns a todas as mulheres, é verdade, mas a violência do ódio, diga-se, é virulenta. *Ódio ao feminino*, ficaria tentada a dizer: parece-me, com efeito, que as mulheres têm especificamente esta capacidade de viver um ódio devastador que pode invadir todo o campo do espaço analítico e que, em todo caso, envenena a relação com a mãe.

Mas não totalmente: por trás da raiva feroz, deixa-se adivinhar a *nostalgia de uma aproximação amorosa*. Estes momentos são extremamente precários, sufocados, assim que percebidos, negados, assim que pressentidos. Isto não impede que o analista perceba que há qualquer coisa que está aberta, mas levará muito tempo – pode mesmo ser nunca? – para abordar este *amor escondido*.

É esta então a hipótese que defendo aqui: atrás deste ódio selvagem, com tonalidades absolutas e indefectíveis, há sempre um *amor apaixonado pela mãe*, amor nostálgico tão violento que não pode eclodir, amor cuja emergência suscita a evocação de perigos tais que provocam o recalçamento (a clivagem?) maciça do laço de ligação à mãe e o recurso a um ódio protetor.

Mas quais são os perigos aos quais se expõem estas mulheres se elas abandonarem este ódio salvador? Quais fantasmas rondam o encontro amoroso com a mãe?

Entre os riscos maiores evocados pelas analisandas diante da perspectiva de um abandono a uma dependência emocional à mãe, citarei os perigos de *uma submissão absoluta, de desintegração psíquica, de um encontro insensato*. Pego emprestado de minhas pacientes as palavras para traduzir estes diferentes, aliás, estreitamente ligados, fantasmas.

Uma delas me disse: “Eu não posso ficar neste meu lugar onde eu poderia esquecer que a detesto, que a odeio... Este lugar onde eu faria qualquer coisa... por ela... eu me colocaria de joelhos... eu mataria... eu me deixaria morrer... eu me submeteria... eu abdicaria de minha dignidade, meus projetos, eu sacrificaria meu homem...” É esta a maneira mais eloqüente de falar da abdicação da própria identidade em prol de um amor maternal percebido como totalmente vampirizante?

Para outra, ao risco da perda de identidade junta-se o risco da loucura: “Seus olhos têm um atrativo lancinante, eles me fixam e eu queria me fundir a eles... O apelo de um espelho, mas que, de repente, quebra-se... Seus olhos então vacilam, a loucura os habita... e eu sou tomada por um turbilhão demente ... loucas, ela e eu, eu me junto à ela.”

E esta outra: “Imaginar um instante que eu a encontro, que eu me deixo levar a este desejo em direção a ela, esta força que me empurra em direção aos seus braços abertos... É a explosão, a implosão, a desintegração. Minha história pára aqui, eu sou congelada, imobilizada, meus pensamentos estilhaçam, tudo se esvai de mim, eu sou uma poça, eu sou larva, eu sou cuspe, eu sou nada...” Suspensão da vida mental que se dissolve com a proximidade da mãe.

E é bem esta que sublinha um passo suplementar no encontro com a mãe: “Onde eu poderia me abandonar a ela, eu toco o vazio. Não é a separação que eu temo: ela é sangue, ela é sofrimento, ela é ferimento, mas ela permite se sentir vivo. Mas o vazio de sua presença... Ausência de palavras... Eu espero dela, desesperadamente, um sentido que me escapa,

que escapa a ela, que nos falta, infinitamente. Meu amor por ela, por sua presença, uma ausência branca, um nada.”

Então, para se sair desta influência mortífera, o ódio existe. Violência fundamental, sem dúvida (Bergeret, 1984), indispensável aos movimentos de individuação não importa de quem, ela se transforma em ódio desmesurado. Mas seu efeito não é só negativo: a análise traz à luz que ele foi a alavanca essencial de construção da personalidade. Ele foi o motor das contra-identificações que organizaram o funcionamento destas pacientes e, mais precisamente, seu arsenal mental. Esta organização psíquica, o mais defensivas que puderam ser suas raízes, permitiu a estas mulheres realizações pessoais, profissionais, afetivas ou familiares.

Mas por trás destes sucessos aparentes, adquiridos com grande esforço, um sofrimento cuidadosamente escondido os esvazia. É ele que as leva a consultar um analista, para quem elas confiam suas feridas secretas, próprias a cada uma delas: pobreza da criatividade, impossibilidade de manter uma relação amorosa, dificuldade em fazer face aos papéis parentais. Inibições, angústias, fracassos, são essencialmente atribuídos às distorções da relação com a mãe.

Distorções das quais os elementos constitutivos aparecerão — ao menos na minha experiência — no momento onde a problemática do final da análise (ou da percepção da finitude da relação com a analista) provoca uma modificação radical no campo analítico.

A fratura

Esta modificação, provocada pela perspectiva do final da análise, e, portanto, da perda do objeto, manifesta-se, a princípio, por uma brusca ruptura do equilíbrio transferencial. Até então, a transferência, mesmo se houvesse conhecido as peripécias afetivas associadas aos cenários fantasmáticos que evoquei acima, havia se mantido dentro dos limites da serenidade relativa (para o analista, em todo caso), aspecto moderado que podemos questionar: qual razão faz com que estas pacientes, portadoras de um ódio tão intenso, mostrem-se, a despeito disso, capazes de confiar suficientemente num e mesmo numa analista para que uma transferência de base estável torne a análise possível?² A perspectiva da separação cristaliza um trabalho de ruína em relação ao que mostrou ter uma transferência subterrânea idealizada, atemporal, eterna e maravilhosa que assegura a analisabilidade. E o analista torna-se, bruscamente, o alvo de uma violência insuportável. Voltarei mais adiante a esta violência,

2 Acontece, também, que não seja assim. Quando a problemática que evoco aqui infiltra totalmente o campo analítico, ela pode colocar em questão a analisabilidade, ao menos dentro de uma dupla transfero-contratransferencial. Eu não desenvolverei aqui este tipo de fracasso analítico.

as razões que a alimentam, a repetição que ela nutre. Neste momento, direi que ela não simplifica a tarefa do analista no seu encontro com a parte maldita da relação com a mãe.

A imago materna

Paralelamente ao endurecimento da transferência, as evocações à relação com a mãe vão, elas também, redobrar a intensidade, interpelando o analista sobre *os obstáculos para se libertar do domínio materno*.

Sabemos das dificuldades de renunciar às satisfações anacrônicas que todo final de análise reativa. A resistência ao abandono de objetos infantis resta como um obstáculo perigoso, comum a todo final de análise. Nestas analisandas, em questão, esta problemática toma uma agudeza exacerbada. Ela encontra suas raízes na existência de um núcleo do qual eu falei anteriormente, núcleo que *condensa* os componentes dos quais a análise vai, pouco a pouco, desfazer os nós.

Num primeiro nível, é o *laço odioso* com a mãe que opõe aos esforços analíticos uma resistência selvagem. A recrudescência das reprovações dirigidas à mãe traduz o investimento narcísico deste modo de relação: os traumatismos suportados são recuperados como *laços de exceção*. Renunciar ao culto de um passado de sofrimento leva a amputar-se de um júbilo narcísico secreto, vingança extraordinária contra as sevícias de então. Este gozo escondido participa de uma engrenagem enquistada que evoca a cripta descrita por M. Torok e N. Abraham (1978), mausoléu erigido em torno da relação com a mãe.

Mas não é somente o ódio que funda o mausoléu: por trás das reivindicações da “má ligação com a mãe”, a análise permite trazer à luz, trabalhosamente, dolorosamente, com infinitas dificuldades, um *desejo de perdição pelo amor desta mãe*. Desejo de amar, desejo de ser amada, dizendo-se em momentos brilhantes, no mesmo momento extintos pela ressaca odiosa. Mas, por mais fugaz que seja esta ligação se trai, em continuidade com a forma idealizada que caracterizou a transferência de base.

O peso da marca materna desvenda-se progressivamente para o analista. É inegável que o pacto de fidelidade, que liga a filha à mãe, *atualiza-se* na forma de um setor de *atos identificatórios* que perpetuam e congelam a aliança total com a mãe³. Se o ódio é vivido na relação com a mãe, o amor é atuado como um lugar de encontro alienante com a mãe. Este lugar, núcleo clivado constitutivo do narcisismo da filha, alicerce da organização da personalidade, é organizado sobre as identificações adesivas ou

3 Este mecanismo, sem deixar de lembrar o descrito por H. Faimberg em seu artigo “Telescopagem de gerações” (1978).

miméticas, acoplamento buraco-a-buraco com a mãe, como dito anteriormente (1990), numa adesão incondicional ao semelhante: traduz-se por uma ação do destino que eterniza a ligação mortífera com a mãe.

A clínica mostra que a menina está particularmente predestinada a esta vocação: penso, com efeito, que o investimento do bebê-menina pela mãe imprime uma matriz muito precoce ao funcionamento fantasmático da filha. A mãe administra o amor por seu bebê de acordo com o sexo dele. Para a menina, a conquista do amor maternal passa por uma exigência organizada em torno da similitude: “você é menina e carregará e transmitirá o destino das meninas”, é a mensagem materna à filha. A filha tem a perpetuar a feminilidade tal como o inconsciente da mãe lhe transmitiu.

Ora, nas mães das analisandas que tratamos, as falhas de elaboração mental caminham junto com uma representação da feminilidade marcada pela vergonha e maldição.

Do mesmo modo, os reencontros inconscientes com a mãe mostram-se soldados em torno de uma fascinação por um encontro infável dentro do não-pensamento e *nonsense*, por vezes mesmo da loucura, onde se perderiam juntas, mãe e filha: mas, ao mesmo tempo, elas inscrevem-se numa filiação feminina fantasmática que congela as mulheres nos papéis que, carregados de segredos e mitos familiares, transmitem-se, inexoravelmente, de mãe para filha. A fidelidade à mãe traduz-se pelos fracassos/sintomas próprios a cada história, e que hipotecam o encontro amoroso, a sexualidade, a maternidade, as realizações pessoais.

É importante sublinhar que neste nível de relação com a mãe, estes fracassos não são da ordem do interdito (edipiano), mas relevam o “impossível” (McDOUGALL, 1982), inacessibilidade absoluta a uma feminilidade plena, imposta pelo *pacto com a mãe*.

No entanto, durante a análise, o trabalho de descondensação faz progressivamente sentir seus efeitos. Ao mesmo tempo em que a adesividade primária à mãe abrandando-se, acompanhando-se da tomada de consciência de uma mãe separada, diferenciada, de quem o amor se revela essencial, uma rivalidade de natureza mais edipiana vem à tona, rivalidade dita em toda sua carga fállica de inveja, de destrutividade, de sadismos, e mesmo de perversidade.

Aparece então o *ódio* que estava em questão anteriormente, violência de sobrevivente, mascarado por um laço repetitivo, a agressividade ligada à rivalidade. Mas a rivalidade recuperada, carregada de um triunfalismo massacrante, ameaça duplamente a filha: seja pela perda

do amor materno, seja pela destruição da mãe numa rivalidade de tudo ou nada.

A angústia suscitada por este temor é agora acrescida de um outro elemento. Com uma melhor compreensão do sentido dos cenários que destinavam à filha um papel dentro do drama pessoal da mãe, a analisanda presente a falibilidade, os limites e a fragilidade da mãe. Mas este reconhecimento se mostra insuportável: a filha não pode aceitar que a mãe é, ela também, submetida a um destino de mulher em impotência, vítima de sua própria história. Reconhecê-lo seria assumir plenamente separar-se dela, notadamente renunciando ao laço de exceção do qual ela cria a ilusão. Mas é igualmente perceber que em partes inteiras de sua existência, senão sua totalidade, foram destinadas a reparar a depressão materna. Enfim, “perdoar” a mãe, é aceitar sua própria responsabilidade psíquica neste assunto e, mais precisamente, avidez, inveja, rivalidade e ligação de perdição.

Na minha experiência, o desvendar da complexidade psíquica do lugar de encontro com a mãe provoca uma profunda comoção que evoca angústia catastrófica. Para proteger-se disso, o ódio torna-se cólera, que colmata as fendas do mausoléu à mãe. Mas, também, o colamento desesperado aos sintomas que, como já disse, são as garantias do acoplamento à mãe. Cabe ao analista contribuir no último descolamento. Mas as intervenções tornam-se particularmente difíceis pelas características da transferência própria desta fase da análise.

A transferência

Na transferência instala-se o mesmo combate entre o ódio e o amor, instaurando um clima que podemos considerar como uma reação terapêutica negativa. A idealização, que havia citado, torna-se proveitosa aos ataques que mascaram cuidadosamente a ligação com o analista, ataques que se nutrem em diferentes recursos.

Este ódio ocorre devido à dimensão repetitiva da transferência: ela transmite ao analista o imenso rancor contra a mãe e os traumas vividos, ao mesmo tempo em que associa ao analista as violências suportadas: não se poderá jamais reparar os danos de outros tempos.

Insistirei, de todo modo, nos elementos que trazem uma vantagem ao analista na função analítica que ele exerce, função que reativa as problemáticas basais em relação à *mãe primária*.

Neste nível, a violência da qual o analista é alvo pode ser compreendida como uma colocação à prova de uma resistência da qual a mãe de

origem não era capaz, violência que, se exposta à figura da mãe, exporia a perda do amor. Neste movimento, esta violência é sobrecarregada de elementos sádicos, destruidores e perversos.

Mas o analista é igualmente atacado enquanto *agente de separação da mãe*, responsável por este doloroso movimento de desidentificação. Os sobressaltos erigidos contra esta separação podem atingir o processo analítico. De fato, o colamento desesperado na mãe reativa o núcleo do encontro com o *irrepresentado* com ela. A análise encontra-se, então, entrelaçada pelos momentos de resistência contra a elaboração psíquica vivida como agente radical de separação da mãe. Esta problemática pode ser reforçada pela impressão de que elaborar é não somente se separar da mãe, mas igualmente esmagá-la numa rivalidade matricida: autorizar-se a pensar em escapar da mãe remete a abandonar esta última em seu inferno, desfecho insuportável da qual o analista se torna o instigador.

Mais sutilmente, a resistência à análise pode tomar a forma de uma defesa oposta às tentativas de analisar o significado intrapsíquico de um sintoma (fobia, medo do homem, frigidez...) que, justamente, eternizam o pacto com a mãe. O analista é então violentamente acusado de ser “injusto” ao negligenciar a patologia materna responsável, evidentemente, dos problemas da filha. Na realidade, ao sublinhar os componentes intrapsíquicos do sintoma, o analista rompe o laço críptico e arrisca privar a analisanda daquilo que, pelo seu sintoma, religa-a à mãe.

Esta resistência é a última manifestação de uma dificuldade permanente encontrada neste tipo de análise: a de não somente desvendar o que surge ao impacto traumatizante da mãe (fator histórico) e o que aparece nos movimentos pulsionais das analisandas; mas, sobretudo, a de transmitir esta compreensão à analisanda, sempre pronta a viver a análise pulsional como persecutória, porque desrespeitosa com as sevícias sofridas e com quais sejam as nuances colocadas pelo analista para marcar seu reconhecimento dos traumas reais.

Enfim, o analista “suporta” também o *final da análise*. É ele que reativa, pela proximidade da separação, a problemática do luto: ele também abandona a analisanda à sua incompletude e suas feridas, abandono tão traumatizante que assinala definitivamente o irremediável e o irreparável dos dramas vividos na infância, mesmo se a análise tenha permitido uma certa elaboração. O ódio ligado ao final da análise mostra-se aumentado: ódio contra o objeto analista de quem terá que se separar; ódio contra os limites da análise e do analista. Ódio que, entretanto, aqui também es-

conde uma imensa ligação que o analista terá grandes dificuldades de fazer viver.

Mas a transferência não é somente dinamizada pela problemática de base: é também uma *transferência sexuada*, transposição de imagens parentais feminina e masculina. Neste campo, também, as particularidades se desenham, particularidades às quais o sexo do analista imprime sua marca. É, a partir daqui, como mulher analista que as abordarei.

A parte de rivalidade e de aproximação homossexual genitalizada, que aparece neste contexto, reforça ainda mais o impasse transferencial: no confronto com a mãe de origem, a analisanda resente dolorosamente as lacunas desta mãe, tanto nas fragilidades que ela opõe às tentativas de rivalidade, quanto às faltas de imagem de identificações que ela oferece. Entretanto, se o trabalho analítico permite à analisanda aceder a uma imagem de identificação feminina mais satisfatória, atribuída transferencialmente à analista, os sentimentos dirigidos a esta última não são por isso mais amenos: esta representação positiva da mulher evoca uma comparação dolorosa: as qualidades emprestadas à analista avivando ainda mais o horror de ter uma mãe tão faltante.

Quanto aos momentos de *transferência paterna*, eles colocam também interrogações específicas.

E os pais...

Eu praticamente não mencionei os pais das analisandas. Não posso, dentro do espaço que me foi destinado, discutir isso longamente. Mas direi mesmo assim algumas palavras.

Na “realidade”, os pais ou seus substitutos existem. Mas sua presença para sua filha foi lacunar ou inadequada. Não somente sua influência foi deturpada pela manipulação fantasmática feita pela mãe (que dá a eles uma imagem desvalorizada, indigna, criticada), mas também faz pensar que certas características de suas personalidades marcaram desfavoravelmente o investimento de suas filhas. Pais freqüentemente afetuosos na primeira infância, a adolescência revela personagens sem personalidade, pouco confiáveis, demissionários, de quem o contra-édipo conflituoso, por vezes perverso ou incestuoso, torna-os inaptos a reconhecer e estimar a feminilidade de suas filhas. Esta carência paterna complica, consideravelmente, a evolução psicosssexual da filha.

Transferencialmente, as coisas traduzem-se por uma dificuldade em manter uma transferência paterna que, quando ela emerge, logo se furta. O

fato de a analista ser mulher, evidentemente, favorece esta esquiua, mas está longe de ser a única causa: o homem – o pai – aparecer como um perturbador do pacto que liga a filha à mãe. É também por este ângulo que podemos compreender a atitude de violência endereçada à analista em seus esforços de análise do “laço críptico” e dos sintomas que se ligam a ele: é o homem que enquanto agente de separação entre mãe e filha é então atacado, sua neutralização assinalando as carências de uma referência de terceiro, aquela que ajuda a diminuir o ódio transferencial, o peso de uma invasão materna e que contribui, pela identificação que ela autoriza, para desligamento da imago materna.

A contratransferência

O ódio transferencial é tão mais difícil de manejar que, no trabalho de separação do analista, a aposta permanece, no encontro transferencial-contratransferencial também, a reabilitação desta ligação escondida, deste amor dissimulado, uma gratidão que é tão difícil de dizer, de viver, de se manter, para que enfim um luto – aquele da mãe e aquele do analista – seja possível.

Este jogo não está necessariamente ganho. Acontece do processo analítico, ele todo, ser minado pela problemática que descrevi e ser preciso inclinar-se frente a um fracasso analítico, ao menos entre os protagonistas singulares do processo em questão.

Acontece, também, que o apego e a gratidão não possam ser vividos na transferência, deixando o analista em dúvidas acerca do destino de sua analisanda no pós-análise⁴. Pode acontecer, também, por vezes, que o analista e a analisanda separem-se reconciliados (e é a analista mulher que aqui se expressa...), felizes de uma resolução que autoriza o encontro entre a aproximação e a rivalidade entre duas mulheres que aprenderam a se estimar.

Mas neste terreno, esta saída, mesmo favorável, estará por um bom tempo indecisa. Os momentos de aproximação permanecem fugazes, rapidamente colmatados pelo ódio. Caberá ao analista *reportar estes momentos de “boa relação”*, de guardar preciosamente em tensão o que eles representam de abertura a uma outra coisa frágil, furtiva, mas bem tangível. Abertura a uma parte da ligação com a mãe, que deve ter existido desde muito tempo, homossexualidade primária apesar de tudo positiva, ao menos é o que podemos supor. Abertura a uma transferência feminina que, desembaraçada dos dejetos maternos infernais, mostra os potenciais

4 Esta problemática foi pertinentemente descrita por M. Haber em seu artigo “Algumas reflexões sobre o final da análise em pacientes narcísicos”.

de identificação feminina genital. Abertura também à transferência paterna que, a despeito de suas insuficiências que mencionei, revela-se mais presente do que poderíamos supor: as analisandas reconhecem, no final do percurso, quantos momentos positivos de suas análises testemunharam uma contribuição paterna.

Estas analisandas também me ensinaram a importância de uma outra dimensão contratransferencial: a de uma certa *violência* que ergue um muro sólido contra seus ataques. E que remete ao que, na relação transferencial-contratransferencial, se dá na problemática de individuação de mulher-à-mulher: a imperiosa necessidade de um “ódio de vida” (no sentido que entendia Freud: o objeto nasce no ódio) para se proteger dos efeitos mortíferos de uma ligação excessiva. A analista mulher não escapa, ela também, a esta necessidade.

Não mais, também, àquela, fundamental, de uma referência intrapsíquica permanente ao pai⁵. As analisandas, das quais falo aqui, vieram procurar uma analista mulher; todas haviam percorrido um primeiro caminho com um homem antes de ousar endereçar-se a uma analista mulher. Penso que além de um processo analítico, onde se exprime a polissemia da vida fantasmática inconsciente, o encontro com uma “verdadeira mulher” portadora – ao menos o que podemos esperar – de um potencial feminino pleno, guarda todo seu valor de abertura. Mesmo que a dita analista não abandone jamais, contra ventos e marés, a aceitação profunda de seus limites, de sua violência, mas também de uma referência de terceiro indefectível, a confiança num possível encontro amoroso com um homem restará na expressão a mais humana.

A ferramenta mais eficaz de que dispõe a analista mulher com tais analisandas é, sem dúvida, aceitar, profundamente, abandonar-se com ela, por ela, através dela, um mundo de ilusão forjando o mito de um encontro maravilhoso e inalterável com a Mãe/Mulher. Esta renúncia comum tem – talvez – uma chance de romper a transmissão através do pacto negro de uma feminilidade mortífera. Talvez.

O narcisismo feminino

Meu objetivo abrangia, através da análise de mulheres com um passado particularmente difícil, interrogar o peso das vicissitudes infelizes da ligação primeira com a mãe sobre o destino da feminilidade. Neste questionamento, a noção de homossexualidade primária, enquanto especificante do amor primário pela mãe, toma todo seu valor heurístico,

5 Haveria muito a dizer sobre o lugar que pode assegurar o pai na gestão da violência. Não pude me estender neste assunto.

no mais que suas modalidades dialetizam-se com o ódio, dando lugar ao núcleo críptico do qual desenvolvi a análise.

Mas se trata verdadeiramente de um núcleo específico de certas mulheres? Ou talvez este “núcleo” caricaturizaria a matriz fundamental transmitida pelo investimento singular de uma mãe em sua filha? Matriz que inscreve a filha numa exigência de transparência, mas também numa exigência à perenização de uma feminilidade imposta pela fantasmática materna?

Para toda filha, o excesso de proximidade com a mãe implicaria na necessidade de usar uma *violência* particular que faz face ao risco de alienação materna. O destino da feminilidade será, então, estreitamente ligado à *gestão desta violência* no que ela permite à filha de sair da homossexualidade primária em prol de uma *homossexualidade secundária estruturante*.

Mas os perigos rondam a utilização adequada desta *violência*. Seu contra-investimento absoluto dá lugar ao bem conhecido quadro de assujeitamento rígido à mãe: as linhas que precedem demonstram quanto o seu excesso mascara o pacto negro de submissão fiel à mãe. O superinvestimento sádico ou perverso da violência de base acentua ainda as forças de contra-investimento. Cada uma destas tendências pesa na filha em seu potencial de real autonomização, inscrevendo-a numa dependência empobrecedora à mãe.

E, não podemos pensar que, na demanda de análise de toda mulher, está a esperança de se livrar do pacto subterrâneo, que liga a filha à sua mãe, para o melhor e para o pior?

Referências

ABRAHAM, TOROK M. *L'écorce et le noyau*. Paris: Flammarion, 1978.

BERGERET, J. *La violence fondamentale*, Paris: Dunod, 1984.

FAIMBERG, H. Le télescope des générations. PUF.: *Psychanalyse à l'Université*, Paris, 46, 181-200, 1987.

GODFRIND, J. De mère en fille: à la recherche du plaisir. PUF.: *Revue Franc. de Psychanalyse*, Paris, 1, 1990.

HABER, M. Quelques réflexions à propôs des fins d'analyses chez les patients narcissiques. Belgique: *Revue Belge de Psychanalyse*, 13, 23-28, 1988.

MCDOUGALL, J. *Théatres du Je*. Paris: Gallimard, 1982.

Jacqueline Godfrind

15, avenue H. Dietrich
1200 Bruxelles – Belgique

Tradução

Daniela da Rocha Paes Peres

Rua Mato Grosso, 128, cj 11
01239-040 – São Paulo, SP
(11) 3159 1298
daniela.peres@uol.com.br

Revisão técnica

Marina Ferreira da Rosa Ribeiro

Rua Jericó, 255, cj. 128
05435-040 – São Paulo, SP
(11) 3819 0325
marinarribeiro@terra.com.br

Psicanálise, globalização e interculturalidade¹

Sylvia Dantas DeBiaggi

O propósito deste trabalho é tecer algumas considerações sobre a psicanálise, em um mundo onde cada vez mais as fronteiras culturais são cruzadas com grande rapidez e facilidade em função dos modernos meios de locomoção e de comunicação. Esse deslocamento promove o contato intercultural, ou seja, o contato entre pessoas de distintas culturas. Esse contato tem repercussões concretas para as pessoas envolvidas uma vez que nesses encontros e desencontros culturais o que antes era considerado natural, fazia parte do dia a dia, é colocado em xeque, levando a complexos processos de negociação relativos a valores, relações familiares, identidade pessoal e grupal, concepções de feminilidade, masculinidade, educação dos filhos, relações intergeracionais, hábitos alimentares e de higiene, enfim toda a realidade da própria existência humana. A fim de termos uma compreensão ampla, profunda e digna desse fenômeno e suas decorrências, precisamos ampliar nossa visão de sujeito embasada em uma perspectiva de universo cultural específico. Daí a proposta de um diálogo entre a abordagem psicanalítica e a psicologia intercultural e dentro dessa a psicoterapia intercultural. Busco a partir dessa breve apresentação teórica e algumas situações de interesse clínico, suscitar questionamentos e convidar o leitor a uma reflexão sobre as implicações de uma visão intercultural na contemporaneidade.

Desde o início dos anos noventa investigo de diferentes maneiras as influências do contato entre grupos culturais distintos em diversas dimensões da vida. Atualmente, coordeno o Serviço de Orientação Intercultural por mim idealizado e desenvolvido no programa de pós-graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP, cuja implementação se deu através do projeto de pesquisa *Intervenção psicossocial no processo de inserção cultural*, por meio do programa Pro-Doc CAPES, junto ao professor Geraldo José de Paiva. O trabalho de Orientação Intercultural oferece atendimento psicoterápico breve e orientação intercultural individual, grupal e familiar para imigrantes no Brasil, brasileiros descendentes de imigrantes, brasileiros retornados do exterior, brasileiros que vão para fora do país, além de, mais recentemente, brasileiros migrantes. Este trabalho é realizado por uma equipe composta atualmente por nove profissionais de psicologia com formação em diferentes abordagens teóricas (psi-

Ph.D. em psicologia pela Boston University, psicanalista, psicoterapeuta Intercultural, psicóloga social, coordenadora do Serviço de Orientação Intercultural, IP-USP, coordenadora do Grupo de Pesquisa Psicologia, E/I-migração e Cultura CNPq.

¹ Uma versão anterior deste trabalho foi apresentado no IV Encontro Latino Americano dos Estados Gerais da Psicanálise, 5 de novembro de 2005, no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo.

canálise, sistêmica, existencial, psicodramática), que são doutorandos, mestres, mestrandos em psicologia social e ex-alunos do curso de pós-graduação em psicologia social *Eli-migração e cultura na psicologia social: questões atuais e suas decorrências para o indivíduo e o grupo*, por mim ministrado.

Psicologia Intercultural, Psicoterapia Intercultural e Psicanálise

A Psicologia Intercultural estuda categorias tanto da psicologia geral como da psicologia social, tais como identidade, percepção, cognição, personalidade, comportamento social, gênero, relação interpessoal, preconceito, havendo uma ênfase nos processos individuais e considera que o comportamento humano se desenvolve e se expressa em contextos culturais. Portanto, na perspectiva intercultural é imperativo basearmos os estudos em seus contextos culturais. Necessitamos compreender etnograficamente as culturas em contato para entendermos a pessoa. A etnografia é um método de pesquisa característico da etnologia, ramo da antropologia que estuda como as culturas se desenvolvem ao longo da história e se comparam às outras. Supõe o encontro com outras culturas e como explica Laplantine (2004, p. 13), “A experiência da alteridade (e a elaboração dessa experiência) obriga-nos a ver o que nem sequer poderíamos imaginar...” A experiência do campo da etnografia supõe um olhar amplo, descentrado e de transformação de si mesmo a partir do próprio estranhamento. Afinal, a fim de entender o outro precisamos compreender que nossa forma de ser não é natural, que possamos nos estranhar e ao mesmo tempo termos claro o que nos constitui para que não incorramos em reducionismos ou distorções baseados em nosso universo cultural.

Embora a relação entre psicologia e cultura esteja presente desde o início da psicologia nos trabalhos do médico, filósofo e psicólogo alemão Wilhelm Wundt, considerado o pai da psicologia moderna e herdeiro das concepções kantianas das ciências do espírito por oposição às ciências da natureza (PAIVA, 1978), essa relação ocorre muitas vezes apenas tangencialmente no estudo de seus objetos específicos. Wundt, além da psicologia experimental, concentrou sua atenção na criação de uma Psicologia Social. Perto do final do século XX esse projeto culminou nos 10 volumes de sua *Völkerpsychologie* (Psicologia Cultural), publicados entre 1912-1921, o título que com frequência é traduzido de modo impreciso como “Psicologia dos povos”, de subtítulo “uma investi-

gação sobre as leis de desenvolvimento da linguagem, do mito e dos costumes”. Essa aproximação entre cultura e psicologia é também realizada por Freud em *Totem e Tabu* e em *O mal-estar na civilização* ao comparar a psicologia dos “povos primitivos” com os contemporâneos. Jung por sua vez, a fim de explorar os arquétipos comuns à humanidade, realizou pesquisas *in loco* na América, África e regiões do Oriente e da Europa (PAIVA, 1978). Mas o estudo clássico em psicologia se limita a uma única cultura com o objetivo de elaborar formulações gerais sobre o comportamento e a psique humana.

A Psicologia Intercultural surge nos anos sessenta a partir da consciência de que grande parte dos estudos na psicologia baseava-se em grupos ou amostras de pessoas da América do Norte ou da Europa, não representando a grande diversidade da população mundial, induzindo a generalizações para *todos* os seres humanos. Conforme H. Triandis (1980), a Psicologia Intercultural está preocupada com o estudo sistemático da relação entre comportamento e cultura e como se dão essas relações em diferentes culturas. Além do propósito de compreensão de como aqueles dois sistemas se relacionam, tem como objetivo investigar toda a variabilidade do comportamento humano para daí detectar sua possível uniformidade. A generalização, ou melhor, o que há de universal no ser humano se postula após o estudo e o contato com outras realidades culturais.

A Psicologia Intercultural tem entre seus principais expoentes: D. Price-Williams, Gustav Jahoda, John Berry, Pierre R. Dasen, Ype Poortinga, Harry Triandis, Marshall Segal e, mais recentemente, Jean Phinney, centrado-se nos estudos de identidade étnica na segunda geração de imigrantes, J. Furnham e S. Bochner que vêm estudando a comunicação intercultural e Anthony Marsella, Paul Pederson e J. Draguns na área de psicopatologia e cultura e psicoterapia intercultural, entre outros. A publicação, em 1980, dos seis volumes do “*Handbook of Cross-Cultural Psychology*”, editado por Harry Triandis *et. al.*, constitui um dos marcos da Psicologia Intercultural tendo a segunda edição sido publicada em 2002, organizada por John Berry e colaboradores.

Conforme descrito anteriormente (DeBIAGGI, 2004), a produção científica brasileira em Psicologia Intercultural desenvolveu-se nas décadas de sessenta e setenta tendo posteriormente se dissipado. Essa área no Brasil tem importantes publicações através de seus precursores Aniela Ginsberg, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e Arrigo Leonardo Angelini, da Universidade de São Paulo. No final da década de setenta

Paiva (1978) publica no Brasil o primeiro livro introdutório sobre a área de Psicologia Intercultural, uma importante referência da área em nosso país. Mas na década de noventa, ressurgiu o interesse pela Psicologia Intercultural por parte de pesquisadores brasileiros, em função da emigração brasileira, ou seja, a partir do contato de nossos conterrâneos com grupos culturais distintos fora do país e o impacto psicológico dessa experiência começa novamente a ser estudado.

Na psicologia intercultural busca-se o universal a partir da compreensão do particular. Como explica Paiva (2004):

Essa consciência deu origem a duas vertentes de pesquisa, que, na esteira do lingüista K.L.Pike, poderiam ser denominadas de *êmica* e de *ética* (de *fonêmica* e *fonética*). A vertente êmica desenvolveu-se como psicologia cultural e a vertente ética como psicologia intercultural que, a partir de um ético provisório, aborda os êmicos culturais e deles deriva um novo ético mais abrangente.

Nesse sentido, o crescente questionamento de formulações etnocêntricas, ou seja, a tendência do pensamento a considerar as categorias, normas e valores da própria sociedade ou cultura como parâmetro aplicável a todas as demais, permeia toda a releitura e a construção da produção de conhecimento.

Marsella, em publicação de 1986, esclarece que a psicoterapia e orientação intercultural são uma área emergente e não seria adequado em seu estado de desenvolvimento considerar que represente um conjunto de procedimentos e atividade terapêutica. Apesar da data, sua afirmação permanece atual e o autor acrescenta que é uma área mais notada por seu potencial do que conquistas. Constitui um campo que desafia nossos pressupostos, valores e métodos ao demonstrar suas limitações culturais e, portanto, a necessidade de um olhar que os coloca naturalmente sob suspeita.

Como explica aquele autor, não há um marco histórico que defina a emergência da psicoterapia intercultural por ser um campo vasto, além de a relação entre cultura e psicoterapia ter emergido de certa forma sem chamar muita atenção. Marsella cita trabalhos como o de Freud no tratamento do homem dos lobos; Erikson (1950) com sua contribuição clássica sobre situações além da sociedade *mainstream* americana; Seward (1956) exemplificou seu trabalho sobre cultura e personalidade com uma popula-

ção de diferentes culturas de origem; Abel (1956) reportou-se a seu trabalho com a questão dos fatores culturais entre a clientela americana; Devereux (1951, 1953) aventurou-se além do *setting* tradicional da psicoterapia a fim de conduzir e descrever uma psicoterapia psicanalítica com um “*Plain Indian*”, não identificando sua nação ou tribo, a fim de proteger sua privacidade. Todas essas contribuições pioneiras estenderam as terapias verbais a outras populações, demonstrando a importância do apreender sobre outra cultura.

As primeiras observações antropológicas de cura são reportadas no séc. XIX, apresentadas, na época, como curiosidades. Mas psiquiatras como Kiev (1964) e Prince (1976), da geração do pós II Guerra, documentaram as operações nativas como psicoterapias efetivas e o interesse em integrar o conhecimento e técnicas indígenas/nativas superou uma noção anterior de que os xamãs e médicos bruxos seriam os “loucos” da sociedade, uma noção advinda do colonialismo.

Nos anos sessenta e setenta, nos EUA, cresceu a consciência da diversidade e dos serviços terapêuticos a grupos diversos. O conhecimento sobre a cultura do cliente foi considerado um *imperativo ético* na conferência de Veil da APA, de 1973, em que se reconheceu a necessidade de formar psicólogos culturalmente competentes. A implicação dessa medida reflete a concepção de que o conhecimento sobre terapia e cultura deixou de ser algo de um campo esotérico, ao contrário, torna-se uma preocupação fundamental para todos os psicólogos em sociedades plurais.

Draguns (1986) explica que Prince (1980) considera toda terapia sob o princípio de mobilização de recursos endógenos. O papel do terapeuta independente da linha é catalizador, permite o cliente fazer uso de suas potencialidades e qualidades. Como isto é alcançado depende do enquadre cultural, sendo que as culturas não ocidentais se apóiam mais em estados alterados de consciência. O termo intercultural ou transcultural pode ser usado de muitas formas. Conforme Sundberg (1986) esclarece, Paul Pederson considera a idéia intercultural como ampla, incluindo quase todas as diferenças: “Se considerarmos o valor da perspectiva de idade, papel sexual, estilo de vida, *status* socioeconômico e outras afiliações culturais, aí podemos concluir que toda terapia é até certo ponto intercultural” (p.30). Desnecessário dizer que devemos considerar todos os fatores como classe, raça, *status* minoritário, gênero, etc., na compreensão daquele que busca auxílio, assim como para compreensão de como esses fatores permeiam a relação terapêutica.

Há dois eixos universais para classificar a psicoterapia intercultural. Um é o *Emico-Ético* conforme exposto acima. O desafio para o terapeuta que se lança para além de seu *milieu* cultural é o peso que dará ao universal e ao culturalmente específico e como mudar de uma referência à outra ou como combinar ambas. Passos no sentido êmico levantam a questão da universalidade na psicoterapia no plano dos conceitos, técnicas, objetivos e valores. Daí a necessidade de voltarmos-nos para a direção ética, mas com uma base sólida e cientes de nossa inevitável formação cultural.

O outro eixo é o *Autoplastic-Alloplastic*. Todos respondemos a situações mudando a nós mesmos (*autoplastic*) ou ao ambiente (*alloplastic*) ou combinando estas duas operações em diferentes proporções. Até que ponto as psicoterapias ou aconselhamentos entre culturas não estão orientadas a mudar o indivíduo em oposição a tê-lo mudando o ambiente? A possibilidade de estender o campo de ação do indivíduo no sentido de mudar o ambiente foi em grande parte negligenciada, favorecendo um objetivo implícito de um maior grau de conformismo direcionado ao indivíduo socialmente e culturalmente considerado desviante.

Em nosso trabalho relativo às implicações psicológicas do contato intercultural considera-se a psicodinâmica daquele que migra. Dessa forma não deixamos de observar e compreender seu mundo interno de relações objetais, suas fantasias e seus mecanismos de defesa relativos às ansiedades paranoídes despertadas diante o novo e desconhecido, ansiedades depressivas diante as perdas decorrentes do deslocamento e ansiedades confusionais diante a inabilidade de distinguir entre o velho e o novo, as motivações manifestas e latentes da mudança (GRINBERG & GRINBERG, 1989). Realiza-se, portanto, uma compreensão psicanalítica do caso. Contudo, essa compreensão é cautelosa e sempre contextualizada considerando-se a situação natural de estresse, conforme a abordagem intercultural aponta, decorrente do deslocamento, dos contextos das sociedades de origem e receptora, e do *estresse de aculturação*, conceito próprio da psicologia intercultural. Circunstâncias que se aplicam não só para aquele que se desloca, mas também para aquele que tem uma história familiar de migrações, relações interculturais, que geram processos transgeracionais que muitas vezes ultrapassam a história da geração presente. Um trabalho em que o diálogo entre a psicanálise e a abordagem intercultural se faz presente e cada vez mais necessária nos tempos atuais.

Globalização

Em tempos de crescente contato com pessoas de culturas distintas, a pergunta se uma visão psicanalítica do mundo é viável a todos volta a emergir. Nossa experiência mostra que não e ao mesmo tempo em que sim. Procurarei explorar essa indicação. Como sugere Cusche (1999), toda cultura é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução que em tempos de rápidos deslocamentos e constante contato intercultural torna-se extremamente dinâmico. Cultura não é um dado, uma herança que se transmite imutável de geração para geração, e sim uma produção histórica, isto é, uma construção que se inscreve na história e mais precisamente na história das relações dos grupos sociais entre si. Na análise de um sistema cultural, faz-se necessário analisar a situação sócio-histórica que o produz, pois as culturas nascem de relações sociais que são sempre relações desiguais. Não é o propósito aqui me estender sobre as origens e conformações da psicanálise, de suas várias correntes inclusive. Contudo, seu surgimento se deu em uma determinada época histórica em determinado espaço cultural e sua prática clássica dita um certo padrão vinculado a concepções de cura e patologia próprios.

A globalização, conforme elabora Stuart Hall (2003), tem, sim, o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e 'fechadas' de uma cultura nacional, produzindo uma variedade de possibilidades, e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e menos fixas, tendo um efeito geral contraditório. O produto de várias histórias e culturas interconectadas pertence a uma e, ao mesmo tempo, a várias 'casas', sendo irrevogavelmente traduzidas. Temos nessa era de modernidade tardia, culturas híbridas que constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novo. A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza. Essa dúvida surge com o contato entre pessoas de diferentes culturas e conseqüentemente sistemas de representação. A fim de ilustrar a concretude do impacto que concepções diferentes de sujeito provocam, elegi duas situações que experienciei, uma mais recente e outra mais antiga. Descrevo-as a seguir.

No ano de 2004, em um congresso internacional de psicologia em Pequim, na China, em um dos simpósios sobre questões interculturais em

psicoterapia, tive a oportunidade de participar de uma discussão conduzida pela psicanalista e psicoterapeuta interpessoal Judy Kuriansky com profissionais de vários países como Índia, Coréia do Sul, China, Estados Unidos, Canadá, Finlândia e Japão, entre outros. Judy nos relatou o caso de um ex-veterano americano que estava prestes a pular de um prédio, um suicida. Ela saía de seu consultório em Manhattan quando policiais e bombeiros a viram passar e a chamaram para ajudá-los naquela situação extremamente delicada. Ela entrou no prédio e foi em direção ao homem que estava em pé no parapeito de uma janela no décimo andar. Judy nesse momento nos interpelou com a seguinte questão: *O que vocês diriam a essa pessoa?* Como costumo ser participativa, e o clima estabelecido era de troca genuína, manifestei-me dizendo que falaria àquele homem que ele estava sofrendo. Há um rumor de consenso no ar indicando que a discussão iria tomar provavelmente esse rumo, linha de pensamento. Contudo, logo um psicólogo sul-coreano interrompeu aquela atmosfera e afirmou que se aquele homem fosse asiático, teria chamado sua mãe. Após um certo espanto, brincamos dizendo que a mãe poderia justamente ser o problema, havendo ainda a possibilidade dessa imaginada senhora chamar o próprio filho de estúpido e assim por diante. Cabe ressaltar que o clima de respeito e espontaneidade no grupo ainda imperava. O psicólogo sul-coreano interrompe novamente e nos fala com grande serenidade: *The mother would tell him: you belong to my heart (A mãe diria para ele: você pertence a meu coração).*

A outra cena que gostaria de compartilhar refere-se a um atendimento realizado na USP, no final dos anos oitenta, quando trabalhei no Serviço de Psicologia vinculado ao COSEAS. Naquela ocasião não havia sido introduzida ainda à literatura da Psicologia Intercultural. Trabalhava realizando atendimentos em psicoterapia breve de orientação psicanalítica atendendo alunos, funcionários e seus dependentes. Em uma ocasião, um aluno nissei, brasileiro filho de imigrantes japoneses, portanto da segunda geração, procurou-me, pois relatava ter problemas de comunicação. Conforme minha postura e compreensão na época, apesar de trabalhar em psicoterapia breve que supõe uma técnica mais diretiva, esperava que o rapaz ao menos respondesse as questões que lhe apresentava. Contudo, o silêncio imperava. Na época minha compreensão foi de que seu silêncio era uma manifestação de uma neurose obsessiva, aquele silêncio, um tanto estranho. Cabe lembrar que o rapaz havia procurado o serviço, pois estava com problemas de comunicação. Minha compreensão de como se apre-

sentava e da queixa que trazia era de que manifestava as típicas inibições de pensamento e ação característicos dos mecanismos de isolamento da neurose obsessiva em que pensamentos ou comportamentos são isolados “de tal modo que se acham quebradas as suas conexões com outros pensamentos ou com o resto da existência do indivíduo”, conforme explicam Laplanche e Pontalis (1983, p.334).

Vemos através desses exemplos o impacto que concepções de sujeito distintas podem causar. A fim de ilustrar o conflito, que advém do encontro entre pessoas portadoras de distintas visões de mundo e de sujeito, considerarei de forma breve as diferenças entre o chamado oriente e ocidente. Cabe notar que a própria definição de maturidade emocional, desenvolvimento humano nas culturas orientais, difere da definição ocidental. Enquanto que, fazendo aqui um rápido apanhado, para a cultura oriental o indivíduo é um ser essencialmente social e seu crescimento interior significa desenvolver a capacidade de empatia e conexão, na cultura ocidental o indivíduo é um ser psicológico e sua maturidade está relacionada a um aumento de sua capacidade humana para diferenciação, o discriminar-se do outro e, portanto, para separação. Há, portanto, um contraste entre uma concepção que prega a auto-realização, autodeterminação e o individualismo e outra baseada em princípios que valorizam o coletivismo, a interdependência e lealdade familiar, além de considerar a harmonia entre corpo, mente e espírito (CHAN & LEONG, 1994).

Necessário uma breve digressão, devemos lembrar que essa distinção entre as culturas encontra-se em constante transformação em muitas localidades onde os mercados globais se inserem e impõem valores vinculados ao consumo. A cultura da sociedade de consumo envolve, sobretudo, o esquecimento e não o aprendizado conforme elucida Bauman (1998). Esquecimento este muitas vezes ligado à própria herança cultural. Ocorre uma inversão da relação de necessidade e sua satisfação, em que a promessa de esperança e de satisfação precede a necessidade que se promete satisfazer e sendo sempre mais intensas que as necessidades de fato. Mesmo assim, em cada localidade o global é incorporado e associado conforme o sistema cultural próprio. Nessa interação constante e provável, conforme aponta Cusche, “A perspectiva se inverteu: não se parte mais da cultura para compreender a aculturação, mas da aculturação para compreender a cultura” (p. 136).

Em cada sistema de representações há uma escala de valores, uma hierarquização de símbolos de prestígio, que podem adquirir conotações

das mais variadas desde o que é aparente, ter determinada cor de pele, cor de cabelo, até compartilhar de certa idéia. Se o outro possui características valorizadas ou demonstra compartilhar o mesmo *ethos* social pode ser aceito, mas caso represente algo que desvia dos padrões esperados pode ser visto como desviante ou ser desvalorizado. A aparente timidez, suposta passividade e falta de contato visual, advém de características culturais que no caso do estudante relatado acima fazia todo sentido uma vez que seu ingresso na universidade havia representado na época ocasião de maior contato com pessoas que não eram da comunidade nipo-brasileira de uma cidade do interior da qual provinha. Assim, a comunicação que para cultura japonesa é muito mais intuitiva, e o não olhar diretamente que significaria uma falta de respeito, são lidos por um mero ocidental como retraimento, dificuldade de comunicação, quando não patologizados pelo profissional. Esse choque era o que o aluno trazia como queixa, pois o que antes era tido como natural em seu ambiente cultural, passou a ser visto quando mudou do interior para a universidade na capital como algo estranho. Contudo, a partir do conhecimento intercultural, vemos a necessidade de relativizar os modos e formas de ser e compreender o choque que ocorre no encontro entre pessoas de diferentes culturas. Em termos terapêuticos, faz-se necessária uma abordagem mais diretiva, de orientação e direcionamento quando requerido pelo paciente, considerando os valores culturais. Essa abordagem diretiva se dá na medida em que o processo terapêutico ocidental pautado na diferenciação, reflexão, auto-observação, verbalização não é indicado quando quem busca auxílio é alguém cuja subjetividade é fortemente pautada na cultura oriental. Poderíamos discorrer mais sobre essa temática, mas deixaremos para um outro trabalho uma vez que o propósito do presente artigo, conforme exposto acima, é o de suscitar a curiosidade e se possível alguma reverberação no leitor para um diálogo entre a psicanálise e a abordagem intercultural.

Considerações finais

Os deslocamentos humanos fazem parte da história da humanidade. A busca por outras terras e outros horizontes sempre esteve presente em nossa espécie. Os mitos de Éden, Babel e Édipo ilustram o conflito entre partes da personalidade que buscam conhecimento e aquelas que se opõem ativamente a esta busca. Um conflito entre o desejo de migrar para além das fronteiras fixas em busca de conhecimento, onde quer que este esteja, e ao mesmo tempo a tendência a colocar obstáculos no próprio caminho,

transformando assim a busca-migração em uma migração de exílio-expulsão-punição dando lugar a dor, confusão e isolamento, como apontam Grinberg e Grinberg (1989).

Sejamos, portanto, mais argonautas do encontro. “Localizados, de fato, em uma só cultura não apenas nos mantemos cegos diante das culturas dos outros, mas míopes quando se trata da nossa” coloca Laplantine (2004). Relativizar é um termo pouco utilizado ainda além das fronteiras do conhecimento produzido pela Antropologia. A compreensão psicanalítica também precisa ser relativizada a fim de não patologizarmos o encontro com o outro, que apresenta uma forma distinta de ver e estar no mundo para que possamos sim ampliar nossa possibilidade de conhecimento, sempre atentos às armadilhas das hierarquias que se traduzem em formas de dominação correntes. Bauman referindo-se à análise de Sennett da vida urbana contemporânea nos mostra o perigo da homogeneização e higienização dos espaços sociais, onde a responsabilidade dilui-se diante a inexistência da ambivalência e do conflito e acrescenta: “Só poderiam assumir sua responsabilidade as pessoas que tivessem dominado a difícil arte de agir sob condições de ambivalência e incerteza, nascidas da diferença e variedade. As pessoas moralmente maduras são aqueles seres humanos que cresceram a ponto ‘de precisar do desconhecido, de se sentirem incompletos sem uma certa anarquia em suas vidas’, que aprenderam a ‘amar a alteridade’.” (p.54). O autor indica a relação entre uniformidade e conformidade, sendo a intolerância a outra face da conformidade. Em tempos de fechamento de fronteiras, evitamento e separação como as principais estratégias de sobrevivência nas megalópoles contemporâneas, assim como entre países em posições desiguais na escala de relações de forças internacionais, sejamos cautelosos para não incorrerem nos mesmos erros no mundo das idéias e da prática clínica.

Daí a proposta de um diálogo entre psicanálise e interculturalidade.

Referências

BAUMAN, Z. *Globalização, as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CHAN, S. & LEONG, C. Chinese families in transition: Cultural conflicts and adjustment problems. *Journal of Social Distress and the Homeless*, vol. 3(3), 1994.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999.

DEBIAGGI, S. Introdução: Para uma psicologia da migração. In: DEBIAGGI, S. & PAIVA, G.J. *Psicologia, E/Imigração e Cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

DRAGUNS, J. Cross-cultural counseling and psychotherapy: History, issues, current status. In: MARSELHA, A. & PEDERSON, P. (Eds.). *Cross-cultural counseling and psychotherapy*. New York: Pergamon Press, 1986.

GRINBERG, L. & GRINBERG, R. *Psychoanalytic perspectives on migration and exile*. New Haven: Yale University Press, 1989.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1983.

LAPLANTINE, F. *A descrição etnográfica*. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

MARSELLA, A. & PEDERSON, P. *Cross-cultural counseling and psychotherapy*. New York: Pergamon Press, 1986.

PAIVA, G. J. *Introdução à Psicologia Intercultural*. São Paulo: Pioneira, 1978.

_____. Apresentação. In DEBIAGGI, S. & PAIVA, G.J. *Psicologia, E/Imigração e Cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004

TRIANDIS, H. Introduction to Handbbok. In: H.C. Triandis and W.E. Lambert (Eds.). *Handbook of cross-cultural Psychology*. Boston: Allyn & Bacon, 1980.

Sylvia Dantas DeBiaggi

Rua Drausio, 487

05511-010 – São Paulo, SP

(11) 3486 9343

Pierre Fédida

Não estar em repouso com as palavras

Suely Rolnik

Pierre Fédida foi psicanalista, filósofo, membro da *Association Psycanalytque de France (APF)*, professor da Universidade de Paris 7 e autor de vários livros e artigos. Foi também psicanalista de Lygia Clark, em Paris, nos anos 1970.

Realizada e filmada para o “Lygia Clark, do objeto ao acontecimento: projeto de ativação da memória sensível da obra de Lygia Clark e seu contexto” (Rolnik, S.), esta foi a última entrevista concedida por Fédida, em Paris, em 15 de julho de 2002, que faleceu dois meses após. Ela foi publicada em *Nous sommes le moule. A vous de donner le souffle. Lygia Clark, de l'oeuvre à l'événement*, Suely Rolnik e Corinne Diserens (Edit.), catálogo da exposição de mesmo nome realizada com curadoria de Rolnik e Diserens no Musée de Beaux-Arts de Nantes, Nantes, 2005. Também foi publicada em *Somos o molde, a você cabe o sopro. Lygia Clark, da obra ao acontecimento*, Suely Rolnik e Corinne Diserens (Edit.), catálogo da exposição de mesmo nome realizada com curadoria de Rolnik e Diserens na Pinacoteca do Estado de São Paulo, São Paulo, 2006.

Suely Rolnik - Lygia Clark viveu em Paris pela terceira vez de 1968 a 1976, e este foi um momento privilegiado de suas investigações voltadas para o corpo. Seu depoimento é importante para este projeto de construção de memória, pois, nesse período, ela estava em análise com você. Obviamente, esta entrevista não tem absolutamente a intenção de anedotizar o processo de análise de Lygia com detalhes pitorescos que fariam o prazer de um olhar “voyeur”. Não se trata tampouco de procurar interpretações psicologizantes da obra da artista e menos ainda de revelar as suas cenas inconscientes, o seu romance familiar ou a sua fantasmática, mas sim de avançar na compreensão de sua obra singular e de contribuir para lhe restituir a radicalidade.

Uma primeira questão diz respeito à fenomenologia. O movimento neoconcretista se forma no fim dos anos 1950 como cisão do concretismo,

Psicanalista, curadora e pesquisadora transdisciplinar. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUCSP, docente do Museu d' Art Contemporani de Barcelona (Macba). Autora entre outros, de *Micropolítica. Cartografias do desejo*, em colaboração com Félix Guattari (Vozes, 1986; 8ª ed. 2007), publicado em quatro países.

impulsionado por um grupo de artistas concretistas do Rio de Janeiro, entre os quais Lygia Clark e Hélio Oiticica. O grupo do Rio adotou a noção de “orgânico” para nomear a vida que animava suas pesquisas, em contraponto ao que consideravam um formalismo inanimado dos artistas de São Paulo. Esta noção vem da concepção de corpo da fenomenologia de Merleau-Ponty e Susanne Langer, referências importantes no universo teórico dessa época no Brasil, especialmente para esse movimento. Ora, sabe-se que, no início de sua obra, enquanto psicanalista, há uma forte presença da fenomenologia. Você considera que essa ressonância filosófica teve um papel significativo no processo analítico de Lygia, assim como no rumo que tomou sua obra? E se isso faz algum sentido, o que se poderia extrair dessa ressonância?

Pierre Fédida - Vou fazer uma primeira observação; é que posso hoje, e somente hoje, não falar de Lygia Clark, mas falar como descobridor de sua obra. Não esqueço que fui seu analista, pois ela própria o menciona; não esqueço, por certo, o trabalho que fizemos juntos. Mas, para tentar falar dessa obra e dessa artista é preciso, desde já, que eu possa afastar as categorias. Porque uma das coisas mais fortes, parece-me, em Lygia Clark, é uma espécie de insegurança em relação às categorias. Então, concretismo, formalismo ou construtivismo... creio que Lygia Clark estava no caminho de sua obra. Ela estava, em sua obra, caminhando. E não é uma fórmula, o que é extremamente forte nessa artista é que não se pode certamente separar a vida da obra. Ela trabalha numa obra que está em vias de se fazer e esse trabalho comporta um pensamento crítico em relação aos movimentos contemporâneos. Então, é verdade que a fenomenologia foi algo importante para mim, como base de formação e principalmente da formação psicopatológica. Mas o que deve ser aqui designado é a relação da vida com a existência, pois se for preciso referir-se a uma influência, ou uma referência, seria antes aqui a relação com a existência. A gente não se contenta com a vida. E se estamos, como está essa artista, nos solavancos constantes, nos terremotos da existência, a vida conta muito, certamente, mas é a relação com a existência que subjaz ao desenvolvimento crítico da obra, se entendermos crítico em referência à crise.

S. R. - A vida artística de Lygia foi ativada exatamente no momento de uma crise muito importante, depois do nascimento de seu terceiro filho, em 1947. As crises continuarão a acompanhar a obra da artista, irrompendo sempre

na gestação de cada nova proposta, ou após a realização de alguma obra por demais desconcertante, para aquilo que a artista podia suportar, sustentar e incorporar naquele momento de seu percurso. Se de fato pode ser interessante abordar essas crises, certamente não é enquanto objeto de uma frívola curiosidade acerca da intimidade da artista. Se há uma razão para pensá-las, é que as crises se situam no próprio âmago de sua obra. Elas têm a ver, penso eu, com a experiência do “vazio-pleno” de que Lygia falava desde muito cedo e até o final de sua vida. As crises eram as passagens por essa experiência, e eram vividas pela artista como verdadeiras “erupções vulvânicas”, como ela escreve em um de seus manuscritos. O início da trajetória artística de Lygia está, pois, marcado por uma vontade de atravessar a experiência do vazio-pleno em sua própria subjetividade. Essa “defasagem entre a vida e a existência” – como ela escreve e que você acaba de evocar – que teria podido levá-la à loucura. Desde o início, o seu trabalho será movido pela consciência de que a experiência do vazio-pleno deve ser incorporada para que a existência possa ser vivida e produzida como uma obra de arte. Para ela, este era o sinal de uma verdadeira saúde. Não só as suas invenções na arte estarão sempre imbricadas com a reinvenção de sua própria existência, mas mais do que isso, sua obra, principalmente em seu importante componente corporal, consistirá numa série de dispositivos que favorecerão no espectador a travessia da experiência do vazio-pleno e provavelmente o evitamento de sua patologização.

Que relação você vê – se é que pensa que se possa estabelecer alguma – entre o processo analítico de Lygia Clark, sua travessia do vazio-pleno e a afirmação de sua potência criadora?

P. F. - Sim, mas tudo isso é muito difícil. Creio primeiro que a palavra “patológico” conviria perfeitamente, mas não convém. Conviria perfeitamente caso se tratasse de uma dimensão pática, quer dizer, do experimentado. Sendo assim, trata-se da experiência patológica de si e também dos outros. Então, nesse sentido, a palavra patológico conviria perfeitamente, mas não convém se a gente a precipita apressadamente para o lado da clínica. O que pode me importar? O que me importa é ver essa obra comportando ao mesmo tempo um movimento crítico em relação à evolução daquilo que acontece em torno dela e uma potência de disrupção. Então, potência de disrupção não é absolutamente um niilismo, é que quando as coisas se dizem já não é mais aquilo, é preciso dizê-las novamente de outro modo, é preciso estar novamente no tormento, tormento da linguagem e

tormento das próprias coisas. Parece-me que Lygia Clark, de algum modo, escolheu levar a questão da arte, da prática artística e da prática terapêutica ao limite de sua ruptura – isto é, não se pode mais olhar um quadro como se olhava antes, ou, mais exatamente, quando se olha um quadro não se pode mais ser espectador. Pois o que é a relação vazio-pleno? Não é uma noção que se trataria de experimentar, mas a mais forte relação com a visão do mundo exterior e de si mesmo. Sendo assim, como vejo as coisas? Vejo as coisas, precisamente, como uma verdadeira criação naquilo que se constitui entre si e o mundo, entre si e os outros.

No fundo, eu estaria quase tentado a dizer que, revendo a obra de Lygia Clark e lendo o que ela escreveu, que o âmbito onde ela trabalha é o que se passa de invisível entre si e o outro e como se constrói esse espaço. É o que se poderia chamar de uma “comunicação”: um espaço que só se pode construir com a linguagem e plasticamente, isso não quer dizer que haja um objeto mediador, mas quer dizer que as produções de Lygia Clark são elas mesmas, sem cessar, criações entre si e o outro. Então isso é bastante fantástico e, em certo sentido, faz explodir a obra de arte que se chama escultura ou quadro, faz explodir igualmente aquilo a que se chama a intersubjetividade da comunicação (por exemplo, clínica ou terapêutica). Portanto, é extremamente importante. Creio que isso se faz em Lygia Clark muito silenciosamente.

Então, você me colocava a questão do processo analítico. Não creio que eu poderia, pessoalmente, me representar as coisas dessa maneira. O processo analítico, como é possível testemunhá-lo? O analista poderia testemunhá-lo com a discrição e a confidencialidade que se impõem, ele não poderia testemunhá-lo senão a partir de si mesmo – não em termos de “senti isso”, “experimentei aquilo”, mas a partir daquilo que a palavra do outro fomenta, daquilo que põe em movimento a linguagem, a um ponto tal que o que se chama de processo analítico é sem dúvida criador no sentido que há “entre” e isso não se vê.

Então, eu certamente não poderia exprimir o que Lygia Clark viveu no processo analítico: querer hoje interpretá-la seria uma impertinência, seria uma coisa muito vulgar. Não posso senão pensar com essa obra que me parece extraordinariamente criadora, criadora dessa relação vazio-pleno, dessa dialética que não se vê, que não pode se materializar.

S. R. - Você sugeriu que haveria uma ressonância entre a relação analítica e aquilo que a obra de Lygia Clark põe em jogo na relação com o outro. Poderia desenvolver essa idéia?

P. F. - A análise é o que é: ela consiste em escutar, em receber uma palavra que se transforma, sem por isso dar lugar a uma interpretação imediata. A força de disrupção está tanto na própria obra quanto na fala, não estar em repouso com as palavras, nunca estar em repouso com as palavras. E não é apenas uma questão de expressão, é a vida que não está em repouso, que não está em repouso com as palavras. E não é apenas uma questão de expressão verbal, é que no momento em que se produz a fala, o espaço se constrói e, ao mesmo tempo, se desfaz. Então, creio que Lygia Clark soube dar uma sensorialidade a esse espaço fora da situação, que era a situação analítica. É por isso que sua obra me fala, não porque ela refletiria uma situação analítica, mas porque ela tem lugar em outro lugar. E o espaço que se constrói não pode parar nos objetos que não seriam objetos em comunicação.

Se a fala, por exemplo, é antes uma secreção, como a baba; se a fala pode ser uma baba antropofágica, não é um simbolismo que nos interessa. O que nos interessa é que, elementarmente, primitivamente, a fala é isso.

E aí eu penso nessa artista considerável que é Lygia Clark – e é hoje que digo isso, pois no momento em que trabalhava com ela, não se tratava de ter esse ponto de vista, não podia tê-lo e não o tinha... É agora, muitos anos depois, que aceitei começar a falar com sua obra. É impossível tranquilizar os objetos, sejam eles quais forem, uma escultura, etc.. É impossível fazê-lo porque não há criador e espectador e, então, é a deflagração, visto que o que acontece, primitivamente, com o outro precisa estar sempre sendo refeito a partir de um gesto invisível que é um gesto corporal. Mas, de certo modo, o corpo tem um pudor extraordinário, o corpo encarnado, que nunca é abstrato, ele não se vê. E creio que o gênio de certas expressões que Lygia Clark utilizava, inclusive, expressões do corpo sexual, exclui que se tenha a possibilidade de se representar o corpo sexual.

Então, essa comunicação, que não é comunicação no sentido em que se fala disso hoje, pois que ela é a produção, a construção, dos gestos primitivos que me fazem entrar em relação com um outro, todos esses gestos que não mostro, mas que o outro pode perceber. E Lygia Clark faz

apelo a formas que são as formas em oco desses gestos, como faz apelo às formas em oco das palavras. É aí que se produz uma disrupção da obra de arte como, verdadeiramente, uma disrupção daquilo que chamamos de troca terapêutica. Eis o que posso dizer a respeito, por ora.

S. R. - Seria possível estabelecer uma relação entre o acontecimento clínico visado pelo processo psicanalítico e o acontecimento estético a que Lygia visava com suas propostas? Se a pergunta faz sentido, em que a investigação singular de Lygia (particularmente a partir de sua orientação mais explícita rumo ao corpo) teria podido encontrar uma ressonância no decorrer dos diversos processos analíticos que a acompanharam durante toda sua vida?

E principalmente em que isso teria contribuído para sustentar as suas práticas, apesar da pouca ressonância que encontravam no contexto cultural da época, principalmente no Brasil?

P. F. - Novamente aqui, creio que tenho vontade de me deslocar um pouco. Muito mais tarde, encontrei ressonâncias na obra de Lygia Clark, falo de seu trabalho – que eu não conhecia praticamente – com as crianças ou os sujeitos autistas. Quando se tenta entrar em contato com um sujeito autista, é primeiro todo o espaço que é convulsionado. Meu corpo não posso mais senti-lo como o sentiria em relação a qualquer outra pessoa neurótica. Eis que estou diante de uma criança ou um adulto autista que acompanha o volume da sala percorrendo uma linha, voltando atrás... e não posso dizer que olho para ele, mas sim que ele me transforma já na relação com o espaço da sala onde estou com ele. Se essa convulsão não acontece não há contato possível e se eu puder receber esse silêncio autista da maneira como o olhar percorre a sala onde estamos, então, posso começar a estar na disposição que convém, que não é artificial, que não é tecnicamente buscada, na qual o sujeito autista vai produzir, de algum modo, com o seu corpo, substâncias formas – talvez a baba, a urina, ou outras coisas mais.

Aí começam, para o terapeuta, experiências extremamente fortes que são aquelas com as quais se vão construir objetos provindos do corpo e da troca corporal primeira. A troca corporal primeira não comporta de início o uso dos produtos corporais. Então, não se deve tocar, não se deve deixar-se ser tocado tampouco, aliás, precisamente, tocar faria cessar tudo, produziria um verdadeiro terremoto. E se, mais tarde, houver contatos com

a mão, já é uma elaboração que é extremamente importante, forte, mas não se deve antecipar esse movimento. Afinal de contas, é o que acontece na intensidade de uma conversa: nota-se que muitas coisas não vão ser expressas, quando é o corpo do outro e o meu próprio corpo que experimentam as potencialidades dos gestos. Então, Lygia Clark, parece-me trabalhar com isso.

Não fiquei realmente surpreso com o fato de que, em dado momento, ela tenha reivindicado essa clínica ou essa terapêutica na rua. Primeiro porque a rua é absolutamente intensa, principalmente a rua do Rio de Janeiro ou de São Paulo, não são pessoas que passam de longe, há olhares intensos, coisas fortes acontecem. Por isso, não fiquei espantado absolutamente.

Para voltar à sua pergunta sobre o acontecimento estético (ainda que não sei se ela teria gostado do termo “estético”) ou o acontecimento clínico (não sei tampouco se ela teria gostado de “acontecimento clínico”), o que acontece como obra de arte, afinal, é da mesma ordem que a criação de um templo, isto é, um *templum* onde uma pedra é colocada, onde um espaço é desenhado e onde os deuses podem chegar. Não é outra coisa, não quero dizer que é religião, mas que é *sagrado* – afinal, um encontro humano deveria sempre ser assim, sagrado. E creio que na obra de Lygia Clark há essa relação com o sagrado, a condição de que o sagrado não seja fanatizado, capturado pela religião. O que mais eu poderia dizer?

S. R. - Nos manuscritos de Lygia, pude lembrar sua força poética para nomear os problemas que trabalhavam sua obra, bem como para elaborar os desdobramentos de suas práticas. Entretanto, constata-se que, curiosamente, repetidas vezes Lygia se “corrigia”: ela riscava palavras que eram expressões muito precisas da intensidade convulsiva de sua experiência e as substituíam por palavras que empobreciam nitidamente o seu texto, palavras bem educadas que faziam desaparecer toda a densidade corporal de seu pensamento. Talvez fosse o poder do fantasma de um superego bacharelesco ou mesmo psicanalítico, pois, em geral, as palavras substituídas faziam parte do jargão psicanalítico. Por exemplo, a expressão “erupção vulvânica”, que mencionei há pouco, ela a substituiu por “obsessivo”. É com essa revisão, inclusive, que o texto foi publicado no catálogo da retrospectiva de Lygia, que circulou pela Europa em 1997-98, e que teve o mérito de ter integrado à sua obra o conjunto das práticas que envolvem o

outro em sua corporeidade (até então só eram reconhecidos seus trabalhos de pintura e escultura, ou seja, apenas os primeiros anos de seu percurso).

Então, as duas questões que eu lhe colocaria: no decurso do trabalho analítico que vocês empreenderam juntos, aparecia essa espantosa acuidade poética de sua linguagem? E, como se poderia pensar, por um lado, a inegável contribuição da experiência psicanalítica enquanto aliada da força criadora de Lygia e, por outro lado, essa presença do jargão psicanalítico no próprio movimento inibidor desta força?

P. F. - Não posso responder à sua pergunta, posso dizer isto: creio que o que compreendi da obra de Lygia Clark é que ela faz de seus gestos, a cada vez, um acontecimento, que ela solicita o *por trás das palavras*, aquilo que se poderia chamar de “uma poética”. E essa poética é selvagem, é rude, é bruta, pode fazer apelo a expressões populares interlínguas, entre o português, o francês, talvez o inglês.

E este *por trás das palavras* é ao mesmo tempo a criação de linguagem, a criação silenciosa de linguagem no analista. Escutando a fala, está-se numa atividade de linguagem que não se comunica. Então, aqui de novo a categoria poética, que considero pessoalmente como extremamente preciosa, ao mesmo tempo não é uma categoria, pois que se trata daquilo que se passa no turbilhão das palavras. Afinal de contas, as palavras só pedem para serem imaginadas de outra forma ainda, a cada vez. Sendo assim, é algo de tão íntimo na obra, é uma intimidade da obra, que quando se trata de escrever ou de expor, será que se pode mostrar essa intimidade? Não. Que Lygia Clark escreva a palavra “obsessiva”, eu não tenho interpretação disso, talvez seja o superego ou sabe-se lá o quê, mas é provavelmente o sentimento de que ela tem que encontrar um modo de comunicação com os outros e que as palavras que lhe vêm à mente não são a moeda corrente... É, por assim dizer, como os primeiros poetas, é o heracliteano: isso pertence ao encontro humano onde a palavra é um rito e, ao mesmo tempo, ela é criada por esse encontro. Na questão da linguagem escrita em Lygia Clark – o que, como disse, descobri mais tarde, pois que não a conhecia – o que conta é o momento em que uma palavra autóctone vem à língua, é preciso que essa palavra se vista, ganhe uma roupagem, enquanto por baixo, a palavra era louca. É isso.

S. R. - Você quer dizer algo mais?

P. F. - É com muita timidez que pude começar a convidar aqueles que me escutavam a descobrir a obra de Lygia Clark, principalmente em conferências ou em cursos. Obviamente, não disse nada do que releva da discricção absoluta, mas parece-me de primeiríssima importância que a descoberta da obra de Lygia Clark seja também uma experiência formadora para aqueles que se aproximam desse acontecimento, processo que ela produziu. Enfim, não sei se posso dizer mais a respeito, não creio.

Edição: Suely Rolnik e Aurélie Guitton

Tradução: Mário Laranjeira e Suely Rolnik

Suely Rolnik

suelyrolnik@uol.com.br

***Pânico: Efeito do desamparo na contemporaneidade
Um estudo psicanalítico***

Lucianne Sant'Anna de Menezes

São Paulo: Casa do Psicólogo / FAPESP, 2006, 239 p.

**Desamparo e assujeitamento:
A experiência do pânico na contemporaneidade**

Daniel Schor

Psicólogo, mestrando do
Instituto de Psicologia - USP.

Em *Pânico: Efeito do desamparo na contemporaneidade*, Lucianne Sant'Anna de Menezes leva às últimas conseqüências a máxima freudiana de que a psicologia individual é também, necessariamente, uma psicologia social. Rigorosamente ancorada na metapsicologia freudiana e em contribuições de sociólogos e psicanalistas contemporâneos, tais como Antony Giddens, Zigmunt Bauman, Joel Birman e Maria Rita Kehl, a autora propõe, em seu estudo, a abordagem do fenômeno do pânico como uma das ocorrências relativas ao campo psicopatológico do angustiante, referido na obra freudiana, bem como sua contextualização na atualidade. Examinando a sintomatologia do pânico em sua relação com os atuais modos de subjetivação, o trabalho de Lucianne tem o mérito de não propor ligações imediatas que desconsiderem a especificidade do fenômeno estudado e o contexto peculiar de sua emergência. Dessa maneira, a autora oferece ao leitor uma reflexão que ultrapassa em muito a problemática específica do pânico, trazendo luz para a compreensão da emergência e proliferação de diversas psicopatologias típicas da contemporaneidade.

O entendimento do pânico como uma psicopatologia típica da contemporaneidade não equivale a considerá-lo uma enfermidade inédita no restante da história. Trata-se de compreendê-lo como uma forma de padecimento que vem ganhando espaço na cena social atual, pois há um estilo de sociedade em pauta que gera condições para a produção de determinadas psicopatologias como típicas de sua época. Para a autora do estudo, o mal-estar que Freud postulou como uma condição inerente à civilização toma, nos dias de hoje, um formato bastante propício à ocorrência de diversas modalidades psicopatológicas, tais como o pânico, os transtornos alimentares e os distúrbios depressivos.

Na fundamentação dessa tese, Lucianne parte da hipótese de que a noção freudiana de desamparo (*Hilflosigkeit*) constituiria o referente metapsicológico principal capaz de delimitar as bases psicopatológicas do pânico a partir de um referencial psicanalítico. Tal noção implica a suposição de uma condição de desamparo fundante do psiquismo humano, a qual seria, portanto, independente de sua concreta efetivação no estabelecimento de uma situação traumática (situação de desamparo).

A noção de desamparo está baseada no fato de que o bebê humano é um ser que precisa de um outro para satisfazer suas necessidades mais básicas, fato esse que revela a impotência desse bebê na extinção de sua própria tensão interna. No entanto, a criança vem, com a experiência, a descobrir que um objeto externo (mãe) pode pôr fim à situação de perigo que lembra o nascimento. É nesse momento que, segundo Freud, o conteúdo do perigo que ela teme será deslocado da situação econômica para a condição que determinou tal situação, a saber, a *perda do objeto*.

A partir dessa condição fundamental, os perigos internos e externos vividos pelo sujeito poderão acarretar a atribuição de um valor exagerado ao objeto como o único capaz de proteger contra tais perigos. Por conta disso, a perda do outro amado poderá remeter o sujeito a uma situação de desamparo terrífico ante o aumento pulsional.

Frente à condição primordial de desamparo, dois fatores principais seriam responsáveis por garantir ao bebê a descoberta dessa realidade de maneira tolerável. O primeiro deles corresponderia a um processo de desilusão gradativa da fusão mãe/bebê, realizado através de uma função materna adequada. O segundo seria referente à fantasia de castração que, impondo uma lei à criança, permitiria seu acesso ao mundo simbólico. O pai interviria nesse estado de coisas sob a forma de lei, para privar a criança da fusão com a mãe. Ocorreria aí um novo deslocamento do medo da excitação traumática: a partir de então, o perigo será estruturado não em função da situação traumática em si, mas em função da castração. O desamparo constitui, assim, o núcleo da situação de perigo sobre o qual irá se desenrolar o complexo de Édipo.

No desenrolar desse processo, haveria ainda um terceiro momento, cuja mudança seria causada pelo poder do superego. Até então, a mãe já havia sido substituída pelo pai em sua função de proteção. Daí em diante, o reconhecimento de que o desamparo irá perdurar através da vida levará o sujeito a se aferrar à existência de um pai, mais poderoso e, agora, introjetado no psiquismo. Por uma despersonalização do agente parental temido, a

angústia de castração se desenvolverá em angústia moral, não sendo agora tão fácil saber o que é essa angústia.

Em seus textos sobre a cultura, Freud afirmou que assim como a formação do sujeito, as formações sociais só poderiam ser compreendidas a partir de processos de identificação. Para Freud, a essência de um grupo seria o laço com um líder sustentado pela ilusão de um amor igualmente concedido a todos os membros. Surge assim a máxima de que o que começou em relação ao pai será completado em relação ao grupo. Os laços sociais repousariam em identificações com outras pessoas, na base de possuírem o mesmo ideal de ego. Esse ideal protetor ilusório garantiria a estabilidade do mundo, protegendo o sujeito de todos os perigos.

Uma das implicações de tal forma de se conceber as formações grupais é o reconhecimento de que, para que os laços sociais se façam, é necessário barrar o narcisismo. Uma formação grupal depende da constituição de laços libidinais entre os membros do grupo, exigindo assim a colocação de limites ao investimento narcísico, que precisa ser rearticulado quando os vínculos se constroem.

Eis aí o ponto em que Freud marcará a diferença entre um grupo e uma massa. Uma massa constitui-se em uma série de indivíduos identificados uns com os outros sem referência a um ideal. São, por isso, pessoas incapazes de elaborar um projeto comum. Na massificação das identidades, há um predomínio das formações do ego ideal (narcisistas) sobre as do ideal do ego, acabando por configurar modos de subjetividade caracterizados pelo apagamento da diferença.

A autora do livro defende que, na atualidade, estaríamos vivendo uma situação desse tipo. Segundo ela, a civilização parece não atender mais às funções de proteger e organizar as relações entre os homens, de maneira que a pertinência de um grupo desenvolvido por ideais comuns tornou-se pó ao vento.

Para o sociólogo Zigmunt Bauman, o ideal de liberdade invocado desde a Revolução Francesa se traduz, na pós-modernidade, como o poder de escolha do consumidor. As novas formas do capitalismo transferem para o indivíduo a responsabilidade pelos custos sociais da subsistência econômica. A tarefa de lidar com os riscos coletivamente produzidos foi privatizada. Desse modo, a sociedade atual desencoraja as ações coletivas, pois seus integrantes estão sendo expulsos da posição de produtores e sendo definidos como consumidores.

Esse estado de coisas favorece o predomínio de formações narcísicas. O sujeito contemporâneo forja uma identidade imaginária em que parte, nas identificações, de si para si mesmo, pois passa a não ter outro sustentáculo que não esse: si próprio.

O curioso é verificar que a marca desse autocentramento é, paradoxalmente, o excesso de exterioridade, que equivale a um esvaziamento de si-mesmo. Há uma recusa à interiorização, pois o que interessa é a cena, a sedução e a captação narcísica do outro, também objeto de consumo. Nesse cenário, o desejo assume uma característica marcadamente exibicionista, na qual o horizonte intersubjetivo se encontra esvaziado e pobre em suas trocas.

A cultura da exaltação desmesurada do eu promove a construção de vínculos sociais frouxos, que não admitem mais as experiências de perda e luto, enraizamento e fixidez. A falência dos ideais implica um desequilíbrio psíquico que pode ter como resultado o pânico. Nesse vazio existencial produzido pela evaporação das visões de mundo, o desamparo do sujeito se torna agudo e assume formas até então inexistentes.

Dentro desse quadro, surgirão formas características de apelo por proteção contra o desamparo iminente do sujeito. Entre elas, a autora do estudo destacará a emergência do masoquismo como figura da servidão, isto é, como forma de proteção contra a situação temida. Por essa perspectiva, fala-se de um caráter masoquista, cuja essência não seria o prazer pela dor, mas sim o assujeitamento na relação com um outro. O resgate ilusório do pai originário foi a única maneira que o sujeito que sofre de pânico encontrou para gerir sua condição fundamental de desamparo. A falha dessa defesa, entretanto, não poderá resultar em outra coisa que não a crise de pânico.

Contudo, a vivência de abandono que caracteriza essa crise não se dá somente pelo encontro súbito com a falta de garantias gerado pela perda do objeto amado, mas, ainda, com a insegurança face às próprias pulsões sexuais e destrutivas do sujeito. Desse modo, trata-se de uma modalidade psicopatológica que seria, também, resultado de um aumento do sentimento de culpa que o sujeito não pode tolerar. No pânico, estaria em cena um superego cruel e sádico que, ao invés de bloquear a satisfação pulsional desregrada, a fomenta, tomando para si a força pulsional para aumentar sua tirania ao ego.

Por fim, resta dizer que encontramos no pânico uma das formas psicopatológicas cuja sintomatologia se insere cada vez mais no imaginário

social de nossa época, por sua presença constante tanto na mídia quanto no discurso médico. O lugar que lhe é conferido como uma das enfermidades que caracterizam o mal-estar contemporâneo parece ter excedido em muito os consultórios de psiquiatria e de psicanálise. Caberia, assim, não só à psicanálise, mas também às demais áreas ligadas à saúde e às ciências sociais, investigar as alternativas do sujeito contemporâneo diante de seu medo, bastante justificado, do desamparo iminente. Frente a esse problema, ecoa a questão colocada por Lucianne na parte final de seu texto: “Como tornar tolerável a experiência do desamparo em um mundo desamparado?”

Daniel Schor

danielschor@yahoo.com.br

Desafios para a técnica psicanalítica

José Carlos Garcia,

São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, 112 p.

A criatividade necessária á prática clínica

Flavia Schimith Escrivão

Desafios para a técnica psicanalítica é o novo livro de José Carlos Garcia, parte integrante da coleção Clínica Psicanalítica, organizada e dirigida por Flávio Carvalho Ferraz. O autor também lançou, por esta mesma coleção, *Problemáticas da Identidade Sexual*.

Trata-se de um livro que pretende enfatizar e discutir a questão da técnica em psicanálise, partindo das experiências clínicas do autor sem, contudo, deixar de lado as questões teóricas. O autor mostra como a absorção da teoria pode engessar ou abrir novas perspectivas para o analista, contribuindo para que ele tenha o seu próprio estilo e singularidade. Este parece ser o desafio proposto por Garcia e serve como estímulo para que cada analista busque com criatividade o seu caminho de lidar com a técnica.

É a experiência do autor em sua própria clínica que o desafia e conduz, gerando questionamentos e reflexões sobre os limites da técnica proposta nos textos metapsicológicos. A articulação teórica instigante e o relato generoso provocam e encaminham o leitor a novos desafios para a técnica, como anuncia o título.

Inicialmente, Garcia aborda a maneira como o símbolo é tratado na teoria freudiana, passando pela primeira tópica, até chegar à relação entre o símbolo e a pulsão de morte, introduzindo sua leitura a respeito de tais conceitos. Na visão de Garcia, ao propor a segunda teoria das pulsões e conseqüentemente alterar a noção de organização psíquica, Freud deixou uma possibilidade inexplorada em sua obra, não retornando aos textos de técnica para pensá-la a partir deste novo arranjo:

Espero que esteja claro que não estou, de forma alguma “cobrando” de Freud maior longevidade (...) Aponto somente para esta defasagem entre a produção teórica e a formulação técnica, a fim de poder expressar os limites com os quais tenho me defrontado na clinica (...). (Garcia, 2007, p.29)

Psicanalista, membro do Grupo de Resenha da Comissão de Publicação do Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae

O autor chama atenção para esta característica da obra Freudiana, que restringe o manejo clínico do pulsional, uma vez que os textos sobre a técnica limitam-se “ao que se inscreveu no aparelho psíquico como representante representativo.” Garcia busca em Ferenczi e Winnicott um diálogo que contribui e enriquece a sua compreensão a respeito de sua prática clínica. A proposta é a de uma escuta que possa ser ampliada para além do recalçado:

O vínculo analista-paciente se prestaria, então, não somente à revelação do reprimido, como também propiciaria a oportunidade de abertura para que experiências primitivas do sujeito pudessem alcançar o nível representacional simbólico. (Garcia, p. 27, 2007)

Para o autor, é preciso trabalhar a atualidade da pulsão na prática clínica. Como “atual da pulsão”, o autor entende a insistência constante da pulsão, “nunca de todo acolhida pelo campo representado” e que se faz presente na relação paciente-analista. Todo este caminho explicita a visão de Garcia a respeito da transferência em sua prática clínica. Ele propõe que ao levarmos em conta a atualidade da pulsão, podemos ampliar o conceito de transferência:

A visão ampliada da transferência como incluindo também uma sobra pulsional que escapa à condição de representante representativo, obriga-nos a repensar a questão da neutralidade. Pois, se por um lado, o analista não deve se oferecer como objeto de desejo para o paciente, enquanto aquele que por seus atos pode satisfazer a condição desejante deste, por outro lado, se aceitarmos que a pulsão busca inscrição enquanto excedente - enquanto sobra -, é necessário que reflitamos sobre como responder a essa nova demanda. (Garcia, 2007, p.30)

Tal manejo da transferência se fundamenta nos recursos do analista desenvolvidos em sua própria análise e no amparo da teoria, cuidados que permitirão a ele seguir escutando e intervindo de forma pertinente, mesmo quando tomado como objeto atual da pulsão.

O livro traz exemplos da clínica de Garcia e revela um analista que se inquieta diante dos desafios do processo analítico e não teme propor inter-

venções ousadas ou inovadoras para mobilizar recursos que assegurem o andamento da análise e levem à simbolização. Aqui vale destacar novamente a coragem e a honestidade que o autor tem para com os seus leitores, à medida que expõe suas angústias e “insucessos” na clínica - tão raramente comentados e muito menos compartilhados pelos autores que ousam publicar a respeito de suas próprias práticas. A flexibilidade do analista se revela frente ao desafio colocado pelo caso Jacques, quando, a princípio, os atendimentos pelo telefone poderiam causar estranhamento - levando-se em conta o modelo de *setting* clássico -, mas a intervenção torna-se bastante pertinente quando consideramos o caminho teórico percorrido pelo autor, a natureza do caso e o tipo de vínculo que há muito havia se estabelecido entre paciente e analista.

Aproveitando sua experiência na clínica com adolescentes, o autor finaliza o livro apresentando um instrumento técnico desenvolvido com o intuito de ampliar os recursos clínicos, deixando claro que tais recursos são apenas catalisadores do estabelecimento de um vínculo que, inicialmente, pode demandar mais continência que interpretação – ajustes necessários, até que seja possível a emergência do desejo, de uma demanda de análise.

Flavia Schimith Escrivão

Rua Agisse, 267

Vila Madalena, São Paulo, SP

3031 1310 / 3812 4397

flaviaescrivao@hotmail.com

Psicanálise e Educação***Construção do vínculo e desenvolvimento do pensar***

Margarida Azevedo Dupas

São Paulo: Cultura Acadêmica - UNESP, 2008, 162 p.

‘Alunos-problema’: um pedido de ajuda***Eliane Michelini Marraccini***

Psicóloga, psicanalista, mestre e doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP, docente do Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae

Este livro é a publicação da Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica pela PUC-SP, defendida pela autora em 2007, sob a orientação do Prof. Dr. Renato Mezan. Originariamente, como trabalho acadêmico, é preciso em seu objetivo de investigar as contribuições com as quais a Psicanálise, em sua dimensão terapêutica e de produção de conhecimento, pode fornecer instrumentos à Educação. Dedicada especial atenção aos aspectos preventivos e à detecção precoce de transtornos emocionais, visando reduzir agravos e evitar dificuldades irreversíveis.

As reflexões de Margarida se contextualizam em nossa realidade sociocultural, apresentando fundamentação teórica bem articulada e dirigida. Além disto, não deixa de lado sua prática clínica como psicanalista e psicopedagoga, nem sua larga experiência anterior como professora e pedagoga. Em alguns momentos, permanece o desejo de que pudesse brindar ainda mais o leitor com suas vivências pessoais e profissionais, ricas e significativas.

Seguindo orientação clara através dos textos freudianos que se debruçam sobre a educação, percorre algumas das inovações de Melanie Klein na estrutura conceitual que acentua a importância do desenvolvimento mental inicial, para chegar às contribuições de Wilfred R. Bion, com sua teoria sobre o pensar e o aprender da experiência, vertente teórica privilegiada pela autora em seus estudos. Evidencia-se que este percurso é orientado pelo ressoar do sentido que lhe fazem as articulações conceituais às quais recorre, ampliando a compreensão da questão a que se propõe investigar.

Considera o processo de formação educacional de modo global, muito mais amplo e relevante do que a mera aprendizagem ou aquisição de conhecimentos. Como se sabe, este é um campo fértil para as importantes contribuições da Psicanálise, a partir de suas premissas teóricas e com a

abrangência clínica que possibilita. Em sua análise, a autora destaca os distintos vértices do complexo problema, considerando a importância da inter-relação entre o aluno, a família e a escola.

Além de ampliar a visão pedagógica dos sintomas apresentados pelos *alunos-problema* e que preocupam pais e educadores, Margarida, ao encará-los como pedidos de compreensão e ajuda destaca a importância de fortalecer e dar melhores condições aos cuidadores. Pois, sendo cuidados, podem melhor assistir, tanto psicológica como pedagogicamente, as crianças e os jovens no processo gradual de sua formação educacional e nas questões emocionais enfrentadas. Tal perspectiva visa novos horizontes e cria diferentes possibilidades, saindo da circularidade improdutiva de consideração unívoca dos sintomas e sua atribuição exclusiva a deficiências do aluno. Investe em uma direção mais ampla e comprometida, portanto, mais responsável e criativa na avaliação diagnóstica e eventuais propostas de intervenção, sejam elas educacionais ou psicológicas.

As entrevistas com professores, alguns relatos de pais e algumas vinhetas clínicas procuram apresentar a experiência prática que possui a autora, ponto de origem da questão pela qual se sente inoculada e que se propôs investigar. Sua sensibilidade pessoal e suas vivências profissionais como professora, pedagoga, psicopedagoga e psicanalista foram essenciais para dar ao texto a vivacidade de quem sentiu todos os problemas enfocados bem de perto, quando não em sua própria pele.

A singularidade de cada sujeito é ponto de destaque neste trabalho, seja ele o aluno, os pais ou os professores. Deste modo, a escuta psicanalítica é instrumento precioso para possibilitar apreendê-los em sua particularidade, num dado momento e contexto. Apenas assim é possível ampliar a visão dos problemas de aprendizagem e/ou conduta que se apresentam, manifestando-se dentro da instituição educacional ou refletindo-se neste ambiente. Nesta análise, Margarida ainda ressalta que a dinâmica e interação de fatores intervenientes não pode ser negligenciada.

É imprescindível não esquecer que o inconsciente individual de cada sujeito que se encontra envolvido no processo educacional está permanentemente presente e atuante. Desde antes do nascimento do filho na mente dos pais, como permeando o encontro do aluno com os professores e a instituição educacional. O turbilhão de afetos e fantasias que podem eclodir, se bem administrados, favorecem o desenvolvimento, e não apenas dos menores.

A autora relembra que os sintomas contêm mensagens que possuem um endereçamento. Sejam os pais, a escola ou quem possa ter uma

representatividade naquele momento da vida da criança ou jovem, podendo incluir a estrutura social ou política à qual se sente submetido. A criança ou jovem, sem encontrar outro meio para exprimir seu desprazer ou sofrimento, pode culminar no fracasso escolar, problemas de aprendizagem ou desvios de comportamento. São levantadas algumas hipóteses a respeito do que pode estar emocionalmente compreendido de forma latente em alguns destes distúrbios, tendo em vista processos conscientes e inconscientes. E cabe dizer, não apenas do aluno, mas da família e da instituição educacional, aqui incluída a dinâmica da relação professor-aluno, onde a transferência que se estabelece é pedra angular.

Quando falhas são apresentadas, culminando ou não em fracasso escolar, se precocemente detectadas e acolhidas, podem ser eventualmente revertidas ou não agravadas, aponta a autora convincentemente, retirando os *alunos-problema* da condenação como casos perdidos. Além disto, consoante com vários autores, aposta na importância da construção de vínculos nas dimensões intrapessoal, interpessoal e transpessoal, para que o desenvolvimento emocional possa ter curso e a aprendizagem possa ter lugar. Nesta perspectiva, ficam comprometidos a família, a escola, a sociedade e o Estado na tarefa que possuem junto às crianças e jovens, tendo em vista auxiliá-los no avançar do percurso que vai da imaturidade rumo à maturidade.

Para haver chances de se dar o avanço no conhecimento é preciso haver a curiosidade do sujeito, originária de seu impulso epistemofílico, relembra a autora. E para tanto, é necessário que os impulsos destrutivos não sejam excessivos, tendo encontrado uma via de processamento no aparelho mental desde a tenra infância. Dependendo do desenvolvimento e aprendizagem emocional que se dá no bebê por intermédio da *rêverie* materna e sua *função alfa*, é que, segundo W. R. Bion são transformados os *elementos beta*, que se insurgem na mente do bebê e apenas podem ser descarregados e atuados, em *elementos alfa*, que podem ser processados e gerar pensamentos. Condição essencial para a estruturação e transformação da vida mental do ser humano, tornando possível a formação de símbolos e construção de vínculos.

Nesta via, é lembrado que a função materna e paterna são estruturantes e fundamentais para o desenvolvimento do potencial do indivíduo desde os primórdios da vida mental. Há uma função destinada à escola no longo e complexo processo de formação do indivíduo, porém, adverte Margarida, esta não pode ser onerada com o que deve ter lugar no seio familiar.

Se a escuta psicanalítica dos transtornos e dificuldades dos educandos pode auxiliar pais e professores em suas respectivas funções, é essencial que esta escuta possa se dirigir também aos professores, pois, dando-se espaço e acolhida à sua insatisfação e sofrimento, tem-se ali valiosas informações a serem consideradas nas intervenções que porventura sejam necessárias, em que contexto for. Neste sentido, a autora levanta algumas possibilidades que podem ser postas em prática para o benefício de todos e do sistema educacional. Entre estas, reserva um lugar para a participação ativa da figura do psicanalista, não apenas como clínico no atendimento aos alunos, família e professores, mas também na condução de grupos de apoio para professores.

Em síntese, este livro é publicação importante para todos os que se encontram envolvidos e se sentem comprometidos com o processo educacional. Ao problematizar a questão, ajuda a refletir e propõe algumas direções para o enfoque e intervenção dentro de um campo complexo, porém tão essencial em todos os níveis: indivíduo, família, instituição educacional, sociedade e Estado. Pois, como pontua Margarida (p. 105), “educar é nutrir de Eros”, já definia Platão em sua obra *O banquete*. Assim sendo, o psicanalista, como “médico de Eros” segundo Fédida¹, aí tem seu lugar e sua função.

¹ Fédida, P. *Clínica psicanalítica – estudos*. São Paulo: Escuta, 1988.

Eliane Michelini Marraccini

Rua Pará, 50 – cj. 44

01243-020 – São Paulo, SP

(11) 3257 3790

emarra@terra.com.br

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO¹

¹ Baseadas no estilo de normalizar de acordo com as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 10.520, 2002).

1. Linha Editorial

O *Boletim Formação em Psicanálise*, revista do Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, tem por proposta editorial a divulgação de trabalhos relacionados à psicanálise e campos afins, numa tendência contemporânea de integração e complementaridade. Nesse sentido, valorizamos a diversidade na busca de articulações com outras áreas e conhecimentos, tendo como finalidade maior a busca da compreensão do sofrimento humano e a constante (re)construção metapsicológica.

2. Normas Gerais

Os originais devem ser enviados para a Comissão Editorial da Revista *Boletim Formação em Psicanálise* (endereço abaixo). Se o material estiver de acordo com as normas estabelecidas pela revista, ele será submetido à avaliação do Conselho Editorial. O artigo será lido por dois membros do Conselho, que poderão rejeitar ou recomendar a publicação de forma direta ou com sugestões para reformulações. Caso não haja consenso, haverá uma terceira avaliação. Se dois conselheiros recusarem o material, este será rejeitado para publicação. Os originais não serão devolvidos, mesmo quando não aprovados. Sendo o artigo aprovado, sua publicação dependerá do programa editorial estabelecido.

Endereço para encaminhamento dos trabalhos:

Instituto Sedes Sapientiae
Departamento Formação em Psicanálise
Rua Ministro de Godói, 1484
05015-900 – São Paulo, SP / Brasil
Tel/Fax: (11) 3866 2730

3. Tipos de Trabalhos

Além de artigos, a revista publica leituras (comunicações, comentários e resenhas de livros), conferências, entrevistas e traduções.

A tradução deve apresentar também uma cópia do trabalho original, com todas as indicações sobre a edição e versão de que foi traduzida, acompanhada da autorização do autor.

4. Apresentação dos Originais

Os originais deverão ser enviados em três cópias impressas, acompanhadas de uma cópia eletrônica em disquete ou CD no padrão *Word for Windows 6.0*.

Padrão gráfico indispensável na digitação do texto:

- o texto deverá ser digitado em uma só face (frente);
- fonte *Times New Roman*;
- corpo 12;
- espaço duplo entre linhas;
- mudança de parágrafo na primeira linha;
- *não* utilizar recursos especiais de edição na cópia em disquete ou CD (macros, justificação, etc.);
- utilizar *itálico* para palavras estrangeiras ou para destaque de palavras;
- *não* usar sublinhado;
- o **negrito** deve ser restrito ao título do artigo e aos subtítulos das seções.

Folha de rosto – deverá constar o título do trabalho em português; nome do autor e sua qualificação (3 linhas no máximo); endereço (com CEP); telefone/fax (com DDD); endereço eletrônico (e-mail). O nome ou qualquer identificação do autor deverá constar *apenas* na página de rosto de modo a garantir o anonimato do autor durante o processo de avaliação do seu trabalho.

Folha de resumo – deverá constar o título do trabalho em português; resumo em português (no máximo 10 linhas) com palavras-chave (no mínimo 3 e no máximo 5); título do trabalho em inglês; *abstract* com *keywords* (no mínimo 3 e no máximo 5). Os resumos e as palavras-chave devem ser digitados em *itálico*.

5. Citações

As citações são feitas pelo sobrenome do autor ou pela instituição responsável ou ainda, caso a autoria não seja declarada, pelo título de entrada, seguido da data de publicação do documento, separado por vírgulas e entre parênteses.

Citação textual

- Até 3 linhas – deve ser inserida no corpo do texto, entre aspas e com indicação do(s) autor(es), da(s) página(s) e do ano da obra de referência. *Exemplo:* Ferraz (2000, p. 20) considera “como tipicamente perversos certos atos ou rituais praticados *com* o consentimento formal do parceiro”.
- Com mais de 3 linhas – deve aparecer em destaque e com recuo de margem esquerda de 4 cm, sem aspas, espaço simples, corpo 11 e com indicação do(s) autor(es), da(s) página(s) e do ano da obra de referência. *Exemplo:*

Freud (1905/1980, p.86) ensina:

Esse último exemplo chama atenção para o fato de que é essencialmente a unificação que jaz ao fundo dos chistes que podem ser descritos como “respostas prontas”. Pois a réplica consiste em que a defesa, ao se encontrar com a agressão, “vira a mesa sobre alguém” ou “paga a alguém com a mesma moeda” – ou seja, consiste em estabelecer uma inesperada unidade entre ataque e contra-ataque.

Citação indireta

O sobrenome do autor é apresentado dentro dos parênteses em letras maiúsculas seguidas, seguido do ano da publicação. *Exemplo:* Em O mal-estar na civilização Freud faz um esforço para circunscrever o mal-estar na modernidade ao tecer seus comentários sobre as relações entre sujeito e cultura (BIRMAN, 1997).

Citação de autor

- No corpo do texto deverá constar o sobrenome do autor acrescido do ano da obra. *Exemplo:* Reik (1948).
- Fora do corpo do texto (citação indireta) o sobrenome do autor deve vir em letras maiúsculas, seguido do ano da publicação entre parênteses. *Exemplo:* (REIK, 1948).

- No caso de dois ou três autores os sobrenomes devem ser ligados por “&” no corpo do texto e por “;” fora do corpo do texto. *Exemplo*: Ades & Botelho (1993) ou (ADES; BOTELHO, 1993).
- Caso tenha mais de três autores, deverá aparecer somente o sobrenome do primeiro, seguido da expressão “*et al.*”. Laing *et al.* (1974) ou (LAING *et al.*, 1997). Obs.: Na lista final de referências todos os nomes dos autores deverão ser citados.
- Em caso de autores com o mesmo sobrenome, indicar as iniciais dos prenomes. *Exemplo*: Oliveira, L. C. (1983) e Oliveira V. M. (1984) ou (OLIVEIRA, L. C., 1983; OLIVEIRA V. M., 1984).
- Se houver coincidência de datas de um texto ou obra do mesmo autor, distinguir com letra minúscula, respeitando a ordem alfabética do artigo. *Exemplo*: Freud (1915a, 1915b, 1915c) ou (FREUD, 1915a, 1915b, 1915c).
- Caso o autor seja uma entidade coletiva, deve ser citado o nome da entidade por extenso. *Exemplo*: American Psychological Association (2000).
- No caso de autores cuja obra é antiga e foi reeditada, citar o sobrenome do autor com a data publicação original, seguida da data da edição consultada. *Exemplo*: Freud (1915/1980) ou (FREUD, 1915/1980).

Citação de citação – Utilizar a expressão “citado por”. *Exemplo*: Para Rank (1923) citado por Costa (1992)...

Citação de depoimento ou entrevista – As falas são apresentadas no texto seguindo-se as orientações para “citações textuais” e devem vir em *itálico*. *Exemplo*: O relato a seguir ilustra bem esse aspecto: “*O fim da gestação é uma morte*”.

Citações de informações obtidas por meio de canais informais (aulas, conferências, comunicação pessoal, endereço eletrônico – Acrescentar a expressão “informação verbal” entre parênteses após a citação direta ou indireta, mencionando os dados disponíveis em nota de rodapé. *Exemplo*: Freud foi influenciado pelas idéias de Darwin. (Informação verbal)².

Obs.: Não é necessário listá-lo na relação de *Referências* no final do texto.

Citação de trabalhos em vias de publicação – Cita-se o sobrenome do(s) autor(es) seguido da expressão “em fase de elaboração”. *Exemplo*: Besset (em fase de elaboração) ou (BESSET, em fase de elaboração)

² Informação obtida por Rogério Lerner em aula no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo em março de 2007.

Obs.: É necessário listá-lo na relação de *Referências* no final do texto.

Citação de eventos científicos (Seminários, Congressos, Simpósios, etc) que não foram publicados – proceder da mesma maneira que para *canais informais*.

Citação de Homepage ou Website – cita-se o endereço eletrônico de preferência após a informação e entre parênteses. *Exemplo:* (www.bvs-psi.org.br)

Obs.: Não é necessário listá-lo na relação de *Referências* no final do texto.

6. Notas de rodapé

Caso sejam indispensáveis, as notas devem vir na mesma página em que forem indicadas, usando o programa automático do *Word*. As referências dos autores citados no texto devem ser apresentadas no final do texto, NÃO em notas de rodapé.

7. Referências

Devem vir no final do texto, com o título '**Referências**', relacionadas em ordem alfabética pelos sobrenomes dos autores em letras maiúsculas, seguido das iniciais do prenome e cronologicamente por autor. Quando há várias obras do mesmo autor, substitui-se o nome do autor pelo equivalente a seis espaços, seguido de ponto. *Exemplo:*

Referências

BIRMAN, J. ... 1992. (com apenas um autor)

_____ 1997a.

_____ 1997b.

JERUSALINSK, A.; TAVARES, E. E.; SOUZA, E. L. A. ... (com dois ou três autores)

LAING, P. *et al* ... (com três ou mais autores)

ROUANET, S.P. ...

Quando houver indicação explícita de responsabilidade pelo conjunto da obra em coletâneas de vários autores, a entrada deve ser feita pelo nome do responsável seguida pela abreviatura singular do mesmo (organizador, coordenador, editor, etc.) entre parênteses. *Exemplo:*

BARTUCCI, G. (Org.) *Psicanálise, literatura e estéticas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Imago, 2001, 408p.

Livro – sobrenome do autor em letras maiúsculas, seguido das iniciais do(s) prenome(s), título do livro em *itálico*, ponto, edição (a partir da segunda: “2.ed”), cidade, dois pontos, editora, ano de publicação e número de páginas. Se for uma reedição, colocar o ano em que foi escrito logo depois do nome do autor. *Exemplo:*

CECARELLI, P. R. (Org.) *Diferenças sexuais*. São Paulo: Escuta, 2000, 295 p.

FIGUEIREDO, L.C.M. & COELHO JUNIOR, N. *Ética e técnica em psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2000, 237 p.

LACAN, J. (1959-1960) *O seminário livro 7, A ética da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, 358 p.

RIBEIRO, M.F.R. *Infertilidade e reprodução assistida: desejando filhos na família contemporânea*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, 200 p.

Capítulo de livro e ou coletâneas – sobrenome do autor em letras maiúsculas, seguido das iniciais do(s) prenome(s), título do capítulo, ponto, In:, título do livro em *itálico*, ponto, cidade, editora, ano de publicação e página. Quando for coletânea logo após o “In:” colocar sobrenome e iniciais do organizador e “(Org)” logo após. *Exemplo:*

DUARTE, L.F.D. Sujeito, soberano, assujeitado: paradoxos da pessoa ocidental moderna. In: ÁRAN, M. (Org.) *Soberanias*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003, p.179-93.

MENEZES, L. S. A construção do vínculo social sob o ponto de vista freudiano: a lei, os ideais e as identificações. In: *Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade. Um estudo psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, p.87-140.

Artigos de periódicos – sobrenome do autor em letras maiúsculas, seguido das iniciais do(s) prenome(s), título do artigo, ponto, título do periódico em *itálico*, vírgula, cidade, volume, número, página e ano de publicação. *Exemplo:*

ROSA, M.D. O discurso e o laço social nos meninos de rua. *Psicologia USP*, São Paulo, v.1, n.1, p.205-17, 1990.

Dissertações e Teses – sobrenome do autor em letras maiúsculas, seguido das iniciais do(s) prenome(s), título da Dissertação ou Tese em *itálico*, ponto, ano, ponto, número de folhas, identificação se é Tese de Doutorado ou Dissertação de Mestrado, o nome da Instituição onde foi defendida e cidade. *Exemplo:*

LOFFREDO, A. M. *Angústia e repressão: um estudo crítico do ensaio “Inibição, sintoma e angústia”*. 1975. 100 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, PUC, Rio de Janeiro.

Trabalhos publicados em eventos científicos (Congressos, Seminários, Simpósios, etc.) publicados em anais ou como artigo – autor(es), título do trabalho, In:, título do evento, numeração do evento, ano e local de realização, tipo de documento (Anais, Atas, resumo) editora, ano de publicação e página. *Exemplo:*

MARAZINA, I. A clínica em Instituições. In: *CONPSIC – II Congresso de Psicologia*,. 1991, São Paulo. *Anais*. São Paulo: Oboré, 1992, p.25-43.

Trabalhos que não foram publicados – dependendo do tipo (*artigo de periódico, capítulo de livro, etc.*), proceder da mesma maneira que foi indicado anteriormente, seguido no final de “Texto não publicado”.

Trabalhos que estão em vias de publicação – dependendo do tipo (*artigo de periódico, capítulo de livro, etc.*), proceder da mesma maneira que foi indicado anteriormente, seguido no final de “no prelo”.

Resenhas – sobrenome do autor em letras maiúsculas, seguido das iniciais do prenome, título do livro, ponto, cidade, dois pontos, editora e ano de publicação. Resenha de sobrenome em letras maiúsculas, seguido das iniciais do prenome do autor da resenha, título da resenha (se houver), ponto, nome do periódico em *itálico*, volume, número, páginas e data de publicação da revista.

Referências de Freud – sobrenome do autor em caixa alta, seguido da inicial do prenome, título da edição utilizada em *itálico*, cidade, editora e ano de publicação da edição consultada. Abaixo, ano em que o artigo foi escrito, título e volume. *Exemplo*:

FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

(1895). Uma réplica às críticas do meu artigo sobre neurose de angústia, v. 3.

(1896). Novos comentários sobre as neuropsicoses de defesa, v. 3.

(1897). Sinopses dos escritos científicos do Dr. Sigmund Freud, v. 3.

_____. *Gesammelte Werke Chronologisch Geordnet*. Frankfurt, S.Fischer Verlag, 1987.

(1917). Die Verdrängung, v. 10.

(1917). Das Unbewusste, v. 10.

Documentos extraídos de fontes eletrônicas – proceder da mesma maneira seja para livro, capítulo de livro e artigos de periódicos, entretanto, adicionar no final “recuperado em (data)”, seguido do endereço eletrônico. *Exemplo*:

PAIVA, G.J. (2000) Dante Moreira Leite: Um pioneiro da psicologia social no Brasil. *Psicologia USP*, n. 11, v. 2. recuperado em 5 de fevereiro de 2006, da Scielo (Scientific Electronic Library Online): <http://www.scielo.br>.

8. Imagens e ilustrações

Tabelas, gráficos, fotografias, figuras e desenhos devem ser referidos no texto em algarismos arábicos e vir anexos, em preto e branco, constando o respectivo título e número. Se alguma imagem enviada já tiver sido publicada, mencionar a fonte e a permissão para reprodução, quando necessário.

9. Direitos autorais

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados pertencem à revista *Boletim Formação em Psicanálise*. A reprodução dos trabalhos em outras publicações requer autorização por escrito da Comissão Editorial da Revista.

DEPARTAMENTO FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE

O Departamento Formação em Psicanálise tem por finalidade desenvolver atividades de caráter formativo, científico, cultural e de pesquisa em psicanálise, de acordo com a Carta de Princípios do Instituto Sedes Sapientiae. Ele tem como fundamento prover a formação continuada de seus membros, constituindo-se como um espaço de pertinência para alunos, ex-alunos e professores, propiciando interlocução com o Instituto Sedes e com a comunidade psicanalítica em geral.

Oferece dois cursos regulares, abertos a psicólogos, médicos e profissionais com formação universitária: *Formação em Psicanálise e Fundamentos da Psicanálise e sua Prática Clínica*

Além desses cursos, o Departamento promove cursos breves, pesquisas, grupos de estudo, eventos científico-culturais, além de publicar a revista *Boletim* e o jornal *Acto Falho*. Participa também da Clínica Psicológica Social do Instituto Sedes Sapientiae.

Sua organização é realizada através do trabalho de comissões, eleitas a cada dois anos por seus membros. As comissões que compõem o Conselho Deliberativo do Departamento são: Coordenação, Curso, Clínica, Eventos, Divulgação, Publicação, Projetos e Pesquisa, e Alunos. Essas Comissões têm funções específicas e o objetivo de refletir, discutir entre seus pares e implementar projetos que possam garantir que as propostas do Departamento sejam colocadas em execução.

Curso Formação Em Psicanálise¹

Corpo Docente: Armando Colognese Júnior, Cecília Noemi Morelli de Camargo, Durval Mazzei Nogueira Filho, Ede Oliveira Silva, Eliane Michelini Marraccini, Emir Tomazelli, Esio dos Reis Filho, Homero Vettorazzo Filho, José Carlos Garcia, Ligia Valdés Gomez, Maria Beatriz Romano de Godoy, Maria Cristina Perdomo, Maria Helena Saleme, Maria Luiza Scrosoppi Persicano, Maria Teresa Scandell Rocco, Nora Susmansky de Miguelez, Oscar Miguelez, Suzana Alves Viana e Vera Luíza Horta Warchavchik.

¹ Este curso foi credenciado no Conselho Federal de Psicologia em 31 de janeiro de 2003, para especialização em Psicologia Clínica, em conformidade com a Resolução CFP 007/01.

Objetivos: Curso de especialização, que tem como objetivo a formação de psicanalistas. Busca transmitir a psicanálise em sua especificidade, com base nos três elementos essenciais da formação: análise pessoal, supervisão e estudo crítico da teoria psicanalítica a partir dos aportes das escolas francesa e inglesa. Visa desenvolver a escuta transferencial, considerando o sujeito em sua singularidade. Trabalha a clínica psicanalítica, desde a descrição clássica feita por Freud, até as formas de sofrimento observadas na contemporaneidade.

Destinado a: psicólogos, médicos e profissionais com formação universitária com experiência pessoal em análise individual e com percurso na teoria psicanalítica.

Conteúdo Programático: O Curso Formação em Psicanálise compreende:
1) *Seminários teóricos:* Formações do inconsciente, O inconsciente, Pulsões, Narcisismo, As identificações, Neurose obsessiva e histeria, O Complexo de Édipo em Freud, angústia, Superego e Édipo Kleinianos, Teoria das Posições e Inveja em M. Klein, Perversão e Psicose em Freud e em M. Klein.

2) *Seminários clínicos.*

3) *Supervisão individual* (no 4º ano).

4) *Monografia de conclusão de curso*, com orientação individual, a ser realizada após a finalização dos seminários teóricos e clínicos.

5) *Estágio opcional na Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae*, sujeito a seleção e contando com supervisão específica.

6) *Formação continuada:* atividades extracurriculares e no Departamento.

7) *Acompanhamento clínico*, opcional para os alunos do 1º ano, no qual se trabalha em pequenos grupos, a articulação da escuta clínica com os artigos sobre o método psicanalítico.

8) *Realização de análise pessoal* obrigatória durante o curso

Duração: o curso regular tem duração de quatro anos. Carga horária do curso: 731 horas. *Horário – concentração:* quartas-feiras, com média de seis horas/aula semanais e mais uma hora e meia de atividades.

Seleção: duas entrevistas individuais. Apresentação de *curriculum vitae* (contendo foto) em duas cópias, e um breve texto no qual justifique sua busca por esta formação (um para cada entrevistador).

Maiores informações:

Secretaria do **Instituto Sedes Sapientiae**

Rua Ministro Godói, 1484

05015-900 – Perdizes – São Paulo/SP

(11) 3866 2731, 3866 2732, 3866 2734

www.sedes.org.br e sedes@sedes.org.br



BIBLIOTECA MADRE CRISTINA
DOAÇÃO: <u>Departamento</u>
DATA: <u>01 / 12 / 08</u>

Para adquirir o *Boletim Formação em Psicanálise* ou se você tem interesse em receber comunicados e a programação de eventos do Departamento Formação em Psicanálise cadastre-se ou atualize seus dados por telefone ou pelo site.

Secretaria do **Instituto Sedes Sapientiae**

Rua Ministro Godói, 1484

05015-900 – São Paulo/SP

(11) 3866 2730

www.sedes.org.br / sedes@sedes.org.br

